



UFAM

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

TALITA PEDROSA VIEIRA DE CARVALHO

**MERCADO DE FITOTERÁPICOS E
FITOCOSMÉTICOS EM MANAUS (AM)**

**MANAUS
2015**

TALITA PEDROSA VIEIRA DE CARVALHO

**MERCADO DE FITOTERÁPICOS E FITOCOSMÉTICOS EM
MANAUS (AM)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Amazônia: Território e Ambiente. Linha de pesquisa: Domínios de Natureza.

Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Corrêa Costa

**MANAUS - AM
2015**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

C331m Carvalho, Talita Pedrosa Vieira de
Mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus (AM) /
Talita Pedrosa Vieira de Carvalho. 2015
190 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Reinaldo Corrêa Costa
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do
Amazonas.

1. Mercado. 2. Sociobiodiversidade. 3. Geossistemas. 4. Manaus.
5. Totalidade. I. Costa, Reinaldo Corrêa II. Universidade Federal do
Amazonas III. Título

Dedico este trabalho aos meus pais, Marcelo Benedicto Vieira de Carvalho e Elisângela Pedrosa Vieira de Carvalho, e a minha irmã, Taís Pedrosa Vieira de Carvalho.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, em especial ao meu pai, o principal motivador para minha chegada à Pós-Graduação em Geografia, à entrada na Universidade (UFAM), ao concurso do IFAM, enfim, em tudo. Obrigada por todo o amor, o apoio, a dedicação, os sacrifícios e o acompanhamento que me deram desde os primeiros anos de escola até hoje, por terem abdicado de muito pensando primeiro na nossa família. À minha irmã também, que me ensina muito, sempre, e a quem admiro muito.

À minha família: meus avós, Maria Conceição Soareas e Wilton Correia, primo Dalton, tios (meu querido Cocó e meu tio Célio), padrinho (Sidney Custódio), e em especial a minha tia, Francisca Custódio, que sempre está presente para me ajudar (podendo ou não).

Ao professor Reinaldo, pelos anos de orientação.

À professora Marinez Nogueira, por ter aceitado participar da banca de mestrado, por todas as contribuições, pela paciência e pelo respeito ao trabalho apresentado.

À professora Adorea Albuquerque, por ter aceitado participar das bancas de qualificação e defesa do mestrado, por ser sempre muito prestativa e por todas as contribuições.

Aos professores da UFAM da graduação e da pós-graduação: Manuel Masulo, Amélia Nogueira, Ricardo Nogueira, Tatiana Schor, Angélica Cavicchioli, Eduardo Pinheiro, Deivison Molinari, Nelcionei, entre outros.

À CAPES, pelas bolsas recebidas durante 11 meses do mestrado.

À professora Cecilia Nunez, por toda a gentileza e os projetos de pesquisa.

Ao CNPq, pelas bolsas concedidas durante o período de graduação, sem as quais seria muito difícil pesquisar e participar em eventos.

À Maria das Graças Luzeiro, secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia, por todas suas informações, gentilezas, favores que provavelmente nunca conseguirei retribuir e principalmente por toda a confiança. Muito obrigada, D. Graça!

Às amigas Bárbara Ferreira, Marília Gabriela Gondim e Catarina Calheiros, pelas risadas, discussões e apoio.

Aos colegas do INPA e da UFAM: Tiago Rodrigues, Marcela Beleza, Marciclei Bernardo, Aninha (Ana Claudia Narbaes), Máximo Billacrês, Lucimar, Lila, Fúlvia, André Reis.

À Mayara Paiva Magalhães, querida amiga, pelas conversas e as ajudas de uma hora para a outra.

À Tatiany Oliveira da Silva, por todo o incentivo, por todas as conversas, por todo a amizade.

Aos colegas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM): Elder Araújo, Davi Leal, Bruno Leal, Juvenal Severino Botelho, Judimar Botelho.

Ao IFAM, na figura dos diretores de ensino, Antonio Ferreira Santana Filho e Sheylla Maria Luz Teixeira, e ao professor Raymundo Luiz.

Em especial, a uma grande amiga, por todo o apoio e ajuda em vários momentos de “aperreio”, por todas as conversas, carinho, e pela companhia sempre bem-vinda.

A todos os entrevistados: camponeses das associações e cooperativas (COOPFITOS, associados da ACSAA, ASPROJU, AVIVE, PA Panelão), das instituições (IDAM, SEPROR, SEPLAN, INCRA), que pacientemente nos receberam para entrevistas. Em especial, muito obrigada, Andreza Carvalho e Naíza de Jutai

Muito obrigada.

RESUMO

Este trabalho trata do mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus (AM). Os objetivos são: analisar os produtos da sociobiodiversidade do mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus, identificar as potencialidades do mercado e analisar as matrizes do processo produtivo com base na natureza. O trabalho foi desenvolvido com base na relação sociedade e natureza, utilizando os conceitos de: biodiversidade, sociobiodiversidade, tecnologia, formação socioespacial, política territorial e geossistema. Foram utilizados dados primários, obtidos por meio de entrevistas com camponeses, funcionários de instituições relevantes à pesquisa e empresários, e dados secundários, via levantamento bibliográfico e participação em eventos. O mercado estudado é polarizado pela cidade de Manaus, onde estão os centros políticos e econômicos do estado. O mercado começou a se expandir em Manaus há aproximadamente quinze anos, como resultado de políticas territoriais e de ideologias (ambiental e da saúde). Os produtos da sociobiodiversidade identificados como mais importantes para as indústrias do mercado em Manaus são: andiroba, copaíba, cupuaçu, buriti e cajuru. Suas fases de transformação são: 1) matéria-prima *in natura* (plantas medicinais ou de utilidade estética); 2) semielaborado 01 (óleo vegetal considerado bruto, com pouca tecnologia agregada); 3) semielaborado 02 (óleo vegetal considerado refinado, inserido em processos industriais e tecnológicos de maiores investimentos); e 4) produto final (fitoterápico e fitocosmético). A matéria-prima é produzida pelos camponeses por meio do cultivo ou coleta das plantas e é resultado das interações do geossistema, que se concretiza devido ao potencial ecológico das plantas que gera uma exploração biológica por grupos sociais diversos. As plantas medicinais são utilizadas tradicionalmente como parte da formação socioespacial, porém ainda se tornam necessários investimentos em pesquisas de bioprospecção e biotecnologia.

Palavras-chave: mercado, sociobiodiversidade, totalidade, Manaus, geossistemas.

ABSTRACT

This work deals with herbal and phytocosmetic market in Manaus (AM). The objectives are: to analyze the products of social-biodiversity of herbal and phytocosmetic market in Manaus, to identify the potential of the market and to analyze the headquarters of the production process based on nature. The study was conducted based on the relationship between society and nature, using the concepts of biodiversity, socio-biodiversity, technology, socio-spatial formation, territorial politics and geosystem. Primary data were used, obtained through interviews with farmers, employees of institutions with relevance in research and business, and secondary data, through literature and participation in events. The studied market is polarized by the city of Manaus, where there are the political and economic centers of the state. The market has begun to expand in Manaus in the last fifteen years as a result of territorial politics and ideologies (environmental and health). Products of socio-biodiversity identified as the most important for the industries of the market in Manaus are: *andiroba*, *copaiba*, *cupuaçu*, *buriti* and *crajiru*. Their processing stages are: 1) raw material *in natura* (medicinal plants or aesthetic value); 2) semi finished 01 (vegetable oil considered raw, with little added technology); 3) semi finished 02 (vegetable oil considered refined, inserted in industrial and technological processes for greater investment); and 4) final product (herbal and phyto-cosmetic). The raw material is produced by farmers through cultivation and collection of plants and it is a result of geosystem interactions, which is realized due to the ecological potential of plants generating a biological exploration by different social groups. Medicinal plants are traditionally used as part of the socio-spatial formation, but it also becomes necessary investments in research of bioprospecting and biotechnology.

Keywords: Market, social-biodiversity, Totality, Manaus, Geosystems.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Exemplo da dinâmica do mercado e da relação campo-cidade....	68
Figura 02: Localização do município de Manaquiri.....	70
Figura 03: A estrutura das máquinas na sede da COOPFITOS.....	73
Figura 04: Etapas de produção da COOPFITOS em 2010.....	78
Figura 05: Parcerias institucionais da COOPFITOS ao longo do tempo.....	79
Figura 06: Óleo vegetal de açaí com crajiru.....	80
Figura 07: Primeira etapa de trabalho na sede da COOPFITOS.....	83
Figura 08: A semente de andiroba maleável após um processo inicial.....	83
Figura 09: Andiroba sendo torrada para ser colocada nas máquinas.....	84
Figura 10: Localização do Careiro Castanho.....	85
Figura 11: Sede da CUPUAMA.....	86
Figura 12: Brasil, destaque para o Amazonas, área do Médio Juruá.....	93
Figura 13: Localização de Presidente Figueiredo.....	96
Figura 14: Buritizais na Comunidade Santo Antônio do Abonari.....	97
Figura 15: Sementes de buriti.....	100
Figura 16: A primeira fase da produção da mercadoria.....	101
Figura 17: Exemplos da forma final dos bioprodutos.....	108
Figura 18: DIMPE.....	136
Figura 19: Exemplo de área de roça.....	147
Figura 20: Sítio ou quintal agroecológico.....	148
Figura 21: Hortaliças no quintal agroecológico do camponês.....	149
Figura 22: Exemplo de andirobeira.....	150
Figura 23: Cultivo de plantas medicinais.....	176

LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 01: A proposta do trabalho se fundamenta na relevância do potencial ecológico e da exploração biológica como elementos que envolvem o geossistema e ações humanas, conforme Bertrand (1971).....	42
Diagrama 02: Caminho da mercadoria como produto semielaborado.....	49
Diagrama 03: Dinâmica geral dos sujeitos e mercadorias produzidas ligadas ao mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus.....	51
Diagrama 04: Algumas políticas públicas relacionadas ao mercado de fitoterápicos e fitocosméticos.....	60
Diagrama 05: O mercado de fitoterápicos e fitocosméticos é resultado da apropriação da natureza (geossistemas) para uso (social, econômico e político).....	63
Diagrama 06: Produtos da sociobiodiversidade escolhidos inicialmente para participar no Plano Nacional da Sociobiodiversidade.....	67
Diagrama 07: Espacialização da mercadoria em relação à COOPFITOS.....	82
Diagrama 08: Relações econômicas da CUPUAMA.....	89
Diagrama 09: Resultado das relações estabelecidas pela Natura no interior do Amazonas.....	95
Diagrama 10: As relações comerciais da COOPFITOS em relação a venda do semielaborado.....	114
Diagrama 11: A formação socioespacial.....	116
Diagrama 12: A transformação da natureza ocorre em todo o processo de produção do mercado de fitoterápicos e fitocosméticos.....	138
Diagrama 13: A empresa Pharmakos da Amazônia.....	140
Diagrama 14: Os processos da cadeia produtiva ocorrem simultaneamente em diferentes espaços.....	144

Diagrama 15: Uma espécie somente é potencial a partir do momento em que há interesse em utilizá-la em uma cadeia produtiva.....	155
Diagrama 16: Domínios da natureza.....	156
Diagrama 17: Os produtos da biodiversidade resultam em uma série de relações ligadas tanto aos geossistemas quanto à formação socioespacial.....	159
Diagrama 18: Potencialidade paisagística.....	160
Diagrama 19: As famílias botânicas e os processos de bioprospecção e biotecnologia.....	170

LISTA DE TABELAS, QUADRO E MAPA.

Tabela 01: Descrição geral da produção, distribuição, circulação e consumo da cadeia produtiva dos fitocosméticos e fitoterápicos em Manaus.....	45
Tabela 02: As fases de transformação da mercadoria.....	52
Tabela 03: Corresponde ao acompanhamento desde o ano de 2010 até 2014 da COOPFITOS.....	77
Tabela 04: Diferenciação de preços no decorrer da cadeia produtiva do bioproduto (fitoterápicos e fitocosméticos).....	113
Tabela 05: Espécies de plantas medicinais utilizadas pelo campesinato.....	174
Quadro 01: A rede de distribuição do mercado de fitoterápicos e fitocosméticos no Amazonas com relação a Manaus.....	46
Mapa 01: Distribuição espacial do mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus (AM).....	27

LISTA DE SIGLAS

ABIHPEC	Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos
ACSAA	Associação Comunitária Santo Antônio do Abonari (Presidente Figueiredo-AM)
ADS	Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
AFAPA	Associação da Feira de Artesanato e Produtos do Amazonas
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APL	Arranjo Produtivo Local
ASPROJU	Associação dos Produtores Rurais de Jutaí
AVIVE	Associação Viva Verde da Amazônia
CIAMA	Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas
CIDE	Centro de Incubação e Desenvolvimento Empresarial
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COOPFITOS	Cooperativa de Produtores e Beneficiadores de Fitoterápicos, Fitocosméticos e Plantas Medicinais de Manaquiri (AM)
CUPUAMA	Empresa Cupuaçu do Amazonas
DIM	Distrito Industrial de Manaus
DIMPE	Distrito Industrial de Micro e Pequenas Empresas de Manaus
ECO 92	Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992
EXPOAGRO	Feira Agropecuária do Amazonas
FIAM	Feira Internacional da Amazônia (bianual)
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
NATURA	Empresa Natura (brasileira)
PA	Projeto de Assentamento
PIB	Produto Interno Bruto
PREME	Programa de Regionalização da Merenda Escolar (AM)
RDC	Resolução da Diretoria Colegiada
RESEX	Reserva Extrativista
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEPLAN	Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico
SEPROR	Secretaria de Estado de Produção Rural
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
UC	Unidade de Conservação
UFAM	Universidade Federal do Amazonas

GLOSSÁRIO

Biodiversidade	Conjunto dos seres vivos, do seu material genético, e dos complexos ecológicos dos quais eles fazem parte (LÉVÊQUE, 1999).
Bioindústria	Indústrias ligadas ao setor de fitoterápicos e fitocosméticos, que desenvolvem produtos a partir de semielaborados produzidos com o uso de matéria-prima amazônica. Em Manaus, as bioindústrias não possuem laboratórios altamente avançados no quesito de Ciência e Tecnologia, dependendo de insumos comprados em outros estados brasileiros.
Bioproduto	Fitoterápicos e fitocosméticos cuja matéria prima é a biodiversidade amazônica
Cadeia produtiva	São processos interligados de produção, distribuição, circulação e consumo para a formação das mercadorias, são portadores de escalas e circuitos específicos.
Comunidade	Localidade em que os camponeses moram. A unidade territorial camponesa é dividida pelas famílias em propriedades individualizadas. Os camponeses geralmente têm a posse da terra.
Fitocosmético	De uso externo nas diversas partes do corpo humano, pele, sistema capilar, unhas, lábios, órgãos genitais externos, dentes e membranas mucosas da cavidade oral, com o objetivo exclusivo ou principal de limpá-los, perfumá-los, alterar sua aparência e ou corrigir odores corporais e ou protegê-los ou mantê-los em bom estado (ANVISA), obtidos a partir de plantas medicinais.
Fitoterápico	Medicamentos obtidos a partir de plantas medicinais. Eles são obtidos empregando-se exclusivamente derivados de droga vegetal (ANVISA).
Infraestrutura	Representa o resultado dos investimentos em setores básicos da economia, sem os quais não poderá haver uma escala de progresso e de expansão (GASTALDI, 2006).
Matéria-prima	Mercadoria produzida pela força de trabalho camponesa, por meio da coleta e/ou do cultivo de espécies.
Políticas territoriais	Ações estatais que modulam o espaço, qualificando-o como condição para as outras especializações (MORAES, 2005)

Produtos da sociobiodiversidade	Bens e serviços (produtos finais, matérias primas ou benefícios) gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem (MDA <i>et. al</i> , 2009)
Rabeta	Tipo de embarcação com menor custo e muito utilizada por aqueles com menor poder aquisitivo para agilizar os deslocamentos de pessoas e mercadorias no interior do Amazonas.
Recursos ociosos	Recursos naturais não utilizados, a não utilização de força de trabalho e das instalações existente no país, o que gera desemprego, estagnação econômica, aumento da inflação (RANGEL, 2005).
Semielaborado 01	Óleo vegetal considerado bruto pelas indústrias, resultado de tecnologias/técnicas simples. O camponês pode realizar sua produção
Semielaborado 02	Óleo vegetal considerado refinado, inserido em processos industriais e tecnológicos de maiores investimentos. Produção restrita às indústrias.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 01 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA	32
1.1 Justificativa do Tema	33
1.2 Relação Sociedade-Natureza e a Questão Ambiental	35
1.3 Formação Socioespacial e Geossistema	38
1.4 Mercado e Comércio	45
CAPÍTULO 02 – PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE E A RELAÇÃO COM O MERCADO DE FITOTERÁPICOS E FITOCOSMÉTICOS EM MANAUS (AM)	48
2.1 As Políticas Públicas Territoriais Como Base para a Existência e a Reprodução do Mercado de Fitoterápicos e Fitocosméticos em Manaus (AM)	59
2.1.1 Plano Nacional da Sociobiodiversidade	61
2.1.2 Os Produtos da Sociobiodiversidade e o Mercado de Fitoterápicos e Fitocosméticos em Manaus	68
CAPÍTULO 03 – POTENCIALIDADES DO MERCADO DE FITOTERÁPICOS E FITOCOSMÉTICOS EM MANAUS (AM)	104
3.1 Tecnologia e a Necessidade de Investimento Territorial para o Desenvolvimento do Mercado de Fitoterápicos e Fitocosméticos em Manaus (AM)	117
3.2 Recursos Ociosos no Mercado de Fitoterápicos e Fitocosméticos em Manaus (AM): As Matérias-Primas, As Forças de Trabalho e as Infraestruturas.	121
3.3 A Política Econômica e as Interferências no Mercado de Fitoterápicos e Fitocosméticos em Manaus (AM)	123
3.4 Estado, o Discurso Ambiental e as Ideologias do Mercado de Fitoterápicos e Fitocosméticos em Manaus (AM)	127
3.5 Principais Potencialidades para o Mercado de Fitoterápicos e Fitocosméticos	132
3.5.1 O Distrito Industrial de Micro e Pequenas Empresas de Manaus (DIMPE) e o Centro de Incubação e Desenvolvimento Empresarial (CIDE)	135
3.5.2 Espaços do Mercado de Fitoterápicos e Fitocosméticos em Manaus (AM)	141
CAPÍTULO 04 – MATRIZES DO PROCESSO PRODUTIVO COM BASE NA NATUREZA	151
4.1 Domínios da Natureza e a Base da Mercadoria a partir de sua Biogeografia	153
4.2 A Sociedade, a Mudança das Paisagens e a Biodiversidade	163
4.3 Biodiversidade e Biotecnologia no Mercado de Fitoterápicos e Fitocosméticos em Manaus	167
4.4 O Etnoconhecimento e as Alterações na Biodiversidade	173
CONSIDERAÇÕES	178
REFERÊNCIAS	183

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é resultado de um aprofundamento do projeto de pesquisa de Iniciação Científica realizado de 2009 a 2012, cujo título foi: “Mercado da Biodiversidade em Manaus (AM): matéria-prima e processo de produção”, sob a orientação do Prof. Dr. Reinaldo Corrêa Costa. O projeto foi desenvolvido no Laboratório de Estudos Sociais (LAES) do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), vinculado ao projeto “Identificação, isolamento e purificação de substâncias bioativas no controle de insetos, bactérias e outras pragas agropastorais e suas viabilidades econômicas”.

A pesquisa de Iniciação Científica possibilitou um prévio conhecimento da cadeia produtiva de fitoterápicos e fitocosméticos no Amazonas, que foi incorporado ao trabalho de dissertação com o intuito de um melhor conhecimento da unidade espacial de análise, que não é somente a cidade de Manaus, mas sim as relações de gravitacionalidade a partir da mesma.

A cidade de Manaus apresenta uma gravitacionalidade/centralidade no Amazonas em relação ao mercado de fitoterápicos e fitocosméticos e ainda a outros diversos produtos e serviços. Para a continuação da pesquisa em nível de mestrado, que visa ao entendimento do mercado de fitoterápicos e fitocosmético, a área de estudo é a cidade de Manaus e algumas interligações intrínsecas ao desenvolvimento do mercado.

A espacialidade da cadeia produtiva polarizada por Manaus abrange várias escalas (do local ao global), que criam condições para o estabelecimento de um mercado da biodiversidade, denominado assim, porque a biodiversidade do Amazonas se torna um recurso inserido em escalas maiores junto com discursos de desenvolvimento local. A biodiversidade estudada é delimitada em algumas plantas de importância econômica.

Na pesquisa de Iniciação Científica, foi possível identificar matérias-primas de maior potencial econômico para o uso industrial, como: a andiroba, o cupuaçu, a copaíba, o babaçu, o tucumã e o buriti, porém ainda não havia sido realizado um estudo específico desses produtos em potencial ou uma identificação dos espaços

biogeográficos que formam unidades de paisagens básicas para matrizes destinadas aos mercados.

O conhecimento da localização desses produtos e de suas cadeias produtivas evidencia uma região produtora de fitoterápicos e fitocosméticos no Amazonas que ainda é baseada majoritariamente nas potencialidades paisagísticas da Amazônia (AB'SABER, 2003). As políticas públicas, que são oriundas de planejamento e que resultam em ordenamento espacial, podem contribuir para a consolidação do mercado de fitoterápicos e fitocosméticos tanto interesse para empresas de fora do estado quanto para consumidores admirados pelos “produtos da floresta” e pela própria “Amazônia”. Esse pensamento é construído por meio da ideologia ambiental.

O mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus (AM), o qual essa dissertação se propõe analisar, corresponde à espacialidade de indústrias (chamadas de bioindústrias) localizadas em Manaus, que abrange desde as regiões produtoras da matéria-prima até a comercialização do produto final. O mercado estudado, portanto, é elemento da cadeia produtiva de fitoterápicos e fitocosméticos.

O mercado está intrinsecamente ligado à cadeia produtiva. Enquanto que metodologicamente a cadeia produtiva está inserida em um circuito espacial produtivo que se estende em escala nacional ou internacional, o que inclui os fitoterápicos e fitocosméticos no contexto da globalização/mundialização das mercadorias e das relações. Essa diferenciação entre mercado, cadeia produtiva, circuito produtivo ocorre devido às relações econômicas e as diferentes escalas.

A construção da problemática para a dissertação considerou:

- O fato de que o uso da biodiversidade integra espaços rurais significativos no Amazonas deixa marcas na sociedade e na natureza. Esses espaços rurais conectam sujeitos sociais diferenciados (produtores, comerciantes, atravessadores, empresários) e seus modos de vida, correspondentes às relações de produção dos fitoterápicos e fitocosméticos;
- As modificações que ocorrem no uso e transformação da natureza, principalmente pela valorização, de algumas décadas para o presente, dos denominados “produtos da floresta” de matriz capitalista. Há um conflito de interesses e necessidades, tendo em vista que as necessidades não são as mesmas para as empresas e para os moradores locais (sujeitos que produzem a matéria-prima *in natura*, por meio do cultivo e extrativismo, e que

o fazem na lógica de seu modo de vida notadamente com uso da força de trabalho familiar);

- As modificações que impactam o espaço agrário e o espaço natural. O espaço agrário é impactado no sentido de criar relações econômicas e políticas, extração de renda da terra, injustiças espaciais; no caso de lugares ricos em biodiversidade, porém pobres em infraestruturas de educação, saúde, saneamento e circulação da produção. E o espaço natural sofre impactos por meio do cultivo e extrativismo, da criação de quintais agroflorestais. Ambos os espaços impactados se projetam de modo desigual na estrutura espacial do uso da biodiversidade, atingindo apenas alguns setores e alguns sujeitos (sociais, econômicos e políticos);
- A desproporção existente na espacialidade do chamado bioproduto (fitoterápico e fitocosmético), onde apesar das transformações e incentivos governamentais, ainda perduram elementos tradicionais, e em alguns casos de forma dominante no processo produtivo, político e comercial.

A dinâmica do mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus aparece em alguns estudos (MIGUEL, 2007; LIMA, 2011; SANTOS, 2011) cujos objetos da pesquisa são outros, como especificamente as bioindústrias e os APLs.

O mercado de fitoterápicos e fitocosméticos necessita da força de trabalho camponesa, cuja produção “configura-se em um processo de trabalho não especificamente capitalista” (SANTOS, 1978). Devido à lógica da produção de mercadorias diferenciada, foi necessário criar mecanismos para inserir os camponeses nesse comércio em específico, o que acrescentou mais trabalho aos camponeses sem proporcionar um retorno financeiro significativo, um melhor gerenciamento da produção ou outras benesses fundamentais para a reprodução do sujeito.

A produção de fitoterápicos e fitocosméticos industrialmente e relacionadas com cadeias produtivas mais amplas se apresenta como nova no campo do Amazonas, havendo ainda que se estruturar, principalmente no espaço rural. O camponês possui uma série de insatisfações, pois as vezes trabalha, mas não recebe, ou recebe menos do que necessita/merece ou mesmo não entende que está produzindo uma matéria-prima que a indústria de fitoterápicos e fitocosméticos necessita para a continuidade das atividades industriais. Segundo Ferreira *et. al.* (2010),

O processo de extração da renda da terra e da mais-valia, nesse caso ocorre pela intensidade de tecnologias utilizadas, que agregam um *plus* na mercadoria que não chega ao camponês. Ao sair do trabalho familiar camponês o produto se torna uma mercadoria possuidora de um valor de troca, e de um preço que dinamiza a circulação (desigual e territorial) de dinheiro no espaço.

Por mais simples que seja a mercadoria produzida pelo camponês, somente ele que a realiza e para a produção de matéria-prima *in natura* é preciso conhecer bastante a natureza e driblar muitas vezes as dificuldades principalmente no transporte da produção e as relacionadas à sazonalidade das matérias-primas.

A relação sociedade-natureza é resultado de uma formação socioespacial brasileira, que utiliza as plantas medicinais/recursos naturais de forma industrial como parte de sua história social e econômica, o que gera um uso do espaço natural, causando impactos e incentivos, por meio de políticas públicas.

A interação de fatores naturais (base biogeográfica para a formação da matéria-prima dos bioprodutos) e a presença de grupos sociais (alguns grupos longe dos centros decisórios do poder e do mercado) possibilita um estudo que se fundamenta pela preocupação central em identificar e analisar os processos que fazem a organização dos espaços da cadeia produtiva dos fitoterápicos e fitocosméticos e criam uma gestão dos territórios a partir do mercado.

Como base teórico-metodológica para os objetivos do trabalho, apresenta-se a área de estudo de forma total, pois é na totalidade do espaço, do mercado estudado, que se entende as variadas relações presentes responsáveis pela produção de fitoterápicos e fitocosméticos.

Na totalidade, é possível identificar as diferentes formas de uso da terra (agrícola, de trabalho, de uso capitalista), possibilitando determinada organização do espaço agrário/agrícola e do espaço econômico e político. A organização do espaço agrário/agrícola no sentido em que existem conflitos ideológicos, políticos, sociais, econômicos e culturais no campo para a existência do mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus, além da produção da matéria-prima *in natura*, primeira mercadoria da cadeia produtiva como um todo. Esse todo considera a formação socioespacial e o geossistema.

A constituição teórico-metodológica está baseada no espaço total e na identificação e análise das informações referentes às especificidades da natureza e da sociedade na estruturação da produção e identificação de informações, em

cruzamento com a abordagem socioeconômica e socioambiental de um determinado lugar ou área e setor em determinada escala, fundamentada em uma perspectiva de totalidade na relação sociedade e natureza. Segundo Ab'Saber (1994), o espaço total é a composição de ecossistemas diferentes, agroecossistemas, ecossistemas urbanos e ecossistemas da natureza.

Sobre Formação socioespacial¹, Mamigonian (1996) afirma que

M. Santos percebeu que formação social e geografia humana não coincidem completamente, não pelas teorias que embasam aquela categoria marxista e esta área do conhecimento acadêmico e mais pela prática indispensável de localização da geografia, nem sempre usada nos estudos de formação social, daí ter proposto a categoria formação sócio-espacial.

O mercado de fitoterápicos e fitocosméticos não pode ser classificado em um viés de geografia física ou geografia humana, pois assim como possui fatores ligados à natureza tendo em vista o geossistema² – literalmente a base para o mercado a partir da exploração biológica feita pelas sociedades (ação antrópica), pois a natureza já existe como potencial ecológico. O mercado e as relações de comércio somente são realizados pela vontade e interesse da sociedade que produz espaços econômicos, culturais e políticos em torno ou dependendo de uma natureza específica.

O espaço econômico e político é entendido no sentido em que o mercado de fitoterápicos/fitocosméticos faz parte do modo institucional, pois foi a partir de políticas públicas que essa estrutura de mercado começou a se desenvolver em Manaus e necessita de técnicas/tecnologias de produção específicas e de alto custo para existir. A base natural é abundante, mas a socioeconômica e técnica é fraca.

A cadeia produtiva dos fitoterápicos e fitocosméticos possui uma espacialidade ligada à relação sociedade-natureza. Conforme o espaço herdado da natureza são geradas “novas” organizações no campo e na cidade, assim como nas rotas de transporte e algumas resistências (quando o camponês se nega a participar

¹ Posteriormente, Santos (1977) define que a Formação Sócio-Econômica Espacial (ou Formação Econômica e Social-F.E.S é definida como Formação socioespacial, pois “não há nem jamais houve Formação Social independentemente do espaço”. O termo formação socioespacial será adotado na dissertação para fins de padronização da escrita.

² Geossistema é entendido aqui conforme Bertrand (1971) e Sotchava (1977), devido ao uso de plantas medicinais ligados ao seu potencial ecológico onde na prática é feito pela exploração biológica. Tanto o potencial ecológico quanto a exploração biológica são projeções da ação antrópica, sendo portanto um estudo que também insere conceitos do geossistemas, analisado nesta dissertação como teoria e método.

de associações ou cooperativas por não ver retorno financeiro satisfatório apesar de utilizar sua força de trabalho).

Há dificuldade por parte dos camponeses em entender em que nível e escala de mercado estão sendo inseridos ao participarem do mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus. Para os camponeses, fitoterápicos e fitocosméticos são, respectivamente, remédios feitos de forma caseira e artesanal geralmente e “receitas” passadas de geração em geração de plantas que fazem bem a pele, ao cabelo, entre outros.

Para os camponeses, o uso e o trato de plantas é tão natural que é difícil entender que esse conhecimento construído no seio familiar é de tanto interesse empresarial mercadológico devido ao seu caráter altamente lucrativo e também que nesse “novo” contexto estão inseridas tecnologias sofisticadas. Afinal, esse mercado se refere a transformações com o uso da biotecnologia, de moléculas, de princípios ativos.

Buscou-se identificar e analisar as relações entre as condições naturais (biogeográficas, pedológicas, climáticas entre outras), os camponeses (produtores da matéria-prima *in natura* e, em alguns casos, de um semielaborado com pouco valor técnico/tecnológico agregado), as empresas de níveis locais (Pharmakos, Gotas, Harmonia Nativa), estaduais (CUPUAMA), nacionais (Beraca/PA, Natura/SP) e mundiais (Croda) e as instituições públicas ou público-privadas (SEBRAE-AM, SUFRAMA, INCRA, IDAM/SEPROR). Ou seja, sujeitos sociais enfraquecidos (política e economicamente), no caso os camponeses, em relação direta com empresas capitalizadas e próximas de centros decisórios de poder e mercado e com o poder público.

Esses sujeitos (econômicos e sociais) com modos de vida diferenciados e agentes (públicos e privados) com diferentes interesses possuem forças opostas e desiguais, e geram usos diferenciados da biodiversidade para a produção de fitoterápicos e fitocosméticos.

A espacialidade do mercado também cria uma relação campo-cidade e se implementa nas infraestruturas que surgem a partir dos anos 2000, como: cooperativas e associações, Unidades de Conservação criadas pelo interior do estado do Amazonas.

O foco para a Amazônia fica cada vez maior associado ao que se denomina de sustentabilidade, o que, na verdade, corresponde às ideologias de mercado

criadas intencionalmente para atender às indústrias e criar uma ilusão de que as políticas relacionadas à natureza são bem sucedidas. No Amazonas, as instituições relacionadas ao ambiente natural, à biodiversidade, possuem uma séria de dificuldades em executar as políticas, em conseguir dinheiro suficiente para a realização de trabalhos de campo.

Muitas dessas políticas não chegam à base camponesa como implementação de estruturas necessárias para a reprodução do modo de vida camponês (MARX E ENGELS, 2009), que um dos sujeitos que transformam a mercadoria no decorrer da cadeia produtiva de fitoterápicos e fitocosméticos ligada ao mercado de Manaus e a escalas nacionais e internacionais.

O camponês do mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus não obteve como retorno territorialização de benfeitorias para si, como classe social. Isso acontece devido a uma intensa exploração das relações capitalistas de produção que fixa lucro para seus empreendimentos, geralmente com o apoio do Estado, ao contrário da lógica camponesa de trabalho e vida, uma lógica não capitalista, baseada na reprodução social, econômica e política da família, no uso do etnoconhecimento da biodiversidade (das plantas medicinais, dos ambientes biogeográficos cultivados ou naturais, de partes importantes do geossistema).

Esse modo de vida persiste por anos e, mesmo com a inserção de capital no espaço rural, os camponeses continuam com sua lógica diferenciada, porque contraditoriamente eles são explorados pela lógica capitalista, mas também são imprescindíveis à produção capitalista.

A produção de fitocosméticos e fitoterápicos polarizados por Manaus também corresponde a uma nova atividade para os camponeses, que tradicionalmente trabalham na produção de alimentos, e para o estado do Amazonas, que possui sua economia baseada no Polo Industrial de Manaus, que produz eletroeletrônicos, a conhecida Zona Franca de Manaus (ZFM).

A dissertação é resultado de questões ligadas à geografia como totalidade, devido à formação socioespacial que “expressa a unidade e a totalidade das diversas esferas – econômica, social, política, cultural – da vida de uma sociedade, daí a unidade da continuidade e da descontinuidade de seu desenvolvimento histórico” (SANTOS, 1977). A totalidade envolve também o uso da biodiversidade de forma específica e o mercado de fitoterápicos e fitocosméticos e a problemática de

algumas dimensões da relação sociedade-natureza mediadas pelo comércio e pela tecnologia.

O modo de produção capitalista apresenta várias potencialidades econômicas dos fitoterápicos e fitocosméticos, o que justifica a formação de um mercado, como: o uso da biodiversidade amazônica para aproveitar seus valores estéticos e medicinais nas indústrias de cosmético e farmacêutica, enquanto que a formação socioespacial mostra o mercado dos fitos como uma possibilidade realizada em Manaus que se relaciona a outros lugares de produção; cada lugar (Manaquiri, Careiro, Ananindeua, São Paulo) com uma significação social devido ao momento histórico que permite a existência de tal mercado.

O entendimento da totalidade do mercado de fitoterápicos e fitocosméticos tem como ponto de partida a distribuição espacial dos produtos, posteriormente, ligado a isso, as políticas públicas, denominadas territoriais que criam infraestruturas e outros espaços fundamentais à existência do mercado, as potencialidades estruturais do mercado no Amazonas, e os ambientes biogeográficos que possibilitam o uso da biodiversidade em diferentes escalas. Ou em outra forma, a natureza como mercadoria.

Nesse trabalho, são tratados os problemas ligados ao mercado de fitoterápicos e fitocosméticos que há aproximadamente quinze anos possui políticas estaduais e nacionais específicas para sua reprodução e manutenção e que impactam o uso da natureza, seja como potencialidade ou recurso natural.

A Unidade Espacial de Análise é formada por:

- Manaus, capital do estado do Amazonas, onde estão os setores dos poderes públicos como secretarias estaduais, as bioindústrias e onde a produção industrial e o desenvolvimento técnico e científico é mais forte e consolidado, assim como a presença de força de trabalho qualificada no contexto do Amazonas;

- Manaquiri (AM), município do interior do Amazonas, onde está localizada a COOPFITOS, uma cooperativa criada pelo incentivo do SEBRAE-AM, IDAM e Prefeitura de Manaquiri, que produz óleo vegetal de andiroba e abastece uma bioindústria de Manaus;

- Careiro Castanho, município do interior do Amazonas, onde está a empresa CUPUAMA, que possui uma relação direta com uma empresa inglesa multinacional (CRODA), devido à produção da manteiga de cupuaçu e que comercializa para algumas bioindústrias de Manaus;

- Presidente Figueiredo, município do interior do Amazonas, local de uma propriedade privada de uma bioindústria de Manaus, que produz cajuru (planta medicinal) como matéria-prima, e onde está localizada a ACSAA, que produz a manteiga do cupuaçu.

Recentemente, foram identificados ainda:

- Carauari, município onde a empresa Natura possui uma relação comercial direta com camponeses para o fornecimento de matéria-prima e a participação dos camponeses no processo de produção do semielaborado 01 como forma de agregar valor aos seus produtos, devido ao vínculo com o bioma amazônico e os chamados “povos tradicionais”.

- Ananindeua, município da Região Metropolitana de Belém (Pará), onde se localiza a empresa Beraca que também fornece matéria-prima às bioindústrias de Manaus e atualmente está agindo como reguladora de preço das matérias-primas, assim como a:

- Natura, empresa brasileira que possui uma instalação no município de Carauari, onde mantém um contrato com os camponeses para a comercialização direta de matéria-prima. Também possui um escritório em Manaus.

Os trabalhos de campo foram realizados com o intuito de conhecer a realidade nos lugares de produção da matéria-prima *in natura*, assim como identificar os modos de vidas dos sujeitos produtores, as políticas públicas relacionadas, as dificuldades/facilidades na produção, distribuição e circulação das mercadorias e as relações espaciais necessárias para a reprodução do mercado de fitoterápicos e fitocosméticos de tais municípios ligados à Manaus.

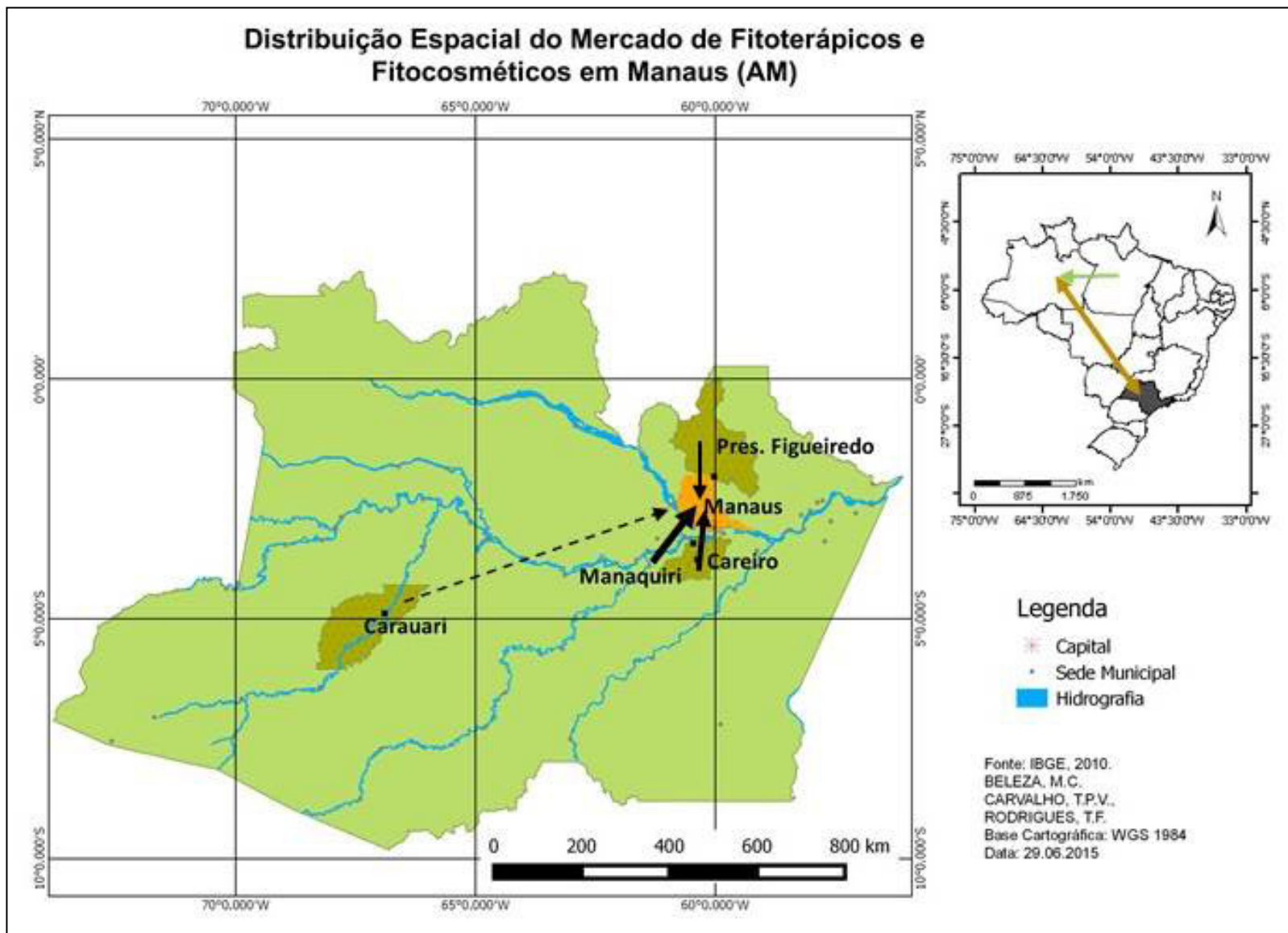
A distribuição espacial do mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus (AM) (MAPA 01) foi identificada no decorrer da dissertação. Os municípios de Manaquiri, Careiro e Presidente Figueiredo são representados no mercado em questão, respectivamente, por: uma cooperativa (Coopfitos), uma empresa (Cupuama) e uma associação (Abonari).

Manaquiri tem uma ligação mais forte com Manaus devido ao fornecimento do semielaborado 01 para as bioindústrias ser mais constante e regular. Careiro Castanho também tem relação com as bioindústrias de Manaus, porém a quantidade fornecida é menor se comparado a Manaquiri. Presidente Figueiredo tem uma relação menos intensa devido à paralisação que ocorreu nas atividades da associação.

O município de Carauari está diferenciado, pois é um município não visitado em trabalho de campo. As informações obtidas e utilizadas na dissertação são resultado de dados secundários³. Carauari é representada no contexto do mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus pela Asproc, uma associação que vende semielaborado 01 diretamente para a Natura, que, por sua vez, tem um escritório em Manaus, e sede em São Paulo. A relação entre Amazonas e Pará é representada pela empresa Beraca que fornece matéria-prima às bioindústrias de Manaus.

A relação entre Amazonas e São Paulo ocorre no decorrer da cadeia produtiva, resultando em uma dependência tecnológica de Manaus. Pela ausência de biotecnologia e de outras infraestruturas referentes às legislações sanitárias, há uma necessidade do produto ainda em elaboração ser enviado para São Paulo, retornando posteriormente enquadrado nas normas fitossanitárias.

³ Os dados secundários são resultados de levantamento bibliográfico e uma palestra promovida por alunos-pesquisadores do grupo de pesquisa do INPA ao qual a autora estava inserida durante o mestrado.



Mapa 01 – Localização dos municípios no Amazonas que interagem no mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus (AM), que possui uma centralidade, tanto como receptora quanto como emissora de informações relacionadas aos produtos em elaboração.

A partir da tentativa de consolidar o mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus, o Estado se apresenta como um dos agentes principais para a efetiva produção das mercadorias localmente. A polarização de Manaus é explicada devido à concentração em nível estadual de serviços e infraestruturas necessárias ao mercado de fitoterápicos e fitocosméticos, bem como devido à proximidade do poder público, o que facilita a reprodução do mercado, apesar de que Manaus estar muito distante – sentindo de ligação econômica e política (geográfico), e não somente no sentido de distância física – das regiões produtoras de matéria-prima e, por outro lado, das regiões concentradoras de tecnologia mais avançada. Manaus está no meio termo.

Uma real consolidação do mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus significa deixar em Manaus e no Amazonas os proventos da cadeia produtiva como um todo, no entanto, ainda hoje, o Amazonas possui uma dependência tecnológica com outras regiões econômicas do Brasil que possuem maior concentração de capital fixo, como: São Paulo. Segundo Moraes (2005), “o capital está depositado em poucos lugares, enquanto a lógica capitalista impera nos diversos quadrantes do globo. Enfim, há lugares submetidos ao capitalismo com baixíssimo provimento de capital”.

Aqui o objetivo não é fazer uma geografia de fitoterápicos e fitocosméticos ou geografia de mercados, mas sim uma geografia capaz de identificar e analisar de forma atual a totalidade do processo que produz diferentes usos da biodiversidade como elemento de domínios de natureza. Isso no processo de produção do conhecimento geográfico que tenha como suporte a relação sociedade e natureza como categoria de análise, tal relação é sinônimo de geografia e concretude, mas acima de tudo de uma capacidade analítica interdisciplinar.

- TÉCNICAS DE PESQUISA

Para a construção do projeto de dissertação, foram utilizadas também informações empíricas do período de Iniciação Científica. Foram feitos trabalhos de campo em municípios considerados de interesse para a delimitação da área de

estudo⁴. As entrevistas foram realizadas com formulários (entrevistas semiestruturadas) com camponeses, empresários e funcionários públicos de instituições em Manaus e nos municípios do interior do estado, o que ajudou na identificação dos sujeitos envolvidos na temática da pesquisa, sejam produtores, políticos, entre outros.

Os trabalhos de campo da Iniciação Científica foram realizados de 2009 a 2012 em diversas localidades. Foram utilizadas entrevistas semielaboradas buscando um diálogo com os entrevistados bem como a possibilidade de responder as perguntas deles também. Junto às entrevistas, foi realizado o registro fotográfico e por meio de vídeos, autorizados pelos entrevistados.

Em 2009, os primeiros lugares visitados foram as feiras na cidade de Manaus, como:

- Feira da Manaus Moderna, localizada no centro da cidade em frente ao Porto da Manaus Moderna;
- Feira da AFAPA, localizada na Avenida Eduardo Ribeiro, próximo a pontos turísticos da cidade, como o Teatro Amazonas. Esta feira funciona aos domingos;
- Feira da Expoagro, localizada no bairro Santa Etelvina, próximo à barreira entre a cidade de Manaus e as rodovias.
- FIAM, localizada no Studio 5. Ocorre bianualmente sendo promovida pela SUFRAMA.

Com as informações obtidas durante as entrevistas com os feirantes/empresários⁵, foi possível realizar trabalhos de campo nas indústrias de fitoterápicos e fitocosméticos, como: Gotas da Amazônia, Pharmakos D'Amazônia, Agrorisa, Amazon Ervas, BioEssências, Grupo EcoNatus, Aramac, Harmonia Nativa e Cupuama. Dessas empresas, quatro fazem parte de políticas territoriais destinadas ao fortalecimento do mercado da biodiversidade, como: o CIDE e o DIMPE. A partir da ida às empresas foi possível traçar um esboço da cadeia produtiva do mercado da biodiversidade e posteriormente do próprio mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus.

⁴ A área de estudo foi delimitada a partir de Manaus (AM). Os municípios ligados ao mercado de Manaus, devido à comercialização de matéria-prima principalmente, são considerados de interesse para a pesquisa e, portanto, também constituem a unidade espacial de análise.

⁵ Os feirantes aqui são os proprietários de micro ou pequenas empresas que expõe e comercializam os produtos com a ajuda de familiares.

Após a ida às empresas, foram realizados os trabalhos de campo no interior do estado do Amazonas, devido às informações das entrevistas foram sendo selecionadas as localizações de maior interesse ao mercado. Na área rural, os entrevistados foram os camponeses, e na cidade, os feirantes e funcionários de instituições relacionadas à pesquisa (INCRA, IDAM/SEPROR, Sindicatos). O objetivo do trabalho de campo no interior foi conhecer os lugares fornecedores de matéria-prima às indústrias e suas relações. Os trabalhos de campo foram realizados:

- Na Coopfitos (2010–2014), nas Comunidades Bom Intento (2010, 2011 e 2013), Cai N'Água (2010, 2011 e 2013), Andiroba (2014), em Manaquiri (AM);
- Na Cupuama (2010, 2011 e 2015) e no PA Panelão (2010, 2011, 2013), no Careiro Castanho (AM),
- Em Itapiranga (AM), em 2011, para observar o trabalho de um *atravessador*;
- Na AVIVE, em Silves (AM), no ano de 2011, mas não houve uma receptividade pela Associação, impossibilitando a continuação de um trabalho.
- Na RESEX do Rio Jutaí e na ASPROJU, em Jutaí (AM), em 2011 e 2012;
- No PA Tarumã Mirim (2011 e 2012), na área rural de Manaus,
- No PA Rio Juma (2011), em Apuí (AM)
- Na ACSAA (2011 e 2012), em Presidente Figueiredo (AM).

Em todos os municípios, o transporte utilizado para chegar foi o barco ou a lancha. Nos casos dos PAs, a via terrestre foi utilizada. Para se chegar ao município de Apuí, localizado no sul do Amazonas, realiza-se um transporte bimodal, onde uma viagem de 7 a 12 horas é realizada de lancha (dependendo de como o Rio Madeira está podem haver diversas paradas, aumentando o tempo de viagem) e no segundo dia de viagem, o transporte é terrestre.

Para chegar ao município de Manaquiri são necessárias duas horas de lancha saindo da cidade de Manaus, enquanto que para chegar em Jutaí são necessários 2 dias com uma lancha de maior velocidade. As distâncias são medidas pelo tempo e não pelo espaço físico.

Também foram realizados trabalhos de campo em Instituições públicas em Manaus, como: IDAM, SEPROR, Prefeituras, INCRA, SEPLAN, e houve participações em eventos em Manaus organizados por instituições do Estado.

Nos trabalhos de campo voltados para o mestrado, a intenção foi retornar a alguns lugares para uma comparação de informações, o que permitiu uma análise da dinâmica espacial em torno do mercado de fitoterápicos e fitocosméticos, além de conhecer novos lugares para o conhecimento mais amplo do mercado.

As cadeias produtivas dos fitoterápicos e a dos fitocosméticos são bastante interligadas e complementares, mas, metodologicamente, é possível identificar uma divisão empírica em três segmentos:

1. Fitoterápicos;
2. Fitocosméticos;

Ambos os segmentos possuem legislações próprias, assim como exigências do Estado e de empresas. Possuem uma escala mais ampla, seja nacional ou mundial. O Estado é bastante atuante no sentido de incentivar sua reprodução e ambos possuem um grau de industrialização mais aprimorado.

3. Plantas medicinais: corresponde a um mercado baseado em relações informais, onde muitas vezes ocorrem restrições por parte do Estado (por meio da ANVISA) para a sua produção e comercialização, ao mesmo tempo em que há incentivos na etapa da circulação. Este segmento é produzido e reproduzido há décadas ou séculos.

CAPÍTULO 01 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Esta pesquisa é parte de um conjunto maior de preocupações a respeito dos domínios de natureza e suas potencialidades, onde centramos nossas preocupações. As preocupações são o ponto de partida para a discussão da problemática inerente ao uso da biodiversidade nesta fração do espaço regional, que tem suas características geológicas norteadoras de decisões e impactos diferenciados, principalmente por ações econômicas, o que compromete o funcionamento dos sistemas naturais e certamente dos grupos sociais que o compõem e lhe dão significância.

A correlação de processos naturais e relações sociais de produção é o tema-alicerce para a busca dos objetivos de identificar e analisar as ações na organização dos processos (naturais e sociais).

Relacionado aos objetivos e tendo como apoio as proposições de Lévêque (1999), abordamos o uso da biodiversidade como um conjunto de atividades e processos (naturais, sociais, econômicos, políticos, paisagísticos, entre outros) da relação sociedade e natureza, visto que se busca uma análise a partir da totalidade.

A pesquisa não partiu da “hipótese a ser comprovada”, e sim da hipótese-problemática, partimos de fatos, empiricamente observados que fundamentam a escolha do tema e dos sujeitos da pesquisa, na qual evitamos ideias pré-concebidas, buscando o conhecimento da realidade pesquisada.

Essa pesquisa teve como alicerce procedimentos empíricos, como trabalho de campo para fins de coleta de informações e envolvem também as limitações da autora.

O processo metodológico da pesquisa foi sendo construído e direcionado partir das informações coletadas em trabalhos de campo, fazendo uma interação entre realidade e pesquisa, conforme os questionamentos, as necessidades e as informações iam surgindo. Da mesma forma, a fundamentação teórica da pesquisa não foi “fechada e acabada” para os trabalhos de campo, mas sim foi sendo construída e estruturada durante a análise de dados.

O “fio condutor” da dissertação é o trabalho de Lévêque (1999), assim como de clássicos da geografia que tratam da natureza, como Frolov (1983), Sotchava

(1977) e Gerasimov (1983), e da sociedade sem dicotomias. Junto aos temas subsequentes outras referências foram necessárias conforme o decorrer dos temas.

1.1 JUSTIFICATIVA DO TEMA

O fortalecimento do discurso ambiental criou uma ideologia de Amazônia oriunda de um discurso político, fazendo com que questões sobre o ambiente natural se tornassem fundamentalmente necessárias em políticas e ações do Estado, interferindo nos usos dos territórios e na formação do mercado da biodiversidade em Manaus.

As ideologias sobre uma Amazônia homogênea não revelam os processos geográficos (espaciais, territoriais, paisagísticos) e não responde ou resolve às questões sobre o modo de vida, mercado e infraestruturas da cadeia produtiva e de uso e preservação da natureza.

Esse mercado tem um grande potencial econômico no Amazonas pela quantidade de matéria-prima presente no estado, mas há obstáculos e dificuldades a serem superadas ou amenizadas para que o uso da biodiversidade como recurso natural deixe de ser uma potencialidade para se tornar uma realidade.

O capitalismo como modo de produção historicamente organizado para acumular de forma ampliada o capital tem nos empresários os sujeitos e no Estado as instituições, que exploram economicamente outros: os camponeses e trabalhadores assalariados.

O discurso em torno de um mercado da biodiversidade se justifica pelo valor de uso da biodiversidade que “está constituída pelo conjunto dos seres vivos, pelo seu **material genético, e pelos complexos ecológicos dos quais eles fazem parte**” (LÉVÊQUE, 1999, p. 14 – grifo da autora), ou seja, em cada planta há diversas possibilidades de uso e, conseqüentemente, de troca de mercadorias.

O mercado da biodiversidade em Manaus, que produz vários produtos no decorrer da cadeia produtiva, tem grande dificuldade em diminuir seus custos de produção pelas condições de infraestrutura dos lugares. Sem apoio logístico, os camponeses, que usam sua força de trabalho no processo de produção da matéria-prima *in natura*, são subordinados aos empresários e ao Estado (que ora é parceiro das empresas, ora é parceiro dos camponeses), havendo a extração da renda da terra camponesa.

Esse mercado não ocorre de forma isolada, pois estabelece a relação campo-cidade para sua materialização, incluindo, na cadeia produtiva, vários sujeitos sociais (econômicos, políticos, culturais), ligados à produção, distribuição, circulação e consumo (cadeia produtiva) de mercadorias, assim como as contradições oriundas do modo de produção capitalista. Uma delas é a ausência de uma fixação de renda pelo sujeito camponês, que trabalha com a matéria-prima *in natura*.

Com a consolidação da exploração econômica, por meio da extração de renda da terra, há uma limitação ao desenvolvimento dos camponeses como sujeitos territoriais que produzem para o mercado da biodiversidade com o objetivo de gerar uma renda mensal maior e realizar sua reprodução social, política, cultural e econômica, conforme seu modo de vida.

A relação sociedade e natureza é fruto de uma formação espacial, que cria uma significância em torno de biomas (no caso, o bioma amazônico), de um mosaico paisagístico de múltiplas territorialidades com processos naturais, que assim como alguns processos sociais são de caráter mundial (mundialização do capital).

O conjunto que a natureza proporciona por meio de famílias botânicas específicas (*Meliaceae*, *Arecaceae*, *Sterculiaceae*) que produzem moléculas ativas para tratamento médico e por estética são incorporados por processos biotecnológicos. Nesse caso, a natureza não é um bioma ou uma província geológica em que se pode fazer extrativismo (mineral ou vegetal), pois precisa de processos diferenciados (bioprospecção/biotecnologia) para extração de moléculas e torná-las úteis para as sociedades e seus mercados.

Segundo Lewinsohn e Prado (2008), o Brasil é um dos poucos países megadiversos (pela diversidade biológica) que se distingue pelo seu nível de desenvolvimento de pesquisa científica, mas

nem por isto, porém estes países [megadiversos] têm hoje capacidade autônoma para o conhecimento de sua diversidade de espécies. [...] É necessário, em primeiro lugar, uma apreciação do estado de conhecimento atual, das lacunas neste conhecimento e de suas razões e das dificuldades para superá-las [...] (LEWINSOHN E PRADO, 2008).

O contexto de relação sociedade e natureza e as relações (sociais, econômicas e políticas), que ocorrem pelos interesses e contextos diversos e até opostos, pois é a partir desse procedimento teórico-metodológico que é viável identificar, analisar de como a ação tecnológica se reflete na própria sociedade com

seus diferentes interesses e, posteriormente, propor ações e transformações tanto para a sociedade quanto para a natureza.

1.2 RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA E A QUESTÃO AMBIENTAL

A relação sociedade-natureza é a base analítica da pesquisa devido à transformação de matéria em recurso, o que revela uma projeção social na biodiversidade, visto que “toda matéria é caracterizada por propriedades cuja valorização dependerá da relação que os homens mantiverem com ela” (RAFFESTIN, 1993).

A questão ambiental promoveu um reencontro entre geografia física e geografia humana, por outro lado, criou uma banalidade dos estudos geográficos. Os estudos da dinâmica da natureza atuais não correspondem ao que foram na chamada Geografia Moderna por não possuírem uma abordagem de síntese, pois a intenção é compreender o conjunto de fenômenos físicos na superfície terrestre diante dos contextos sociais e econômicos (SILVA E CORRÊA, 2009).

A natureza se tornou uma referência metafísica, possui um contexto político e econômico, pois não está em lugares intocáveis pela humanidade. Silva e Corrêa (2009) enfatizam o uso da natureza transformada por meio da reprodução em laboratório com a biotecnologia. O objetivo dos autores é discorrer sobre o termo natureza e apontar os vínculos entre a noção de natureza e a noção de sustentabilidade.

Natureza significa a essência dos fenômenos físicos e a essência da psique e da soma humanos. Silva e Corrêa (2009) interpretam o conceito de natureza encontrado em dicionários entendendo que seu significado passa por várias fases até a atualidade. Primeiro, a natureza é totalmente vinculada à cultura humana. Depois, ganha um novo sentido quando há uma predominância do antropocentrismo cuja base de pensamento é o grego-cristão. Surge o discurso de superioridade humana sobre a natureza (SILVA E CORRÊA, 2009).

O pensamento científico moderno (Bacon, Newton e Descartes) aprofunda a visão de que a natureza deve ser dominada e controlada para que o homem se aposses dela, havendo uma cisão entre homem e natureza. Por uma base iluminista, tem-se a ideia de que somente a ciência é capaz de controlar a natureza para

realizar os objetivos do homem, separando a vontade humana do projeto divino (SILVA E CORRÊA, 2009).

A natureza é concebida como recurso e utilidade, sendo sujeitada à dinâmica da produção e do consumo, controlada por meio da técnica. Associado a isso, cria-se um discurso de uniformização dos modos de uso da natureza. Os autores mostram uma preocupação com as seleções genéticas realizadas com as biotecnologias. A natureza, por sua vez, tem respondido aos “ataques” do homem e o *ethos* de sustentabilidade é fundamental para a existência humana associada à conservação da natureza (SILVA E CORRÊA, 2009).

Silva e Corrêa (2009) trazem muito do discurso ambiental, o que por sua vez fundamenta uma análise do mercado de fitoterápicos/fitocosméticos em torno da busca por uma sustentabilidade associando conservação da natureza com desenvolvimento econômico. O Estado utiliza esse discurso para convencer os chamados povos tradicionais de que eles precisam se inserir nesse “novo” paradigma do mundo, mas não reconhece o conceito e a prática do modo de vida particular dos camponeses, que resulta: na utilização de plantas medicinais, nos quintais/sítios agroecológicos, no manejo em suas propriedades.

O Estado e as empresas utilizam o *verde* para mostrar que estão agindo de forma correta com a ecologia da floresta, mas o mercado de fitoterápicos continua sendo uma potencialidade e não uma realidade. A quantidade de floresta não significa a consolidação do mercado, pois contraditoriamente há uma escassez de técnica e capital (RANGEL, 2005), o que impossibilita uma consolidação do mercado e uma unificação do mercado regional, e do mercado regional ao nacional.

O mercado de fitos está pulverizado no Amazonas que centraliza apenas as bioindústrias em Manaus (DIMPE, CIDE, PIM), mas as produtoras de matéria-prima (associações, cooperativas, camponeses individuais) não possuem capacidade de escoar⁶ a produção até Manaus (com exceção de casos em que há feiras realizadas pelo Estado para divulgação dos produtos amazônicos), direcionando a outros lugares com potencialidades de consumo. O entendimento de que a natureza deve ser controlada, dominada, é absorvido de forma diferente dependendo do modo de vida do grupo envolvido na sua transformação que afeta a proximidade entre sociedade e natureza.

⁶ Deslocar a produção, passando pela fase de distribuição e circulação dos produtos.

A biotecnologia no mercado de fitoterápicos/fitocosméticos é importante para separar os princípios ativos necessários para a finalização de um produto com o objetivo medicinal ou estético.

Conforme Monteiro (2004), a questão ambiental possui um caráter *compósito* por isso é essencial que haja uma interdisciplinaridade nos seus estudos. Um dos problemas apontados está na associação dos problemas de formação acadêmica e institucionalização profissional, ou seja, o caminho entre os conhecimentos geográficos e a aplicação prática que deve ser interdisciplinar.

Um dos primeiros desafios é a persistente dicotomia ainda existente entre geografia física e geografia humana que impede uma visão interdisciplinar e de totalidade. Monteiro (2004) critica os geógrafos que analisam a Geografia como uma “mera ciência social” e afirma que se passou de um determinismo ambiental a um determinismo econômico. A dicotomia na Geografia revela uma “nova” face: Formação Socioespacial X Geossistema.

A dicotomia existente na evolução do pensamento da Geografia e na sua aplicação prática não prejudica somente estudos voltados para a temática ambiental, mas a todos os estudos da Geografia que se tornam limitados e caricaturados por não possuírem uma unidade (geografia humana e física), como suporte para uma visão de totalidade, de espaço total, sem recortes (MONTEIRO, 2004).

Com as novas tecnologias surgem questionamentos em relação ao uso da sociedade relacionado ao contexto maior da estruturação global da problemática ambiental na sociedade de mercado, onde planejar para preservar é raro. O que impera é planejar para utilizar ao máximo com menor custo e maior lucro. A geografia transpõe o hábito de ser uma fornecedora de informações e diagnósticos para ser uma ciência que fundamenta a sociedade no planejamento em diferentes escalas de tempo futuro, em relação ao uso da natureza e das relações sociais de produção.

A geografia estruturou um aumento do conhecimento das sociedades e dos governos sobre: a natureza e os recursos naturais, e a dimensão ambiental, das sociedades, de seus espaços e dos contextos de poder e domínio. Sem desconsiderar a valorização da relação natureza e sociedade na vida cotidiana, que, por sua vez, é impregnada de tecnologias para fins de planejamento ambiental e recentemente de gestão dos territórios, inclusive de biotecnologia.

A gestão torna-se elemento da existência e precisa ser feita de forma que os recursos naturais e as sociedades mais fragilizadas⁷ não sejam apenas matéria prima ou recurso humano para determinado projeto. Caso contrário, apenas se reproduzirão estruturas de reprodução da desigualdade e da pobreza. Mesmo para grandes empresas que devem ter a responsabilidade social de suas atividades, assim como para com o meio ambiente. Afinal, a pobreza é entendida não somente como insuficiência de renda, mas a inacessibilidade de políticas públicas e serviços também geram pobreza.

1.3 FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E GEOSSISTEMA

O estudo do mercado dos fitoterápicos/fitocosméticos na Geografia precisa ser estudado na totalidade, pois abrange vários fatores do geossistema e da formação socioespacial necessários para um desenvolvimento social. Com geossistema, é possível identificar os recursos naturais utilizados como matéria-prima que tem sua formação oriunda da inter-relação de componentes naturais, como: clima, solo, floresta, e a projeção humana com diferentes lógicas de apropriação e produção. Com a formação socioespacial, as estruturas de mercado, ação do Estado com políticas públicas específicas, modos de vida e de produção diferentes regionalmente e entre os sujeitos.

O mercado dos fitoterápicos/fitocosméticos tem uma tendência na ciência de se tornar mais uma ecologização da mercadoria que uma dinâmica geográfica; tendência essa que foi discutida na década de 1980 por Gerasimov (1983). A ecologização avalia muito mais o geossistema, enfatizada na crítica de Monteiro (sobre a dicotomia Geossistema X Formação Socioespacial) e na unidade.

A ecologia tem um caráter sistêmico na interpretação da ecologização das ciências contemporâneas e considera pesquisas em outras ciências (biologia, sociologia, economia, Direito), mas para estudar o entorno (condicionante indispensável) é necessária outra ciência: Geografia, que, segundo o autor, abrange um sistema de ciências. Os estudos ecológicos na Geografia podem envolver: *monitoramento* antropogênico, prognósticos, prevenção, otimização do ambiente nos

⁷ Aquelas que estão distante dos centros decisórios de poder e mercado. De certa forma ou totalmente, sem acesso a serviços e produtos essenciais. Distante aqui é em relação à distância política, econômica e social, e não aquela meramente física.

sistemas técnicos-naturais (GERASIMOV, 1983). Isto é, o geossistema como um elemento do planejamento.

O determinismo econômico envolvendo o mercado dos fitoterápicos/fitocosméticos também é uma limitação assim como se refere Monteiro (2004), pois a economia (capital, técnica, ciência, natureza) é uma das bases para a análise do mercado, mas em associação com a política (ação do Estado, organização dos grupos, regras para uso de recursos), o social (modo de vida, identidade territorial) e a cultura (etnoconhecimento) que se materializam em um espaço, por isso Santos se preocupou em criar o termo Formação Socioespacial.

A economia não acontece independentemente dos outros fatores, pois senão bastaria a implantação de cooperativas abastecidas com máquinas para o funcionamento do mercado, mas há o modo de vida, a formação socioespacial regional, os pontos de estrangulamento do mercado, as relações sociais de produção. Nem por isso, o fator cultural possui a responsabilidade em reduzir a dicotomia facilitando estudos interdisciplinares, pois pode haver um determinismo cultural. A autonomia dos grupos deve ser analisada para que o estudo seja científico, com base na dialética, não somente ideológico.

O conceito de geossistema de Viktor Borisovich Sotchava, criado em 1978, objetiva a aplicação de conceitos da Geografia “para fins de desenvolvimento do Estado soviético” (ROSS, 2006). Sotchava (1978) *apud* Ross (2006) propõe que a Geografia “deve estudar não os componentes da natureza, mas as conexões entre elas [...]”.

O geossistema teve como base a Teoria Geral dos Sistemas, do biólogo alemão Ludwig von Bertalanffy, que, por sua vez, não preconizava soluções empíricas. Com a teoria do geossistema, há uma mudança na postura dos geógrafos que absorvem um discurso de desenvolvimento e conservação/preservação da natureza.

No geossistema, está a base natural que produz o que vai ser coletado como matéria-prima, cujos produtos são valorados, valorizados e utilizados pelo mercado. Na formação espacial, estão os componentes das relações entre o camponês, Estado, empresários, assim como seus conflitos, associações, e os interesses próprios de cada sujeito (social, político, econômico).

Em comparação aos ecossistemas, os geossistemas abrangem complexos biológicos, são policêntricos, com uma capacidade vertical mais ampla com uma

abordagem universal feita pelo geógrafo. A colaboração do homem com a natureza está na utilização controlada da natureza para um maior proveito energético (em benefício ao homem) e associada a sua preservação/conservação (SOTCHAVA, 1977). A técnica é importante para uma transformação programada da natureza. É importante considerar que países e povos são desiguais no conjunto de fatores sociais, econômicos, técnicos, produtivos, culturais (FROLOV, 1983).

Frolov (1983) não acredita que a revolução técnico-científica tenha sido a responsável pelo problema ecológico, pois a crise ecológica está relacionada ao sistema social, não ao uso de técnicas. O uso da natureza é realizado com parte da produção material da sociedade que cria um habitat artificial (segunda natureza). A chave para entender a crise ecológica é a análise dos fatores sociais, por isso não é coerente gerar estudos que separem natureza de sociedade, e vice-versa.

O pensamento de Frolov (1983) que acreditava que a chave para entender a crise ecológica na década de 1980 não era a técnica, mas sim os fatores sociais é aplicado ao mercado de fitoterápicos e fitocosméticos que ao relacionar a produção camponesa de matéria-prima exagera nos incentivos externos em relação à maquinaria deixando de considerar os fatores sociais.

Gerasimov (1983) entende que a Geografia é uma ciência capaz de estudar ambiente relacionado ao seu entorno que condiciona muitas vezes as relações ecológicas. O mercado de fitoterápicos e fitocosméticos necessita de matéria-prima que é oriunda de propriedades camponesas, terras públicas e propriedades privadas.

A “hierarquia da construção” é importante para o Geossistema que não possui uma escala de estudo única. Ao definir uma escala a trata como uma unidade dinâmica com uma organização geográfica própria. O geossistema é policêntrico, abrange complexos biológicos, ou seja, abrange vários ecossistemas (biocenose⁸ + biótopo⁹), uma totalidade. Utiliza a categoria da paisagem e os conceitos de geômero e geócoro (SOTCHAVA, 1978).

Segundo Rizzini (1976), por necessidade de especialização no campo da investigação, há uma divisão em três campos: ecólogos (cuidam do estudo das forças ou fatores ambientais e/ou das relações planta-meio), fitossociólogos (da

⁸ Biocenose é a comunidade de seres vivos que ocupa dado habitat (RIZZINI, 1976, p. 7)

⁹ Biótopo ou nicho é a menor área caracterizada por um ambiente particular, o que equivale a dizer que é a menor unidade de habitat (RIZZINI, 1976, p. 7)

estrutura das comunidades) e fitogeógrafos (da dispersão, migração e distribuição dos vegetais).

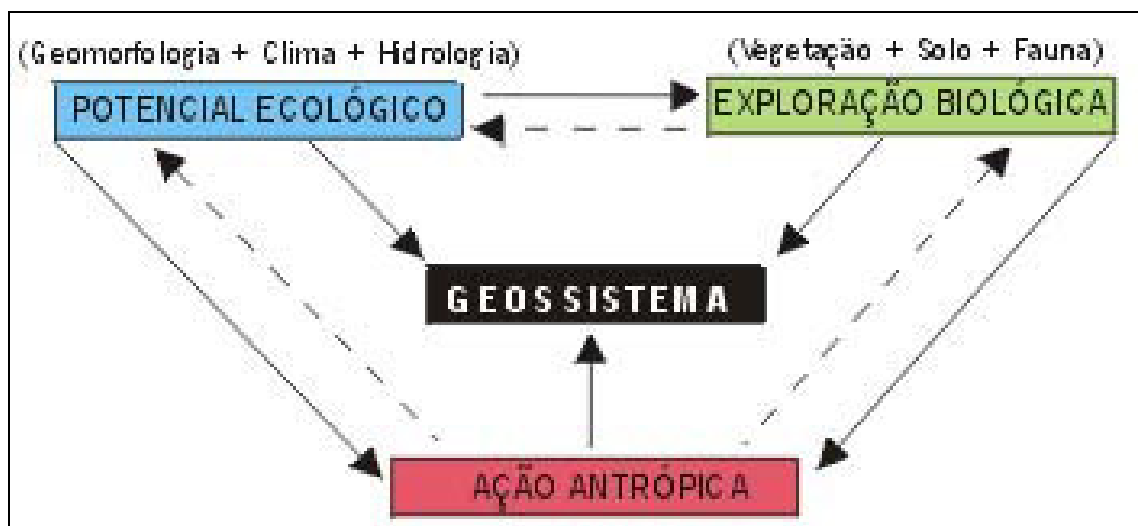


Diagrama 01 – A proposta do trabalho se fundamenta na relevância do potencial ecológico e da exploração biológica como elementos que envolvem o geossistema e ações humanas, em uma inter-relação entre teoria e método, o que sustenta teoricamente a pesquisa e seu objeto empiricamente observado e conforme Bertrand (1971), por ser uma abordagem geográfica que não se confunde com aquela de ecossistema.

O estudo do bioproduto a partir do geossistema leva a identificação de transectos em uma escala (econômica e social) definida (Comunidade, quintal agroecológico, roça entre outros) para analisar as conexões entre os componentes naturais necessários para a criação da matéria-prima *in natura*. Outra aplicação do geossistema é o conceito de previsão de impactos ambientais desenvolvido por Ab'Sáber para se prever os impactos sociais e econômicos em diferentes e escalas de tempo futuro nas áreas naturais de produção de matéria-prima que agora também possuem interesse industrial.

Já o conceito de formação social¹⁰ foi empregado por Marx na Contribuição à Crítica da Economia Política com o mesmo significado de sociedade, sendo posteriormente desenvolvido por marxistas estruturalistas passando a significar tipos de sociedade (BOTTOMORE, 1988, p. 159).

Segundo Harnecker (1978), formação social difere de modo de produção, pois envolve uma realidade concreta, complexa, impura, podendo ser um país ou uma série de países com uma história comum, e abrange várias estruturas regionais. O

¹⁰ Aqui, conforme Marx empregou o conceito de formação social, que é diferente de formação socioespacial.

fundamental do conceito é entender que “na maior parte das sociedades historicamente determinadas defrontamo-nos com a existência de várias relações de produção, sendo sempre uma delas dominante [...]”.

O fitoterápico/fitocosmético se encontra na relação sociedade e natureza ou geossistema e formação socioespacial por necessitar de uma base biológica integrada (floresta, solo, clima, relevo) para a produção de matérias-primas (recursos: plantas, semielaborados, bioproduto) apropriadas por diferentes lógicas e relações de produção (camponês, empresa/indústria, Estado) inseridas na estrutura dominante do modo de produção capitalista (DIAGRAMA 01).

O estudo do bioproduto e de formação socioespacial pode ser aplicado na análise dos sujeitos do mercado do bioproduto e sua relação com o espaço a fim de realizar seus objetivos. Os empresários precisam de incentivos econômicos (redução de impostos, criação do DIMPE e Cide que disponibilizam um espaço para as bioindústrias, promoção de feiras para venda de produtos, obtenção de matéria-prima com o mínimo de custo) e os camponeses precisam de incentivos sociais e econômicos para incluir na força de trabalho familiar as atividades com o bioproduto (venda direta ao consumidor, inclusão da família no trabalho, aumento de renda financeira, fixação de renda da terra).

O Estado organiza o espaço do bioproduto direcionando os incentivos, de acordo com seus interesses político-econômicos. Por exemplo: Brasil e Amazonas têm a necessidade de se inserirem nas pautas ambientais (e econômicas) mundiais (Rio+20, por exemplo), devido à difusão do discurso ambiental no mundo, incluindo a Amazônia como área de relevante interesse ecológico. O bioproduto seria o resultado do desenvolvimento econômico (geração de empregos de infraestrutura de produção) e da conservação ambiental (pela forma de produção da matéria-prima).

A formação socioespacial também analisa os conflitos de interesse em um mercado composto por camponeses, empresários e Estado. O papel do bioproduto é difundido em discursos sobre *desenvolvimento sustentável* (conservação ambiental e desenvolvimento econômico) do Governo estadual e federal, que o apontam como uma alternativa aos camponeses e uma forma de consolidar o papel industrial e ambiental do Amazonas.

A formação socioespacial significa a evolução das particularidades de uma sociedade relacionada com as forças externas que a influenciam. Essa categoria é diferente de modo de produção; a formação socioespacial expressa a

unidade/totalidade da vida de uma sociedade com as continuidades e descontinuidades do seu desenvolvimento histórico. A ênfase nessa categoria está nas especificidades que revelam um dado tempo histórico, mas sem o geral e a totalidade, a categoria é uma mera potência (SANTOS, 1977).

A diferença entre formação socioespacial e sistema social é que esta última é uma teoria universal. O modo de produção abrange a formação socioespacial e representa uma potencialidade, uma *possibilidade de realização* enquanto que formação socioespacial é a *possibilidade realizada* e o concreto de uma sociedade historicamente determinada (SANTOS, 1977).

Mamigonian (1996) faz um retrospecto na evolução do pensamento geográfico mostrando quais paradigmas e pensamentos estavam latentes quando a Geografia se firmou como ciência no século XIX. O marxismo teve o mesmo período de formação, cuja diferença entre ambos estava no direcionamento dos estudos; a geografia servia a ala direita, criada principalmente com uma base alemã, e o marxismo servia a ala esquerda, criado mais internacionalmente.

O capitalismo segue uma tendência em separar a Geografia Humana da Geografia Física assim como separar a Geografia da Universidade criando estudos cada vez mais especializados. O capitalismo se interessa pelo Geossistema como uma visão abrangente da natureza que abarque seus problemas ambientais, mas não pela Formação socioespacial que se interessa pelos problemas sociais (MAMIGONIAN, 1996).

As leis naturais são vistas com mais facilidade como se somente essas interferissem na relação sociedade e natureza e tivessem vontade própria em comparação com as leis sociais. A Geografia Física com o Geossistema segue mais progressos do que a Geografia Humana, impossibilitando uma aproximação entre a história dos homens e a da natureza, ou seja, a unidade da Geografia (MAMIGONIAN, 1996).

No entanto, o mercado de fitos não é somente uma base natural, pelo contrário é uma formação socioespacial específica que condiciona o uso da natureza e de que forma esse uso ocorrerá, sendo um fator de muita influência. Afinal, foi somente com a criação de leis e do interesse público que o geossistema passou a ser utilizado para um mercado de fitoterápicos/fitocosméticos mais abrangente e conectado a um mercado nacional e mundial, apesar da potencialidade do bioma amazônico já ser evidenciado há no mínimo três décadas.

Para Moraes (2005), a formação socioespacial brasileira é a base para o entendimento na mudança no ato de planejar no Brasil. Ficou claro que o planejamento deve ser realizado de forma integrada, e não setorial, assim como a própria disposição dos órgãos públicos deveria ser integradas, pois todos os temas se inter-relacionam, sendo problemático analisá-los separadamente. A interdisciplinaridade corresponde a uma necessidade epistemológica, mas ainda assim deve haver uma disciplina norteadora dos princípios.

Moraes (2005) levanta uma questão de cunho ético: a quem pertence o patrimônio natural de um país? No caso, o Estado seria o detentor do território do país, mas quem seria o detentor da biodiversidade, que apesar de ter caráter local, em muitos casos, o mecanismo de sua existência é extraterritorial, pertence a outros países e mesmo a áreas internacionais.

Para uma análise epistemológica, são necessários alguns pontos na pesquisa: localização filosófica (escolha de uma base disciplinar com um cabedal de conhecimentos), pesquisa metodológica (para um diálogo entre métodos) e uma padronização na linguagem (proporcionará concretude na comunicação), ou seja, é um processo de universalização dos conceitos com uma base empírica diferenciadora (MORAES, 2005).

O processo de consolidação da ecologia (ora uma ciência, método ou questão social/objeto de interesse e de intervenção política) proporcionou uma dificuldade na formação de uma consciência ecológica. O autor propõe que um caminho dessa consciência é historiar as ações práticas dessa forma de consciência enquanto movimento social (MORAES, 2005).

Na Declaração de Estocolmo de 1972, foi reafirmado o direito soberano dos países quanto ao uso de seus recursos naturais, o que possibilita a criação de uma geopolítica sobre a questão ambiental. O entendimento de que há recursos naturais finitos unifica o discurso dos ambientalistas. Os desdobramentos desse discurso levam ao entendimento de que a natureza é um produto, seja como bem material ou bem simbólico, e que a natureza é um banco biogenético, como uma reserva de valor. Esse ambientalismo se constitui como importante componente da espacialidade do mundo (MORAES, 2005).

O grande agente de produção do espaço e de ocupação do território é o Estado, que possui um poder centralizado territorialmente (território possui dominação política institucionalizada). O ordenamento territorial é distinto de

regulamentação de uso do solo. O ordenamento é uma visão macro do espaço enfocando os conjuntos espaciais e espaços de interesse estratégico ou uso especial (MORAES, 2005).

O capitalismo busca submeter todos os lugares a sua lógica enquanto que o capital tende a ser seletivo para escolher lugares onde se concentrará. Isso reflete na política ambiental cabendo ao Estado o papel de controlar a incorporação dos lugares à economia de mercado para que os grupos sociais permaneçam nos seus lugares. E o planejamento participativo é um desafio (MORAES, 2005).

1.4 MERCADO E COMÉRCIO

O comércio “representa uma atividade de mediação entre o produtor e o consumidor, objetivando um lucro, ou modalidade econômica, com a finalidade de transferir produtos de um a outro produtor e deste ao consumidor” (GASTALDI, 2006). Na cadeia produtiva de fitoterápicos e fitocosméticos, o comércio está presente em todos os processos: produção, distribuição, circulação e consumo (TABELA 01)

PRODUÇÃO	DISTRIBUIÇÃO	CIRCULAÇÃO	CONSUMO
Camponeses	Associação/ Cooperativa	Bioindústrias de Manaus	Consumidor final
Camponeses	<i>atravessador</i>	Feirantes	Consumidor final
Camponeses	<i>atravessador</i>	Empresas menores no ramos e possivelmente com a documentação legal incompleta	Consumidor final

Tabela 01 – Descrição geral da produção, distribuição, circulação e consumo da cadeia produtiva dos fitocosméticos e fitoterápicos em Manaus. Fonte: trabalhos de campo de 2009 a 2015 e Tabela: Demonstração da produção, distribuição, circulação e consumo do peixe em Manacapuru (SILVA, 2009, p. 94). Elaboração: 2015

O comércio apresenta algumas relações importantes da cadeia produtiva, como: a relação camponês (produtor de matéria-prima)–cooperativa (intermediária

entre camponês e empresas bioindústrias de Manaus), camponês-atravesador¹¹, camponês-empresa (no caso da empresa CUPUAMA do Careiro, a relação ocorre sem intermediários, empresa (de Manaus)-empresa (de outros lugares do Brasil, que vendem produtos com mais tecnologia), conforme o quadro 01.

Camponeses	Associação/ Cooperativa	Bioindústria de Manaus (DIMPE/ CIDE)	Empresa de São Paulo	Bioindústria de Manaus	Consumidor Final
Camponeses	Empresa CUPUAMA	Empresa CRODA	Empresa NATURA	Consumidor final	
Camponeses	<i>Atravesador</i>	Empresa (DIMPE/ CIDE)	Empresa de São Paulo	Bioindústria de Manaus	Consumidor final
Cultivo particular realizado pela bioindústria Pharmakos	Bioindústria Pharmakos	Empresa de São Paulo	Bioindústria Pharmakos	Consumidor final	
Camponeses	Associação	Bioindústri as não identifica das	Não há informação		
Camponeses	Associação	Empresa Natura	Consumidor final		

Quadro 01 – A rede de distribuição do mercado de fitoterápicos e fitocosméticos no Amazonas com relação a Manaus. A cada fase há uma escala de economicidade e de transformação da natureza. Nem todas as fases foram identificadas. Há um caso particular de uma bioindústria instalada no DIMPE, onde a mesma realiza o cultivo de uma matéria-prima (crajiru) de sua empresa. Fonte: Trabalhos de campo de 2009 a 2015 e Quadro: Escala de economicidade da pesca em Manacapuru, no Amazonas (SILVA, 2009, p. 100). Elaboração: 2015

¹¹ O atravessador é um sujeito de natureza econômica que não produz as mercadorias, mas possui os meios de transporte e o poder de acesso a determinados lugares. O atravessador vende a matéria-prima geralmente para o empresário.

O comércio hipoteticamente “nivela o excesso ou carestia de mercadorias no tempo e no espaço” (GASTALDI, 2006), fazendo com que se entenda que a comercialização é um processo que exige padronizações e adequações para que tente realizar uma regulação.

No caso dos fitoterápicos e fitocosméticos, no bioma amazônico, há abundância em matéria-prima (plantas medicinais), mas o comércio que tem uma “intenção de lucro ou proveito” cria exigências, como: a matéria-prima de *qualidade*, a matéria-prima em escala industrial, a necessidade de criar entidades de organização da produção (cooperativas e associações) a fim de concentrar a produção para uma venda mais direta e agilizada para as empresas que detêm os maiores lucros e proveitos.

O comércio “difere da circulação, que é apenas uma sucessão de trocas, [...] se interpenetra com a circulação, a repartição e o consumo das riquezas” (GASTALDI, 2006, p. 193).

As relações comerciais da cadeia produtiva de fitoterápicos e fitocosméticos de Manaus se iniciam com um mercado institucional, tendo em vista que foi o Estado que impulsionou um ordenamento territorial voltado aos fitoterápicos e fitocosméticos, com suas políticas públicas ambientais, territoriais e econômicas.

Em nível federal, há o destaque para a Política Nacional de Plantas Medicinais (PNPMF, Decreto nº 5.813, de 22/06/2006). Outra política de destaque é o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) lançado em 2009 em Manaus (AM) (MDA *et. al.*, 2009). Em nível estadual, há o Arranjo Produtivo Local (APL) de Fitoterápicos e Fitocosméticos de 2011, que consiste em algumas diretrizes para o desenvolvimento do APL, porém desde 2011 o APL está com suas atividades paradas, segundo entrevistas realizadas no final de 2014 com o atual coordenador do setor de APL da SEPLAN.

Segundo Silva *et. al.* (2011)

A importância das plantas medicinais é reconhecida pelo governo através do Decreto nº 5.813, de 22/06/06, que aprovou a Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) e a inserção no sistema de saúde público através da Portaria GM nº 971, de 03/05/06, que aprovou a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no SUS, onde se inserem as diretrizes para a implementação das Plantas Medicinais e Fitoterapia.

CAPÍTULO 02 – PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE E A RELAÇÃO COM O MERCADO DE FITOTERÁPICOS E FITOCOSMÉTICOS EM MANAUS (AM)

O mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus tem como base a junção de dois espaços econômicos: da beleza e do bem estar (saúde), inseridos na política de produtos da sóciobiodiversidade, conforme MDA *et. al.* (2009).

O mercado é resultado de relações socioeconômicas em torno de ambos os espaços que necessitam de condições estruturais para se concretizarem na sociedade, suas classes e sua economia, onde há lucros de milhões de dólares anualmente.

Manaus para o Amazonas está como uma centralidade potencializadora desse mercado, onde há algumas viabilidades, sociais, econômicas e técnicas, mas nem todas em uma relação de dependência tecnológica, principalmente com outras regiões que conseguem concentrar mais serviços, qualificação profissional, capitais constantes, fixos e de circulação, como a região Centro Sul ou Concentrada, conforme Silveira (2011) que afirma que “as metrópoles se reafirmam como centros de produção de informação e comandos, notadamente na Região Concentrada e particularmente em São Paulo, a partir de novas áreas empresariais”.

Conforme o diagrama 02, a cidade de Manaus possui uma centralidade/gravitacionalidade no mercado de fitoterápicos e fitocosméticos no Amazonas, devido a sua localização produtiva, pois é onde estão as indústrias que transformam a mercadoria com maior agregação de tecnologia. Segundo Calabi e Indovina (1973),

a “localização produtiva” é portanto aquela que mais influencia a organização do território, principalmente porque “localização produtiva” não é somente localização de trabalho morto mas também – e principalmente – porque pressupõe o uso da mercadoria trabalho.

Os municípios amazonenses de Manaquiri, Apuí, Careiro Castanho e Itapiranga fornecem o óleo semi-elaborado (produto com pouca transformação em base de tecnologias, técnicas simples, assim como pouca densidade de capital) oriundo de força de trabalho camponesa ou da força de trabalho de *atravessadores* (que compram a matéria-prima dos camponeses e transportam o produto até outro

ponto da cadeia produtiva); o óleo semi-elaborado chega em maior quantidade, pois ainda será refinado para chegar ao consumidor final.

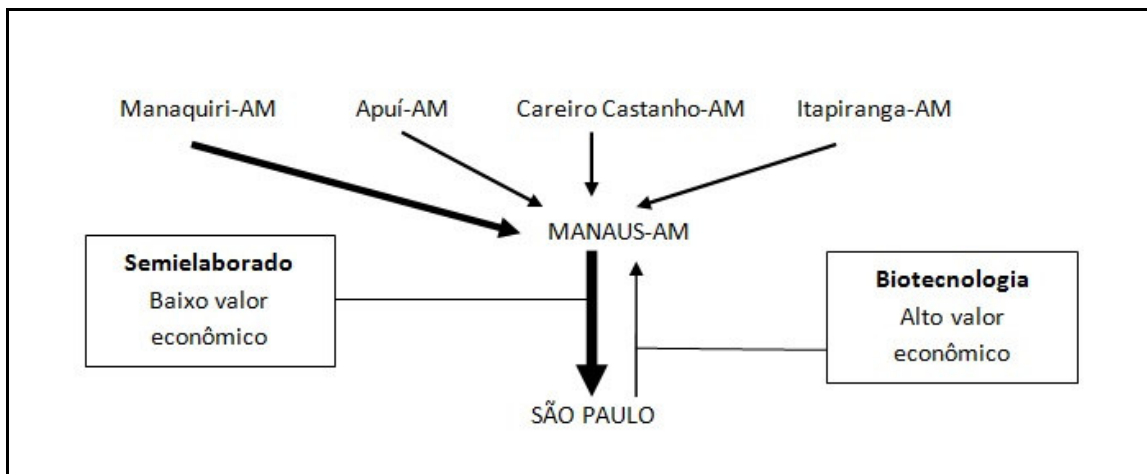


Diagrama 02 – Caminho da mercadoria como produto semielaborado. As setas mostram a direção e também a quantidade de mercadoria enviada à cidade, remetendo a ideia de densidade e de importância dos lugares de produção no Amazonas. Elaborado em: 2014.

Manaquiri apresenta um destaque nesse diagrama devido à Cooperativa de Produtores e Beneficiadores de Plantas Medicinais, Fitoterápicos e Fitocosméticos de Manaquiri-AM (COOPFITOS). Em razão da falta de tecnologia mais aperfeiçoada em Manaus, a mercadoria necessita ir a São Paulo como semielaborado e retorna ainda como semielaborado, mas já com a biotecnologia inserida, o que chamamos de semielaborado 02.

A delimitação da unidade espacial de análise considera Manaus importante devido às preocupações que surgiram nas últimas décadas em torno da questão ambiental. O Amazonas foi colocado nas políticas públicas e nos discursos como o estado “verde”, com menores índices de desmatamento, com um aproveitamento do vasto potencial biogeográfico que possui devido ao bioma amazônico, mas quando se estuda a realidade de uso da biodiversidade se identifica a distância entre o discurso e a realidade.

Também é possível identificar que não há um desenvolvimento social, econômico e político para o camponês como sujeito participante e condicionante da base desse mercado.

Por outro lado, as empresas de escala micro e meso estão conseguindo se estabelecer cada vez mais no mercado, salvo algumas exceções de empresas que

estão apresentando um quadro de declínio na renda, conforme foi identificado, via observação e entrevistas, nos trabalhos de campo.

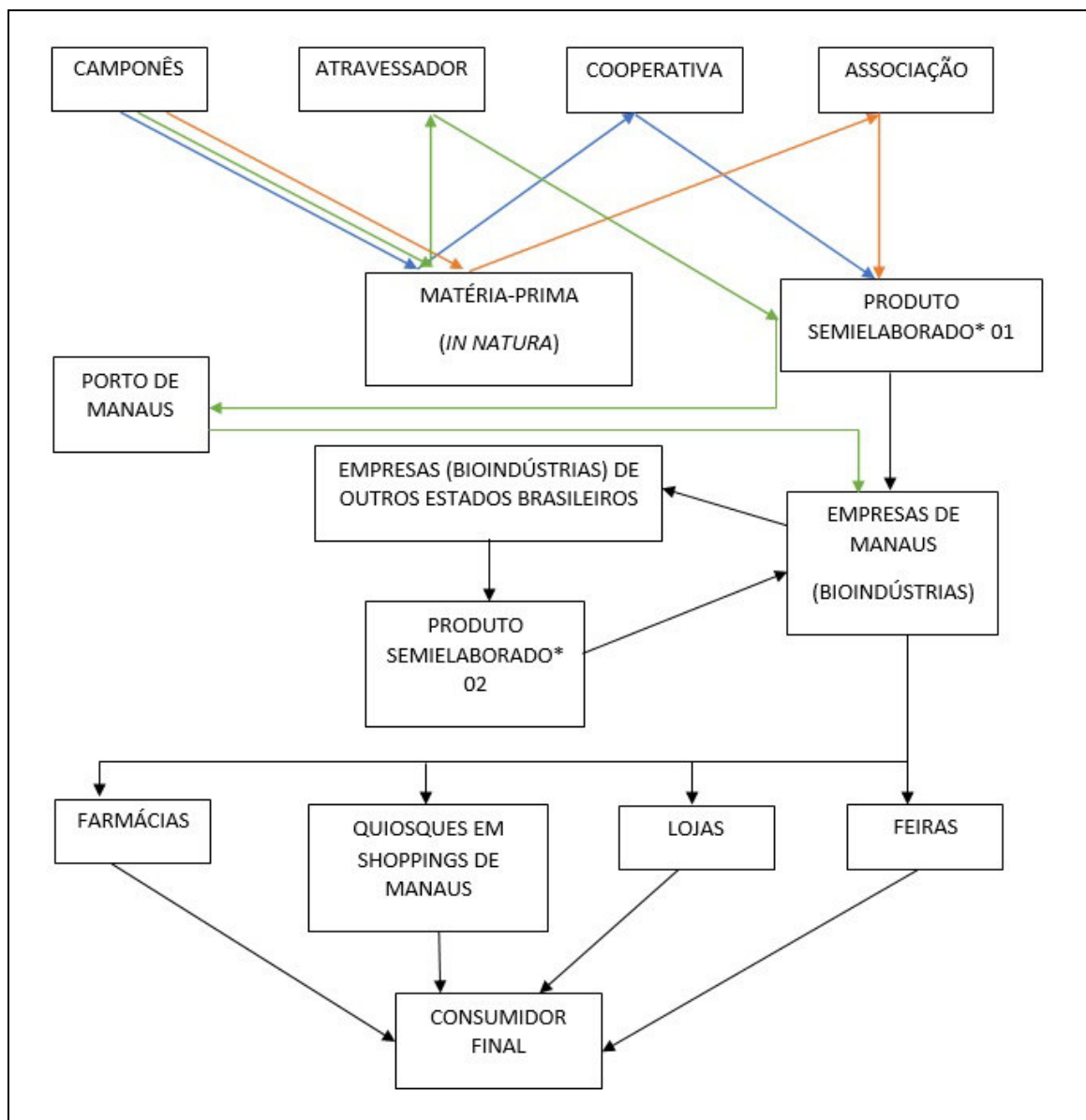
O mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus foi assim definido porque Manaus obrigatoriamente abarca uma série de relações para a formação desse mercado, tornando-se a área principal da Unidade Espacial de Análise da pesquisa. A relação campo-cidade e a relação cidade-cidade são uma constante nesse mercado, tendo em vista que o produto final é resultado de uma longa transformação da biodiversidade.

Conforme Martins e Sano (2009) “apesar de a natureza e sua biodiversidade não existirem em função do ser humano, é fato que temos nos beneficiado enormemente dessa diversidade”, por meio de ciência, tecnologia, força de trabalho e do etnoconhecimento, sob as normas da ANVISA e as leis do próprio mercado.

A produção do fitocosmético e do fitoterápico ocorre com certas especificidades, pois o primeiro tem a finalidade cosmética, de higienização e embelezamento, enquanto que o segundo tem a finalidade medicamentosa, de curar e tratar enfermidades, mas a cadeia produtiva de ambos também é complementar, devido ao valor de uso da biodiversidade e as técnicas e tecnologias específicas de cada uma.

A cadeia produtiva de determinado produto é entendida como os processos de produção, distribuição, circulação e consumo dos fitoterápicos e fitocosméticos. Isto é, todos os fatores que estruturam a formação do mercado com base no caminho percorrido pelo produto em elaboração. Esse caminho não é percorrido de forma linear, visto que há uma série de incentivos e obstáculos para a continuidade dos processos da cadeia produtiva, sejam de ordem natural, política, classista, legal, econômica entre tantas outras. O diagrama 03 mostra de modo geral os sujeitos e a mercadoria em transformação.

Os fitoterápicos e os fitocosméticos são produzidos industrialmente com tecnologias que trabalham com moléculas a fim de utilizar os princípios ativos, gerando milhões de dólares mundialmente, mas localmente a rentabilidade é menor. Desde a primeira modificação da mercadoria, há a transformação da natureza química originária, natureza natural. A partir do momento em que é necessário extrair óleo da semente (ou caroço) de uma planta, já há uma transformação pela perda de umidade, de oxigênio, entre outros fatores fitoquímicos.



* Produtos semielaborados, segundo a ANVISA: Substância ou mistura de substâncias ainda sob processo de fabricação.

Diagrama 03 – Dinâmica geral dos sujeitos e mercadorias produzidas ligadas ao mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus. A coloração diferenciada (nas cores: laranja, verde e azul) mostra o caminho da mercadoria e sua fase de transformação. Elaborado em: 2015.

A diferença entre os fitoterápicos e fitocosméticos está na sua finalidade que interfere no valor de troca e no preço, mas a matéria-prima muitas vezes é mesma, ou seja, uma planta medicinal possui valores de uso que são empregados nas indústrias de acordo com a finalidade desejada. As fases de transformação da mercadoria são subdivididas para um melhor entendimento metodológico dos seus usos (TABELA 02).

FASE	CLASSIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	DEFINIÇÃO	PRODUTOS
1	Matéria-prima <i>IN NATURA</i>	Partes de uma planta utilizada em seu estado bruto, fresca ou seca, sem processos de transformação e/ou industrialização.	Folhas, cascas, frutos, raízes, sementes.
2	Semielaborado 01	Óleos da primeira extração podendo ser realizada de forma artesanal/manual ou com máquinas de pouca tecnologia agregada.	Óleo vegetal bruto
3	Semielaborado 02	Óleos com uma extração mais refinada realizada em indústrias com mais tecnologia agregada.	Óleo vegetal refinado, óleo essencial, extrato vegetal.
4	Mercadoria final BIOPRODUTO	Produto acabado/finalizado já embalado.	Fitoterápico, fitocosméticos.

Tabela 02 – As fases de transformação dos produtos são descritas conforme uma classificação feita pela autora ao longo dos estudos de Iniciação Científica e de mestrado. O mercado depende dessas transformações para sua reprodução. A cada fase é observada a agregação de valor técnico-científico, menor rendimento para o camponês e maior para o empresário, alterando os preços e direcionando também um ganho de proventos maior na medida em que a mercadoria vai sendo transformada. Elaborado em: 2012. Modificado em: 2015.

No decorrer cadeia produtiva do mercado de fitoterápicos e fitocosméticos, a mercadoria vai se especificando conforme é agregado valor tecnológico (econômico) com força de trabalho especializada e uso de tecnologias. A primeira fase da cadeia produtiva é decorrente das relações de trabalho, infraestrutura e condições sociopolíticas para a produção da matéria-prima (*in natura*), depois há a produção dos semielaborados (01 e 02) e, por fim, o produto final.

O processo de agregação de valor vai sendo realizado a cada fase de transformação dos produtos. Todos os produtos são comercializados criando uma relação socioeconômica entre os sujeitos e uma comunicação entre os lugares de comércio e os lugares de produção. Como consequência, há diferentes custos de produção e de formação de preços e valores, organizando a acumulação ampliada do capital, por meio da extração de mais-valia e da renda da terra.

Não é incomum na história haver uma marginalização dos lugares que detêm a matéria-prima (e dos sujeitos que as produzem – os camponeses). Não adianta a matéria-prima está em um país/região e a tecnologia e capacidade empreendedora estarem em outro, por exemplo. Os que detêm a tecnologia terão mais capacidade de usar a matéria prima mesmo que ela esteja fisicamente em outro lugar.

As empresas compram a mercadoria na fase de semielaborado 01 (óleo vegetal ainda com muitas impurezas, extraído sem uma filtragem tecnicamente compatível com as legislações). A andiroba, a copaíba, o cupuaçu, o buriti, o açaí, por exemplo, são utilizados na produção tanto de fitoterápicos quanto de fitocosméticos.

A produção dessas mercadorias apresenta alguns pontos em comum começando pela matéria-prima que pode ser utilizada na base de produção de ambas, assim como a fonte de obtenção da matéria-prima (os camponeses) e algumas legislações também são similares.

Os fitoterápicos e os cosméticos são regulamentados no que se refere às normas sanitárias pela ANVISA (instituição federal, segundo a RDC nº 95, de 11 de Dezembro de 2008). Os fitoterápicos são considerados pela ANVISA como medicamentos fitoterápicos, aqueles “medicamentos obtidos a partir de plantas medicinais. Eles são obtidos empregando-se exclusivamente derivados de droga vegetal (extrato, tintura, óleo, cera, exsudato, suco, e outros)” (Medicamentos Fitoterápicos, ANVISA. Em: 06/03/2014). Os cosméticos são

de uso externo nas diversas partes do corpo humano, pele, sistema capilar, unhas, lábios, órgãos genitais externos, dentes e membranas mucosas da cavidade oral, com o objetivo exclusivo ou principal de limpá-los, perfumá-los, alterar sua aparência e ou corrigir odores corporais e ou protegê-los ou mantê-los em bom estado. (O que é cosmético, ANVISA. Em: 06/03/2014).

O “fito” do fitocosméticos está relacionado à matéria-prima ser vegetal, isto é, elemento biogeográfico. Outro diferencial desse mercado estudado em Manaus é que preferencialmente são escolhidas as matérias-primas de origem amazônica na tentativa de criar uma imagem das empresas ligadas ao bioma Amazônico, à conservação de espécies, do uso da biodiversidade deixando a *floresta em pé*, enfim a um ideário de preservação.

Foi identificado em trabalhos de campo que na fase da produção do semielaborado 01 (COOPFITOS, *atravessador* de Itapiranga-AM, no Careiro Castanho-AM) ou em alguns casos da produção da mercadoria final (empresas em

vias de regularização e não-regularizadas), muitas empresas não seguem todos os parâmetros da ANVISA, que cria uma diferença entre remédios e medicamentos fitoterápicos, devido ao modo de produzir tais mercadorias. A mesma situação foi observada em relação aos fitocosméticos. A questão da regularização e padronização da forma de produzir é ligada à saúde do consumidor e também à inserção de tecnologias mais avançadas em forma de produtos ou em tipos de máquinas a serem utilizadas.

Segundo a ANVISA (2010),

a ideia de remédio está associada a todo e qualquer tipo de cuidado utilizado para curar ou aliviar doenças, sintomas, desconforto e mal-estar.

Já os medicamentos são substâncias ou preparações elaboradas em farmácias (medicamentos manipulados) ou indústrias (medicamentos industriais), que devem seguir determinações legais de segurança, eficácia e qualidade.

Assim, um preparado caseiro com plantas medicinais pode ser um remédio, mas ainda não é um medicamento

A produção caseira de remédios e fitocosméticos é parte do etnoconhecimento de camponeses (não somente, mas principalmente), e acompanha várias gerações. O conhecimento no uso desses (agora) recursos naturais foi se reproduzindo, entre outros motivos, para suprir as falhas da estrutura do sistema público de saúde, que não atende a população do interior do estado (e mesmo da capital) de forma satisfatória.

Afinal, quando há postos de saúde, falta o agente de saúde, quando há o agente faltam os medicamentos. Há muita lentidão nos tratamentos, fazendo com que os moradores tenham que arcar com as despesas do deslocamento às cidades que possuem infraestrutura para seus tratamentos – os que podem arcar com tal despesa, mas existem os que não têm condições, isto é, a maior parte da população.

O uso de plantas foi sendo utilizado pela sociedade até que surgiram os remédios (para gripe, diarreia, cólica, queimadura, picada de cobra, baque, e outros), e, por sua vez, os cosméticos (para cicatriz, para a pele, para os cabelos, entre outros usos).

A comercialização de remédios é realizada em feiras locais, em camelôs da cidade de Manaus e nas proximidades de portos na cidade de Manaus. Algumas empresas de Manaus também compram os semielaborados 01 são produzidos e/ou armazenados sem a padronização exigida, pois afirmam que ou compram da forma

em que está e tentam melhorar por meio de outras técnicas ou não haverá semielaborado o suficiente para o abastecimento das necessidades das empresas. Nesse caso, identifica-se uma falha de mercado. Segundo IORIO (Acesso em: 15/04/2015),

A própria expressão "falhas de mercado", a rigor, parece deixar subentendido que os mercados são como que meios a serem usados para a obtenção de fins. Se estes últimos [...] não são alcançados, fala-se na ocorrência de algum tipo de deficiência no "sistema" (isto é, em resultados "injustos" na ordem espontânea de mercado). Os fins costumam, por conveniência analítica, ser divididos em "técnicos" e "sociais".

Ainda sobre falhas de mercado, Krugman e Wells (2007, p. 13) afirmam que “quando os mercados dão errado, uma política apropriada do governo pode algumas vezes aproximar a sociedade de um resultado eficiente, ao modificar a maneira como os recursos da sociedade são usados”. Os mercados falham resumidamente por três razões, conforme Krugman e Wells (2007, p. 13):

- 1 - As ações dos indivíduos têm efeitos colaterais que não são devidamente levadas em conta pelo mercado.
- 2 - Uma das partes impede que ocorram trocas mutuamente benéficas ao tentar capturar para si uma proporção maior dos recursos.
- 3 - Alguns bens, por sua própria natureza, não servem para uma administração eficiente pelos mercados

O comércio e a produção de plantas medicinais são realizados há bastante tempo no Amazonas (no Brasil e em outros países de modo geral), o que causa uma ideia de normalidade em relação a não padronização das mercadorias que chegam ao mercado ou mesmo àquelas consumidas pela família. Soma-se a isso o pensamento equivocadamente difundido de que por ser uma planta “pode não fazer bem, mas mal não fará”.

Ao se colocar em pauta a consolidação e a formação de um mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus com todas as suas relações econômicas, algumas delas inclusive mundializadas, há uma série de exigências a serem seguidas com base em planejamento e lógicas de escalas geoeconômicas.

As empresas precisam encaminhar todas as suas mercadorias para uma certificadora que atesta a segurança do produto. No Amazonas, não há nenhuma certificadora, sendo necessário o deslocamento da mercadoria, assim como também não há tecnologia suficiente para que a produção somente seja realizada no Amazonas. As empresas de Manaus produzem o fitoterápico ou fitocosmético até certo ponto, pois a mercadoria ainda não finalizada é deslocada a São Paulo, que

possui infraestrutura industrial suficiente para a finalização do produto ou deixá-lo próximo da transformação final, dependendo do processo e do produto final.

Há aproximadamente quinze anos, o estado do Amazonas começou a investir com políticas no mercado de fitocosméticos e fitoterápicos, seja por reconhecer a viabilidade econômica do mercado, seja pela pressão oriunda da difusão do discurso ambiental em escala mundial e pelo uso industrial da biodiversidade vegetal. Claramente se sabe da potencialidade do Amazonas nesse mercado o que gera uma expectativa aos que aderem a esse mercado, mas não basta ter a matéria-prima se não tem a tecnologia suficiente para sua transformação e relações sociais de produção concomitantemente à agregação de valor econômico.

As empresas farmacêuticas e cosméticas conseguem lucrar milhões de dólares anualmente enquanto os números do desmatamento crescem a cada ano e os camponeses – que são mais próximos de uma natureza menos modificada e tem seu modo de vida baseado na conservação da natureza – não conseguem territorializar renda e dinheiro ou em melhorias básicas. Ou seja, apenas um discurso que não se consolida nem na forma de políticas públicas. Segundo Lévêque (1999, p. 117):

o fato marcante dos últimos anos é o da tomada de consciência que a biodiversidade tornou-se uma verdadeira aposta industrial e comercial. Essas são as repercussões econômicas que podemos esperar da biodiversidade, quer seja sob a forma de **recursos naturais**, de **moléculas** para uso farmacêutico e /ou industrial ou de **genes** que estiveram no centro das discussões da convenção sobre a biodiversidade (grifos da autora).

O uso dos recursos florestais, especialmente os fitogeográficos¹², em um mercado mais estruturado que atingisse circuitos econômicos mais amplos e lucrativos passou a ser inserido nas políticas públicas, mas a discussão ficou em torno das potencialidades que o Amazonas possui como “detentor da maior área florestal do mundo”, e não em torno de um planejamento que permitisse em longo prazo a criação de uma infraestrutura industrial necessária na cadeia produtiva e muito menos na melhoria da qualidade vida do camponês ou ainda a territorialização de justiça social ao produtor básico da matéria prima do bioproduto.

O fato marcante da qual Lévêque se refere é visualizado ao estudar o mercado em Manaus, mas ainda não está consolidado. O mercado corresponde ao uso do bioma amazônico para “mantê-lo em pé”, mas também está muito associado

¹² Fitogeografia compreende o estudo de ambiente, vegetação e flora (RIZZINI, 1976, p. 5)

a um discurso onde não aparecem sujeitos sociais (camponês ou índio). Manter a floresta em pé é importante ao mesmo tempo em que gerar renda aos grupos sociais envolvidos nesse mercado também é.

A questão ambiental em ênfase é resultado de uma série de eventos internacionais e nacionais que iniciaram na década de 1970, tendo na década de 1990 um clímax com a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992 (Eco 92).

Segundo o Lévêque (1999), a noção de biodiversidade se desenvolveu em um contexto de crise (impacto das atividades humanas, amplificadas pelo crescimento da população, onde o meio conheceu uma degradação cada vez mais rápida e generalizada). Na época, houve uma preocupação com o *devir* da diversidade biológica pensando futuramente, ainda com uma lógica malthusiana, mas a preocupação com ambientes naturais e com os povos que nele vivem também se tornou evidente para diversos setores da sociedade e de governos.

A preocupação com a biodiversidade possui, portanto, um cunho político, tendo em vista que para cada sujeito (social, político, econômico) a biodiversidade tem uma projeção e um significado. Com diferentes visões e preocupações com a biodiversidade, credita-se um novo sentido a ela, que é o de mobilizar, sensibilizar o público e os políticos das consequências econômicas, ecológicas, sociais de uma degradação acelerada da biodiversidade, e não somente ter aquela preocupação em inventariar (LÉVÊQUE, 1999).

Segundo Martins e Sano (2009) e Lévêque (1997), o termo biodiversidade foi amplamente conhecido na segunda metade da década de 1980 nos Estados Unidos, com a realização de uma discussão sobre o assunto em Washington (EUA), no Fórum Nacional da BioDiversidade. O conceito de biodiversidade é oriundo da expressão diversidade biológica, que foi criado pelos naturalistas visando que a sociedade protegesse a biodiversidade como patrimônio. Para Martins e Sano (2009), foi a partir da publicação dos resultados dessa discussão em 1988, no livro Biodiversidade (Wilson, E. O. org) em que tal problemática se estruturou como tema da sociedade.

O conceito foi popularizado no Brasil a partir das discussões na Eco 92, onde segundo a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), a biodiversidade pode ser definida como

a variabilidade dos organismos vivos de qualquer origem, compreendendo, entre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos dos quais eles fazem parte. Isso compreende a diversidade no seio das espécies e entre as espécies, bem como aquela dos ecossistemas (MARTINS E SANO, 2009)

Lévêque (1999) simplifica o conceito: “a biodiversidade está constituída pelo conjunto dos seres vivos, pelo seu material genético e pelos complexos ecológicos dos quais eles fazem parte” (p. 14), ou seja, assim como folhas, raízes e caroços são utilizados (matérias-primas *in natura*), há também um material genético que somente pode ser utilizado com uma tecnologia mais avançada e força de trabalho especializada.

As várias significâncias e projeções que os grupos sociais direcionam a biodiversidade são definidas, segundo Lévêque (1999): por motivos econômicos (matéria-prima para inúmeras indústrias), ecológicos (indispensável para a vida) e éticos e patrimoniais.

No mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus, existem vários grupos sociais ora em conflito ora em parceria: camponeses, empresários de Manaus, empresários de São Paulo (a empresa Natura e outras empresas não identificadas), empresários do Pará (especificamente da empresa Beraca, de Ananindeua-PA), empresários do interior do Amazonas (especificamente da empresa Cupuama, no Careiro Castanho-AM), empresários internacionais (procura da matéria-prima da Amazônia), o Estado que age em suas várias esferas de poder e com múltiplas finalidades (financiamento, gestão, organização política, escoamento da produção, assistência técnica, planejamento). Tal fato revela o lado mundializado da questão do bioproduto e do capital.

O mercado de fitoterápicos e fitocosméticos abrange esse “novo” tema da sociedade, mas também

envolve o ambiente micro e macroeconômico, conflitos políticos municipais e uma guerra fiscal velada relacionada aos subsídios, a estruturação do campesinato e de uma “indústria” que se direciona para processos biotecnológicos com apoio do Estado, assim como o papel geoeconômico e geopolítico da biodiversidade, partir do momento que dela pode ser feitas patentes (CARVALHO E COSTA, 2014b).

Nem todas as instituições do Estado são fortes ou se mantêm constantemente, mas de alguma forma o Estado se faz presente e é um condicionante imprescindível para a formação e reprodução do mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus, por meio de suas políticas públicas

(legislativo) que garantem um investimento a esse mercado em específico e das ações (executivo) tendo o Estado como o principal agente facilitador para o mercado desde o campo (lugares de produção da matéria-prima e do semielaborado 01) até a cidade (lugares de produção do semielaborado 02 e centro político-econômico).

2.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAIS COMO BASE PARA A EXISTÊNCIA E A REPRODUÇÃO DO MERCADO DE FITOTERÁPICOS E FITOCOSMÉTICOS EM MANAUS (AM)

Uma série de políticas públicas possibilitou a existência do mercado dos fitoterápicos e fitocosméticos, que são produtos finais de cadeias produtivas complementares. Os fitoterápicos são de um mercado voltado à saúde enquanto que os fitocosméticos são relacionados ao mercado da beleza, da estética, como parte das necessidades criadas pelo capital, a indústria da beleza. O Estado (federal e estadual) implementou as normas de elaboração, por meio da ANVISA, e reconheceu suas formas de uso criando outras oportunidades de aproveitamento dos recursos, por meio do Plano Nacional da Sociobiodiversidade e do APL de Fitoterápicos e Fitocosméticos (DIAGRAMA 04).

O uso da biodiversidade especificamente para a produção de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus (AM), ligada aos circuitos produtivos¹³ globais, começou a ser inserido na pauta do Amazonas a partir dos anos 2000, com uma série de políticas territoriais que visavam à utilização da biodiversidade, por meio da industrialização da matéria-prima no Amazonas para posterior comercialização.

Segundo Moraes (2005, p. 29-30), as políticas públicas podem ser:

agrupadas em três grandes campos: políticas econômicas (cambial, financeira, tributária etc.), políticas sociais (educação, saúde, previdência etc.), políticas territoriais (urbanização, regionalização, transportes etc.). É óbvio que as políticas econômicas e sociais possuem sua espacialidade, cuja materialização permite-nos falar em estruturas geoeconômicas, geoeducacionais etc. Porém existem **ações estatais que modulam o espaço, qualificando-o como condição para as outras espacializações. A estas políticas denominamos territoriais, isto é, as que produzem espaço.** (grifo da autora)

¹³ Circuitos ligados à produção e comercialização em escalas globais, ligados às políticas públicas e com uma ampla reprodução de capital.

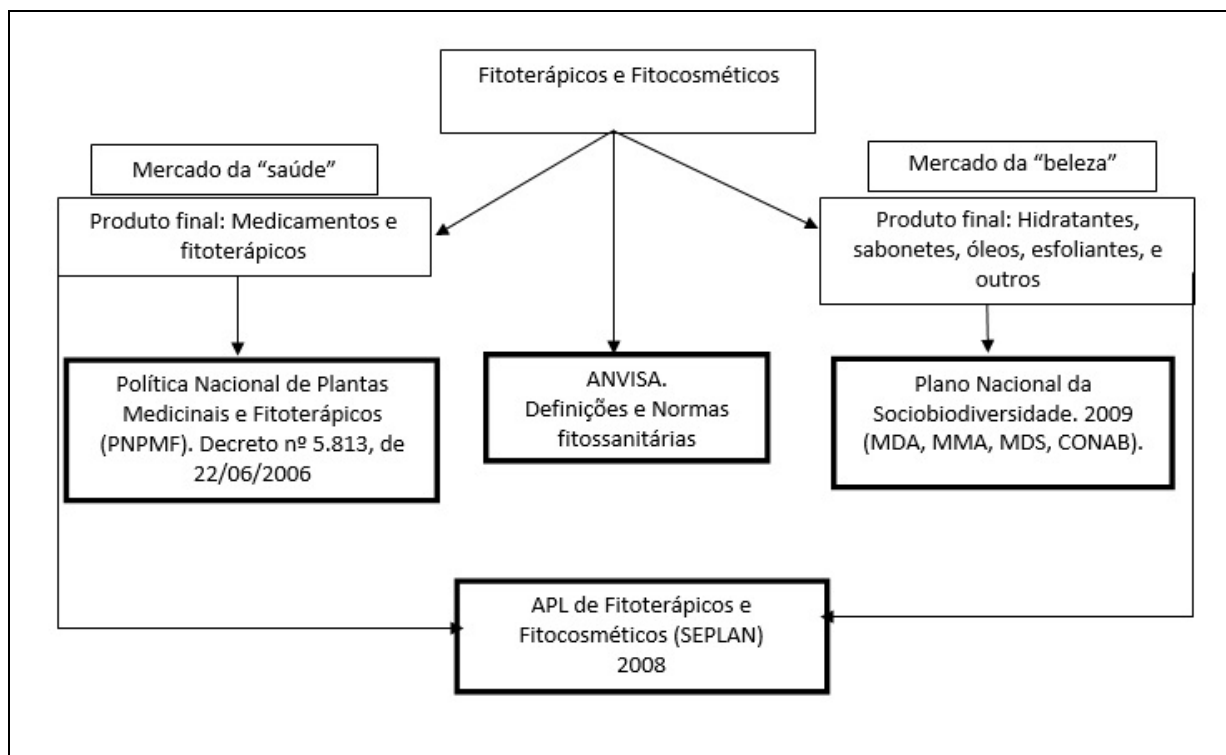


Diagrama 04 – Algumas políticas públicas relacionadas ao mercado de fitoterápicos e fitocosméticos no que se refere às questões fitossanitárias (ANVISA), a importância das plantas medicinais para serem utilizadas em um contexto de mundialização, não somente sob um uso local (PNPMF) e a escolha das matérias-primas mais importantes nesse momento a fim de aproveitar o seu potencial biológico, ecológico e econômico (Plano Nacional da Sociobiodiversidade); essas políticas são de nível federal. O APL tem uma escala estadual.

As principais políticas públicas para esse mercado em Manaus foram: a Política Nacional da Biodiversidade (Decreto 4.339 de 22/08/2002), a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (Decreto 5.813 de 22/06/2006), a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6.040 de 07/02/2007) e o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (lançado em Manaus em 27/04/2009 pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva).

As políticas territoriais as quais Moraes descreve foram identificadas para a formação e permanência do mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus. As ações estatais que modulam o espaço desse mercado são principalmente no quesito legislativo das políticas contidas no diagrama 04.

2.1.1 PLANO NACIONAL DA SOCIOBIODIVERSIDADE

O Plano Nacional para a Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade (ou Plano Nacional da Sociobiodiversidade) foi lançado em 2009, na cidade de Manaus pelo presidente da época, Luiz Ignácio Lula da Silva. O objetivo principal para sua criação foi “elaborar um plano de ação para o fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade” (MDA *et. al.*, 2009) junto com membros e entidades governamentais, da sociedade civil e, em alguns momentos, representantes empresariais.

A ideia da sociobiodiversidade está associada aos fatores naturais e aos aspectos socioculturais dos povos que utilizam essa natureza como parte de seus modos de vida. Segundo Marx e Engels (2009, p. 24), o modo de vida:

O modo como os homens produzem os seus meios de subsistência depende, em primeiro lugar, da natureza dos próprios meios de subsistência encontrados e a reproduzir. Esse modo da produção não deve ser considerado no seu mero aspecto de reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se já, isto sim, de uma forma determinada da atividade desses indivíduos, **de uma forma determinada de exteriorizarem a sua vida, de um determinado modo de vida dos mesmos**. Como exteriorizam a sua vida, assim os indivíduos o são. Aquilo que eles são coincide, portanto, com a sua produção, *com o que* produzem e também *com o como* produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção (grifo da autora).

A força de trabalho camponesa é utilizada e tratada como necessária devido ao fato de haver uma “coincidência da concentração da biodiversidade em territórios ocupados pelas populações indígenas, e outras culturas tradicionais de manejo, [o que] colocou o tema da preservação dos recursos da natureza como interligado à defesa dos direitos da diferença, como à terra e à cultura” (LEONEL, 2000) e ao desenvolvimento local.

Para o Plano Nacional da Sociobiodiversidade, há uma junção entre sociedade e natureza, principalmente aquela sociedade que utiliza a natureza de forma mais primária, básica, mas não somente, pois o Plano diz respeito à transformação dessa natureza em produtos industrializados, em produtos inseridos em cadeias produtivas, e, complementando, em circuitos mais globalizados. Tudo começa com a produção camponesa que trata da matéria-prima, pois é por meio de sua força de trabalho e de seu modo de vida que há uma matéria-prima para se começar uma cadeia produtiva e o mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus.

O conceito de sociobiodiversidade representa a riqueza biológica dos biomas (no caso em questão, da Amazônia) associada a

uma grande diversidade sociocultural, representada por mais de 200 povos indígenas e por inúmeras comunidades tradicionais (quilombolas, extrativistas, pescadores, agricultores familiares, entre outras), **detentoras de conhecimento considerável e habilidades sobre os sistemas tradicionais de manejo da biodiversidade** (MDA *et. al.*, 2009). (grifo da autora)

Esse conceito reconhece que esses vários povos já utilizam a biodiversidade há gerações, e esse uso é feito com base em um conhecimento e habilidades (técnicas), como o clássico gênero de vida LaBlachiano. O Plano reconhece o poder (do conhecimento) desses grupos em relação à biodiversidade, sendo capazes de manejar a mesma. Mais que isso, os camponeses conseguem localizar a biodiversidade, reconhecer suas utilidades, suas finalidades e sabem também que há um valor (de troca) por ela.

Conforme Raffestin (1993, p. 252), “a utilidade de uma matéria, como elemento básico de um recurso, é função da estrutura técnico-econômica e das sucessivas conjunturas”. Somente saber que a biodiversidade pode ser utilizada para determinado fins, seu valor de uso, não basta para um desenvolvimento social a partir do uso da biodiversidade e isso não é o objetivo de empresário e nem do governo que visam lucros. É necessário que a conjuntura política e a estrutura técnica se organizem para que o uso da biodiversidade de fato aconteça.

O conceito de sociobiodiversidade “expressa a inter-relação entre a diversidade biológica e a diversidade de sistemas socioculturais”, segundo o MDA *et. al.*, 2009, ou é possível afirmar no contexto do estudo que representa a interseção do geossistema e da formação espacial (DIAGRAMA 05).

Foi identificado também que a natureza dos biomas brasileiros estava sendo subutilizada. Conforme MDA *et. al.* (2009),

Embora tenha uma importância significativa na geração de renda e segurança alimentar de povos e comunidades tradicionais, as estatísticas oficiais apontam que os valores registrados para a produção extrativista não-madeira representam aproximadamente 0,48 % da produção primária nacional, o que equivale, no segmento de produção primária, apenas 480 milhões de reais. **Estes valores indicam a pouca visibilidade e o pequeno espaço ocupado pelos produtos da sociobiodiversidade na economia formal.** (grifo da autora)

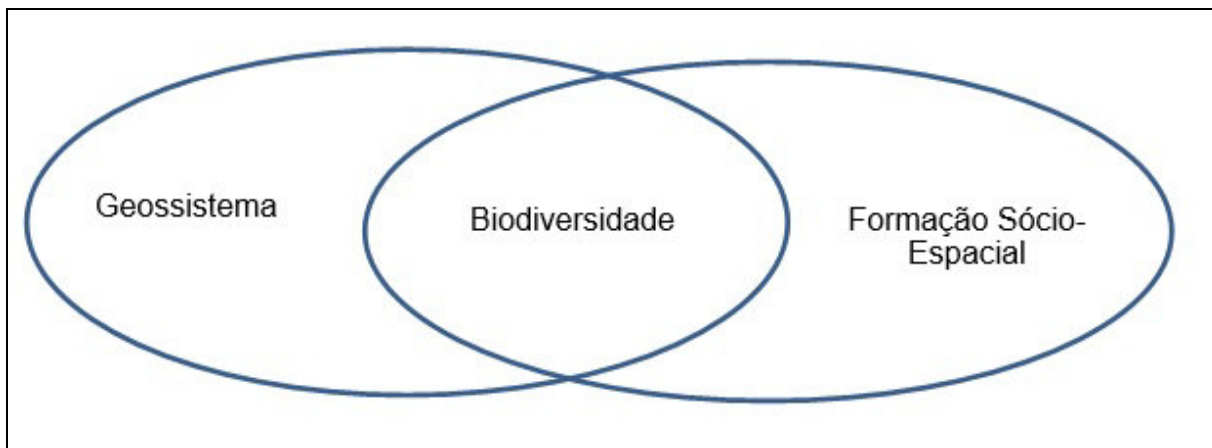


Diagrama 05 – O mercado de fitoterápicos e fitocosméticos é resultado da apropriação da natureza (geossistemas) para o uso (social, econômico e político). A apropriação e a utilização da biodiversidade (especificamente plantas medicinais) são ocasionadas por interesses individuais de cada grupo social e pela força da formação socioespacial brasileira. A formação espacial e o geossistema são a base teórico-metodológica para a análise das projeções sociais, sob uma problemática específica da biodiversidade. Elaborado em: 2014.

Como proposta de mudar essa realidade de subutilização da biodiversidade tão vasta e necessária, o plano traça metas para, portanto, organizar toda a força de trabalho, na lógica do capital? Para o aproveitamento biológico, ecológico e econômico da biodiversidade, é necessário inseri-la em cadeias produtivas, em um processo de industrialização. Segundo MDA *et. al.* (2009),

Multiplica-se por todo o país projetos que sinalizam o **potencial** de competitividade das cadeias de produtos da sociobiodiversidade, revelando a grande **possibilidade** que este mercado representa para o desenvolvimento sustentável. Organizadas em associações ou cooperativas, inúmeras comunidades têm buscado consolidar projetos de produção e extrativismo sustentável. (grifo da autora)

Segundo Dubois (1996), as atividades extrativistas criam uma acumulação de conhecimentos que possibilitam um manejo mais intensivo dos recursos naturais renováveis. Da forma que o camponês trabalha a terra, entendendo que a exploração biológica deve ser feita de forma coerente com a resistência do tipo de planta, solo e em determinada época do ano, tendo em vista a influência climática e hidrológica (períodos de secas e cheias do rio)

A ideia do Plano, assim como de outras políticas, tem como base as potencialidades dos biomas, ou seja, é necessário usar a riqueza natural do Brasil, com base em industrialização. O processo industrial, por sua vez, necessita de alta produtividade, constância dessa produtividade, de produtos de *qualidade*, isto é, dentro de normas fitossanitárias, por exemplo, de força de trabalho especializada, de ciência e de tecnologia. Além disso, a industrialização se movimenta por meio do

tempo, um tempo rápido. Tudo isso deve ser incorporado, ou pelo menos, deve se estar ciente para que haja um aproveitamento da biodiversidade. O papel do campesinato não está claro no plano.

A sociobiodiversidade entendida na relação sociedade-natureza também está presente nas transformações que povos camponeses e indígenas fazem na paisagem, onde a natureza se adapta as alterações, sem uma situação de destruição. Conforme Leonel (2000), que fala em bio-sociodiversidade,

Nas florestas de terra firme, as mais ricas, pelo menos 11,8% seriam florestas antropogênicas, inclusive com “ilhas de recursos”, com adensamento de espécies, drenagem por canais, práticas de amontoamento do solo, técnicas superiores às introduzidas pelos colonos, exemplares para a superação dos limites naturais, sem promover novos danos à diversidade.

Junto com as políticas territoriais foi conduzido um discurso em torno de um mercado da biodiversidade que ao princípio busca justificativas no valor de uso da biodiversidade, ou seja, em cada planta há diversas *possibilidades* de uso e, conseqüentemente, de troca de mercadorias.

O Plano garante uma importância fundamental aos denominados povos ou comunidades tradicionais desde o conceito sociobiodiversidade, mas em todo o Plano há a necessidade de aproveitar economicamente o potencial biológico da biodiversidade. Afinal, foi para isso que ele foi feito e é daí a base de sua materialização como proposta, porém a questão do tempo de trabalho, das diferenças entre os modos de vida também devem ser levadas em consideração, assim como a relação capital e trabalho. Caso contrário, todas essas políticas não serão traduzidas em ações concretas, mas sim responderão a alguns anseios empresariais de curto prazo – que é o que ocorre atualmente.

Há uma incoerência nas políticas que querem promover as cadeias produtivas, mas mostram um grande desconhecimento da realidade local ou regional, como no caso da realidade do Amazonas.

Segundo o MDA *et. al.* (2009), o setor empresarial vem reconhecendo cada vez mais as oportunidades de negócios que a biodiversidade brasileira oferece.

O papel de destaque que a dimensão ambiental ganhou nas últimas décadas tem contribuído no aumento da demanda por produtos **ambientalmente corretos**, tanto no mercado nacional como internacional. Alia-se a isso a preocupação crescente com a relação entre **padrão de consumo e condições de saúde** da população.

Um dos alicerces principais do mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus é a produção de uma mercadoria “ambientalmente correta” associada aos “padrões de consumo”, porém considerando “as condições de saúde”. O produto oriundo ainda de uma sociobiodiversidade, segundo o discurso criado, valoriza os “povos tradicionais”, sendo um produto mais do que necessário atualmente, visto que possui um valor de uso comprovado cultural e cientificamente, está dentro desses valores éticos em torno da produção, aproveita os potenciais da sociobiodiversidade. A ideia de povo tradicional não menciona acesso à natureza, isto é, questões fundiárias do campesinato, assim como relações de mercado e produção, políticas de incentivo e assistência técnica, tal qual ocorre direcionada aos empresários.

O campesinato é mais visto como produtor de alimentos e não como produtor de matéria-prima de bioprodutos. A realidade é que para os camponeses inseridos nesse mercado de Manaus, cujo trabalho vem sendo acompanhado ao longo de alguns anos para a pesquisa, não foi possível notar um retorno financeiro que se agregue ao modo de vida. Segundo a fala de um camponês de Abonari em relação ao título definitivo da terra: “fizeram mapeamento, já fizeram três recadastramentos¹⁴ (*sic*), mas o título definitivo da terra nunca chegou” (2012).

Segundo o Plano (MDA *et. al.*, 2009),

amplia-se a demanda por produtos que atendam estas expectativas [ambientalmente corretos, entre outros] e ao mesmo tempo incorporem valores socioambientais. Isso tem motivado **investimentos** no desenvolvimento de produtos com base na biodiversidade brasileira pela indústria alimentícia, de **cosméticos**, na área **farmacêutica**, bem como no setor de serviços, como por exemplo, o ecoturismo. (grifo da autora)

O que se nota é um discurso que virou marca de uma propaganda de Governo e de empresas que continuam com as mesmas lógicas empresariais clássicas do capital.

Outro contrassenso encontrado é que pouco se fala em um uso da biodiversidade como uma fonte de cosméticos e medicamentos – apesar de haver na citação precedente, é a única vez. Ainda é a ideia da biodiversidade para a

¹⁴ O mapeamento e recadastramento os quais o camponês se refere foram realizados pelo ITEAM, órgão que oficialmente atua na regularização fundiária do estado do Amazonas. Em todos os trabalhos de campos, foi identificada a ausência de titulação da terra dos camponeses, que são posseiros, o que gera uma insegurança para eles. É comum os camponeses afirmarem que órgãos responsáveis já foram mais de uma vez mapear as propriedades rurais com a garantia do título da terra e que estão à espera do documento há anos.

segurança alimentar, portanto se divulga que não há escassez de alimentos no mundo, há problemas na distribuição dos alimentos e de renda.

- DEFINIÇÃO DOS PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE

Os produtos da sociobiodiversidade, segundo o Plano Nacional da Sociobiodiversidade (MDA *et. al.*, 2009) são:

Bens e serviços (produtos finais, matérias primas ou benefícios) gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem.

É possível identificar o caráter de integração e reconhecimento no conceito definido pelo Plano, mas o fato é que esses “povos e comunidades tradicionais” continuam sob uma exploração econômica, por meio da renda da terra.

Foi necessário priorizar alguns produtos da sociobiodiversidade (DIAGRAMA 06) no Plano, tendo em vista que não seria possível que toda a biodiversidade fosse salvaguardada em uma única política, apesar de que vários ministérios fazem parte do Plano: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o que revela a natureza interdisciplinar da biodiversidade, que não “pertence” somente a um ministério ou setor institucional do Estado.

Na lógica dominante, é fundamental que vários setores se unam em prol desse tão necessário aproveitamento ecológico, biológico e econômico da floresta a fim de divulgar que mais do que potencialidades ou possibilidades, a floresta pode proporcionar economicidade também e, com isso, estimular a permanência da *floresta em pé* e com camponeses.

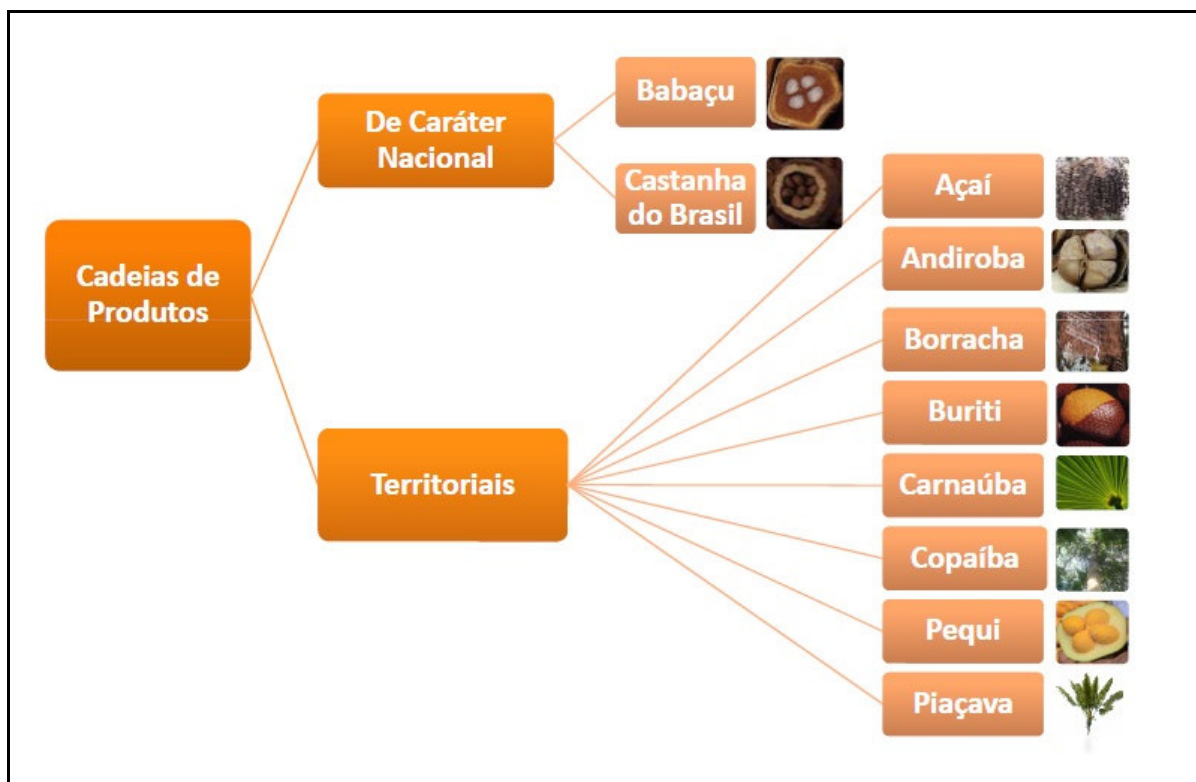


Diagrama 06 – Produtos da sociobiodiversidade escolhidos inicialmente para participar no Plano Nacional da Sociobiodiversidade. As cadeias de produtos ligadas aos “territoriais” estão no sentido de importância na escala local. Dessas matérias-primas, encontra-se no mercado de fitoterápicos e fitocosméticos de Manaus: a andiroba, o buriti e a copaíba. Fonte: PNPSB, 2010

Em entrevista com a responsável em 2013 pela vigência do Plano no Amazonas, foi reafirmada a importância dessas matérias-primas para serem colocadas como prioridade, tendo em vista que nas pesquisas que deram base à criação do Plano, foi constatado que esses produtos já possuíam alguma estrutura de cadeia produtiva. Falta – para o Amazonas – uma melhor organização e estruturação que deveriam ser feitos por meio de um fortalecimento institucional e de algumas outras chamadas linhas de ação (PNPSB, 2010), como:

- Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
- Assistência Técnica e Extensão Rural
- Capacitação
- Crédito, Fomento e Incentivos Fiscais
- Divulgação e Comunicação
- Marco Regulatório

2.1.2 OS PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE E O MERCADO DE FITOTERÁPICOS E FITOCOSMÉTICOS EM MANAUS

- COOPERATIVA DE PRODUTORES E BENEFICIADORES DE PLANTAS MEDICINAIS, FITOTERÁPICOS E FITOCOSMÉTICOS DE MANAQUIRI-AM (COOPFITOS)

A andiroba (*Carapa guianensis* ou *Carapa procera*) é a matéria-prima mais importante identificada no mercado de fitoterápicos/fitocosméticos em Manaus, devido a uma alta procura e pelo seu próprio valor de uso. A parte da andiroba utilizada geralmente é o caroço (semente), aonde se extrai o óleo vegetal, cujas propriedades são de interesse das indústrias farmacêuticas e cosméticas (FIGURA 01).



Figura 01 – Um exemplo da dinâmica do mercado e da relação campo-cidade: a empresa Pharmakos D'Amazônia compra o óleo vegetal de andiroba (semielaborado 01) para produzir um fitoterápico ou fitocosmético. Esse óleo vegetal foi produzido pelos cooperados com o uso de máquinas na Coopfitos. A andiroba *in natura* é coletada por camponeses do município de Manaquiri que são fornecedores da Coopfitos, e não cooperados. A Pharmakos D'Amazônia está localizada em Manaus, no DIMPE.

I) Matéria-prima, II) Semielaborado 01, III) Fitocosmético..

Fonte: Trabalho de campo, 2010 e 2013 e site BazarAmazônia.

A andiroba é utilizada tradicionalmente pela população, há gerações seu uso é feito a partir da extração do óleo de modo artesanal, para curar inflamações na garganta e para ajudar na cicatrização, em animais, entre tantos outros usos. Segundo trabalhos feitos anteriormente, foi identificado que

A andiroba possui seu valor de uso voltado para o óleo vegetal que pode ser extraído de forma manual/artesanal com duração de 15 a 20 dias ou com uso de máquinas com duração de 1 a 2 dias [no início de um processo industrial]. O óleo vegetal de andiroba é utilizado pelas bioindústrias de Manaus na elaboração de sabonetes, hidratantes, e outros produtos cosméticos ou é feita uma refinação do óleo vegetal tornando-o um fitoterápico comercializado pelas bioindústrias também (CARVALHO E COSTA, 2013a)

Ainda segundo trabalhos anteriores (CARVALHO E COSTA, 2011; CARVALHO E COSTA, 2013b), um exemplo de produção de andiroba (FIGURA 01) direcionada ao mercado de fitoterápicos e fitocosméticos (também chamado de bioproduto) é a relação entre a COOPFITOS de Manaquiri (AM) (FIGURA 02) e as bioindústrias de Manaus.



Figura 02 – Em destaque, o município de Manaquiri, que participa do mercado de fitoterápicos em Manaus devido à Coopfitos, uma cooperativa que vende diretamente o semielaborado 01 para bioindústrias de Manaus. A distância entre Manaquiri e Manaus é de aproximadamente duas horas de lancha. Fonte: imagem retirada do IBGE Cidades@. Em: 20/06/2015.

A COOPFITOS foi idealizada por algumas instituições (SEBRAE-AM, Prefeitura de Manaquiri, IBAMA/PROVARZEA) visando ao desenvolvimento econômico, a uma competitividade em relação ao potencial biológico do município de Manaquiri (distante de Manaus aproximadamente duas horas de lancha) e a utilização da força de trabalho local, mas como uma força de trabalho barata, não para o desenvolvimento local.

A ideia era associar o desenvolvimento econômico local aproveitando os recursos disponíveis com a força de trabalho, agregando valor aos recursos com o uso de tecnologias e firmando uma relação entre a capacidade de transformação da matéria-prima em escala local e na cidade de Manaus, pois a produção de Manaquiri abasteceria as indústrias do ramo de fitoterápicos e fitocosméticos de Manaus. A realidade foi a formação de uma cooperativa cheia de entraves.

Em 2010, a organização do trabalho da COOPFITOS era de uma forma, sendo modificada ao longo dos anos e, principalmente, devido ao distanciamento entre as instituições fundadoras da cooperativa e os camponeses que seriam os legítimos donos da cooperativa. Desde o primeiro trabalho de campo na COOPFITOS (2010), já era possível identificar a relação difícil entre as instituições e os cooperados (CARVALHO E COSTA, 2010), relação essa que foi se desfazendo cada vez mais.

A COOPFITOS foi criada por instituições como: o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas (SEBRAE-AM) e a Prefeitura de Manaquiri, junto com outras instituições que atuaram de forma indireta, por meio do provimento de recursos públicos do Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea (ProVárzea), como: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA). Antes disso,

O projeto de criação da Coopfitos iniciou com pesquisadores (orientador e orientanda) do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) que tinham o objetivo de capacitar os camponeses, [...] que posteriormente formariam as bases para a criação da Coopfitos (CARVALHO E COSTA, 2013b)

Conforme os objetivos dos pesquisadores, era necessário buscar “parcerias e apoio de instituições” (CARVALHO E COSTA, 2013b) para “realizar uma experiência - piloto da organização e capacitação de um grupo de famílias a fim de disponibilizarem a produção de 05 espécies de valor econômico para o mercado” (MELO, 2006 *apud* CARVALHO E COSTA, 2013).

Essas instituições que posteriormente implementaram a COOPFITOS foi devido à necessidade de valorizar economicamente algumas espécies para o mercado, atendendo aos objetivos da pesquisa de Melo (2006) e de seu orientador, Juan Revilla, pesquisador do INPA, que possui uma propriedade no km 8 da estrada Manaquiri-Careiro Castanho, onde produz várias espécies e ministra cursos sobre essa produção.

Juan Revilla também implementa projetos com o plantio do camu camu (*Myrciaria dúbia*) para uma bioindústria de Manaus (Gotas e Cheiros da Amazônia, que está no DIMPE), que há aproximadamente dois anos foi vendida para um grupo mexicano.

A COOPFITOS somente foi oficialmente criada em 2008, mas os projetos iniciaram anos antes. Alguns entrevistados dizem que desde 2003, outros desde 2005, mas o que se sabe é que em 2006 com o trabalho de Melo (2006), os trabalhos já estavam acontecendo. Segundo Carvalho e Costa (2013b),

O SEBRAE-AM implementou o projeto “Desenvolvimento Setorial de Fitoterápicos/Fitocosméticos em Manaquiri” da Unidade de Atendimento Coletivo de Agronegócios I, com a participação da Prefeitura de Manaquiri e com os recursos do ProVárzea (IBAMA/MMA), aprovados anteriormente e por pesquisadores do INPA.

O SEBRAE-AM é “uma sociedade civil sem fins lucrativos, constituída por escritura pública, sob forma de Serviço Social Autônomo do Governo Federal”, cuja sua missão é “promover a **competitividade** e o desenvolvimento sustentável das micro e pequenas empresas e fomentar o **empreendedorismo**” (grifo da autora) (SEBRAE-AM. Acesso em: 07/04/2015). Com o viés de reforçar o empreendedorismo, o SEBRAE-AM foi a instituição responsável por gerenciar e implementar a COOPFITOS, mas a instituição não considerou aspectos do modo de vida camponês.

Os camponeses foram vinculados à Coopfitos pelas instituições sem uma motivação social, sem uma lógica de pertencimento, política e/ou econômica em participar da cooperativa. Os pesquisadores e as instituições que participaram do projeto de criação da COOPFITOS relacionaram os camponeses à produção de matéria-prima, mas não buscaram relacionar a produção e a comercialização da matéria-prima ao modo de vida camponês.

Segundo entrevistas, o SEBRAE-AM foi levado a Manaquiri pela pesquisadora Melo durante a implementação dos objetivos de sua tese (MELO,

2006), assim como um professor da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Professor Castro¹⁵ que ajudou posteriormente a COOPFITOS na aquisição de máquinas (FIGURA 03) para extração de óleo de andiroba, tucumã e babaçu.



Figura 03 – A estrutura das máquinas na sede da COOPFITOS. O uso de máquinas é um diferencial da COOPFITOS. Sem as máquinas, o processo de extração dos óleos manualmente demora semanas. Com o uso de máquinas, o tempo de produção é acelerado, sendo de até cinco dias. A relação tempo e mais valia relativa é um fato que quase não são abordado nos trabalhos e relatórios de produção e bioprodutos. Fonte: trabalho de campo, 2011

¹⁵ O projeto o qual esse professor do Departamento de Engenharia Elétrica da UFAM participou de implementação de máquinas em alguns municípios visando à criação de agroindústrias ocorreu também no município de Carauari e Presidente Figueiredo. Até o presente não foi possível entrevistar o Professor Castro.

A produção do semielaborado 01, com o uso de máquinas, significou um aumento na produtividade da COOPFITOS, por outro lado, foi também uma redução do tempo dos camponeses em suas unidades territoriais de trabalho familiar (CARVALHO E COSTA, 2013b), porque os camponeses cooperados eram obrigados como parte da função de cooperado a ir ajudar nas atividades quando a cooperativa necessitava, ou seja, no período de safra de andiroba, por exemplo.

Para o camponês ajudar a Cooperativa, já que era um cooperado, ele devia se deslocar até a sede da COOPFITOS, arcando com as despesas do transporte, o que gerava uma insatisfação que era somada ao fato de que se o camponês estava na sede da cooperativa não podia estar na sua unidade territorial de trabalho ajudando sua família a produzir (trabalhar na roça, coletar algum produto para consumo familiar ou venda, entre outros). Atualmente, ainda há a necessidade do deslocamento do camponês até a sede da cooperativa, mas devido ao menor número de cooperados já existem alguns que são designados a essa função.

A jornada de trabalho é de 7:00 as 16:00 horas, com intervalo para o almoço e a cooperativa paga uma diária no valor de R\$ 28,80. Aproximadamente, dez cooperados trabalham na sede da COOPFITOS para a produção do semielaborado 1 que é destinado às bioindústrias de Manaus.

Antes de cooperado, o sujeito responsável por fazer funcionar a cooperativa é um camponês, com seus objetivos de trabalho, sua forma de trabalho, seu de modo de vida.

A criação da COOPFITOS foi feita de modo impositiva, pois

A ideia [...] partiu de pesquisadores e as instituições que objetivaram a apropriação de uma potencialidade de plantas que os pesquisadores entendiam como comerciais, sem que os camponeses criassem uma identidade territorial, um sentimento de pertencer àquilo que os pertence (CARVALHO E COSTA, 2013b)

Sendo esse o motivo de um notável declínio de interesse dos cooperados para com sua própria cooperativa: a COOPFITOS nunca foi dos cooperados. Conforme depoimento: “o SEBRAE-AM queria muita mídia, mas por trás eles não pensavam nas pessoas que trabalhavam aqui” (*sic*) (gerente da época, 2013).

Com a inserção do SEBRAE-AM, houve um direcionamento dos objetivos da cooperativa, por isso, antes havia tantos produtos sendo comercializados, mas a medida que a instituição foi deixando de gerenciar a cooperativa a insatisfação dos cooperados com a cooperativa, com a falta de pagamento pelos produtos

fornecidos, com a forma como alguns funcionários do SEBRAE conduziam as atividades, foi ficando cada vez mais evidente.

Segundo Santos (1978, p. 120),

assim, mesmo que a cooperativa funcione juridicamente como propriedade dos associados, estruturalmente ela aparece como instituição do modo de produção capitalista, como instituição que segue as determinações da reprodução ampliada do capital.

Conforme Carvalho e Costa (2013b), “os camponeses encontraram na Coopfitos uma contraditória alternativa para superação de suas dificuldades na obtenção de renda via venda de seus produtos”. Marx (2015) afirma que “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.

A COOPFITOS pertenceu às instituições que a criaram – ênfase no SEBRAE-AM – e quando essas deixaram de intervir na cooperativa, as relações de trabalho enfraqueceram, bem como, a quantidade e a variedade de produtos comercializados. Conforme Carvalho e Costa (2013b), “as instituições públicas que investiram para a criação da Coopfitos viram na produção camponesa de Manaquiri a fonte de matéria-prima, com o uso de políticas públicas territoriais”, além disso, o mercado com o viés de produto do “ambientalmente correto” inclui a produção camponesa nesse conceito, pois é uma produção feita de “modo tradicional”.

A cooperativa está inserida somente na lógica de “dar um preço para a biodiversidade” que Lévêque (1999, p. 120) explica, onde “os administradores e os políticos buscam uma legitimação de sua ação por intermédio de instrumentos econômicos”. Nesse contexto, a COOPFITOS precisou remodelar suas atividades, sendo necessário abandonar várias atividades produtivas que a cooperativa realizava até meados de 2011 para focar em uma atividade: a produção do óleo vegetal de andiroba para abastecer as denominadas bioindústrias¹⁶ de Manaus.

A economia de mercado, conforme Lévêque (1999), “privilegia uma lógica de produtividade e de rentabilidade máximas, ao curto prazo. Dessa forma, no domínio da agricultura, a lógica da produção foi a de **selecionar** algumas variedades de alto rendimento [...]”. Na ampla variedade de plantas medicinais que existem na

¹⁶ Indústrias ligadas ao setor de fitoterápicos e fitocosméticos.

Amazônia ou mesmo no perímetro de Manaquiri, somente uma foi selecionada para um investimento maior dos cooperados e para a continuidade da cooperativa.

A medida que as instituições iam impondo sua lógica ligada a economia de mercado, a COOPFITOS ia criando uma nova configuração que interferia em todo o ordenamento territorial. Inicialmente, de 2009 a 2010,

Além da produção de óleos essenciais e vegetais (matéria-prima *transformada* – segunda etapa da matéria-prima) as camponesas (somente as mulheres) produzem cosméticos (bioproduto - produto final), sendo essa atividade uma tentativa de fortalecer a unidade territorial do trabalho, aqui unem-se gênero, trabalho e território (CARVALHO E COSTA, 2013b).

Posteriormente, a COOPFITOS abandona as atividades com os óleos essenciais para a elaboração de fitocosméticos pelas mulheres cooperadas e também deixa de trabalhar com o babaçu e o tucumã para especializar o trabalho em vista da produção do óleo de andiroba (TABELA 03).

Em 2010, o gerente da Coopfitos afirmava em entrevista: “o dinheiro vai retornar ao cooperado”, o que em 2015 não ocorreu. Os camponeses para entrarem na cooperativa deviam pagar uma quantia, chamadas de quotas a parte, tendo em vista que a cooperativa não possuía dinheiro por estar iniciando as atividades. No decorrer dos anos, os camponeses cooperavam com dinheiro e com o fornecimento de produtos, sem que houvesse retorno algum a ele.

COOPFITOS					
ANO	NÚMERO DE COOPERADOS	MATÉRIA-PRIMA UTILIZADA	SEMIELABORADO COMPRADO	MERCADORIA PRODUZIDA	DESTINO
2010	50	Andiroba, babaçu e tucumã	Óleo essencial para a produção de fitocosméticos	- Óleo vegetal* de andiroba, babaçu e tucumã - Fitocosméticos	- Consumidor final em feiras de Manaus, nacionais ou internacionais - Bioindústrias de Manaus
2011	53	Andiroba e babaçu	Não foi comprado	Óleo vegetal* de andiroba e babaçu	- Bioindústrias de Manaus - Consumidor final em feiras de Manaus, nacionais ou internacionais
2012	Não há informação	Andiroba	Não foi comprado	Óleo vegetal* de andiroba	Bioindústrias de Manaus
2013	17	Andiroba	Não foi comprado	Óleo vegetal* de andiroba	Bioindústrias de Manaus
2014	26	Andiroba	Não foi comprado	Óleo vegetal* de andiroba	Bioindústrias de Manaus

*O óleo vegetal produzido pela COOPFITOS corresponde a um óleo ainda grosso. Segundo as bioindústrias, após a compra do óleo, são necessários mais refinamentos e análise química.

Tabela 03 – Corresponde ao acompanhamento desde o ano de 2010 até 2014 da COOPFITOS, que foi criada como uma tentativa econômica para algumas pessoas, mas por ter sido uma criação imposta apresenta números de declínio. Fonte: informações obtidas nos trabalhos de campo de 2010 a 2014 na COOPFITOS. Elaborado em: 2015.

Os camponeses produziam os óleos de babaçu (FIGURA 04), tucumã e andiroba para a comercialização às bioindústrias de Manaus, mas era necessária uma produção em escala comercial, ou seja, em grandes quantidades, não sendo mais possível, devido à desistência de muitos cooperados e da dificuldade da cooperativa na obtenção de matéria-prima.



Figura 04 – Etapas de produção da COOPFITOS em 2010, na sequência: (1) árvore de babaçu junto com algumas bananeiras, no uso da terra de um dos cooperados; (2) caroço do babaçu, da onde se extrai o óleo vegetal; e (3) óleo vegetal *bruto* de babaçu extraído pelos cooperados, por meio do uso de máquinas. Fonte: Carvalho e Costa (2011). Fotos tiradas em: trabalho de campo, fevereiro/2010. Organizado em: 2011.

A COOPFITOS, em 2010, contava com aproximadamente 50 cooperados. Em 2011, o número subiu para 53 cooperados. No entanto, a partir de 2012, foi havendo uma queda no número de cooperados bem como uma queda na produtividade. Em 2013, a cooperativa possuía aproximadamente 17 cooperados. Em 2014, o número voltou a subir para 23 cooperados.

De 2007 até 2011, a COOPFITOS acreditava que todos os que interagiam com a cooperativa, seja camponês ou instituição, era colocado como, respectivamente: cooperado e parceiro, o que passava uma imagem de muitos cooperados e muitas instituições parceiras. Na realidade, muitos camponeses somente haviam fornecido matéria-prima poucas vezes e as instituições haviam ajudado esporadicamente com algo imediato (FIGURA 05).



Figura 05 – A COOPFITOS era utilizada como forma de mostrar que o trabalho estava sem realizado, mas ao longo do tempo, a própria cooperativa entendeu que nem todas as instituições eram de fato parcerias, apesar de terem ajudado a cooperativa em determinado momento. Fonte: trabalhos de campo.

Esse declínio da COOPFITOS revela uma redução de várias atividades da cooperativa e uma desistência de muitos cooperados, diminuindo mais de 50% a quantidade de cooperados e é resultado da ausência de uma identidade territorial dos camponeses com a cooperativa, o que gera uma desmotivação em trabalhar na cooperativa. Vale salientar que por um lado a COOPFITOS não tem uma funcionalidade de cooperativa, mas sim de uma central de compras. Por outro lado, ela é um ponto nodal na espacialidade da mercadoria e no jogo de poder existente no município em relação ao mercado de fitoterápicos e fitocosméticos.

Outra mudança que está relacionada a redução das atividades produtivas da cooperativa foi a de comprar o semielaborado (FIGURA 06), o que foi resultado do desinteresse dos camponeses com a cooperativa



Figura 06 – Óleo vegetal de açaí com crajiru (semielaborados) comprados na empresa BioEssências em Manaus-AM. Quando havia a produção de fitocosméticos na COOPFITOS, as mulheres eram responsáveis em produzir hidratantes, loções, sabonetes e óleos corporais utilizando esses semielaborados e outros. Fonte: trabalho de campo, 2010.

Uma situação que gerava insatisfação por parte dos camponeses que deve ser considerada é o fato de que “após a cooperativa receber o pagamento pela venda do óleo vegetal às bioindústrias de Manaus não há a realização da partilha do dinheiro com os seus cooperados, o que gera descontentamentos (CARVALHO E COSTA, 2013b), O que comprova o fato de não ser uma cooperativa propriamente dita.

Há várias ideologias em relação à utilização de matérias-primas amazônicas na produção de fitoterápicos e fitocosméticos. O Estado utiliza-se das ideologias, assim como a mídia, levando os camponeses a entrarem no mercado. O declínio se repete, pois os camponeses são extremamente “tutelados” e não conseguem benefícios. Não há ausência de “bioma amazônico” nem de força de trabalho camponesa, mas as bioindústrias e a COOPFITOS afirmam que falta matéria-prima. E permanece o predomínio de uma política de incentivo ao empresário.

Por mais que se insista em um *desenvolvimento sustentável*, o camponês continua sendo explorado pelas empresas e pelos seus próprios pares, devido às diferentes visões que se tem sobre o mesmo assunto, o que é sustentável para o camponês não necessariamente o é para os empresários ou para os governos, e

nisso reside a ambiguidade. Na COOPFITOS, foi observada uma exploração de cooperados por cooperados.

Em 2015, a COOPFITOS possui 23 cooperados, um novo presidente e o cargo de gerente está desocupado. Desde 2010 até 2014, o gerente foi um funcionário público vinculado à Prefeitura de Manaquiri, que centralizava as atividades relacionadas à contabilidade e às decisões das relações econômicas de compra e venda. Quando questionado sobre o não pagamento dos cooperados respondeu que era algo comum das cooperativas, pois seria necessário primeiro a cooperativa obter renda suficiente para a repartição, apesar de já se terem passado mais de seis anos desde a oficialização da COOPFITOS.

A espacialização das mercadorias envolvendo a COOPFITOS inicia com a produção camponesa da matéria-prima *in natura*, por meio da coleta de caroços de andiroba em área de terra firme. Posteriormente, a matéria-prima é levada a COOPFITOS para o processo industrial de extração do óleo de andiroba (semielaborado 1) para depois ser comercializada para as bioindústrias, por meio de encomendas (DIAGRAMA 07). Atualmente, a COOPFITOS comercializa o semielaborado 1 a uma bioindústria de Manaus.

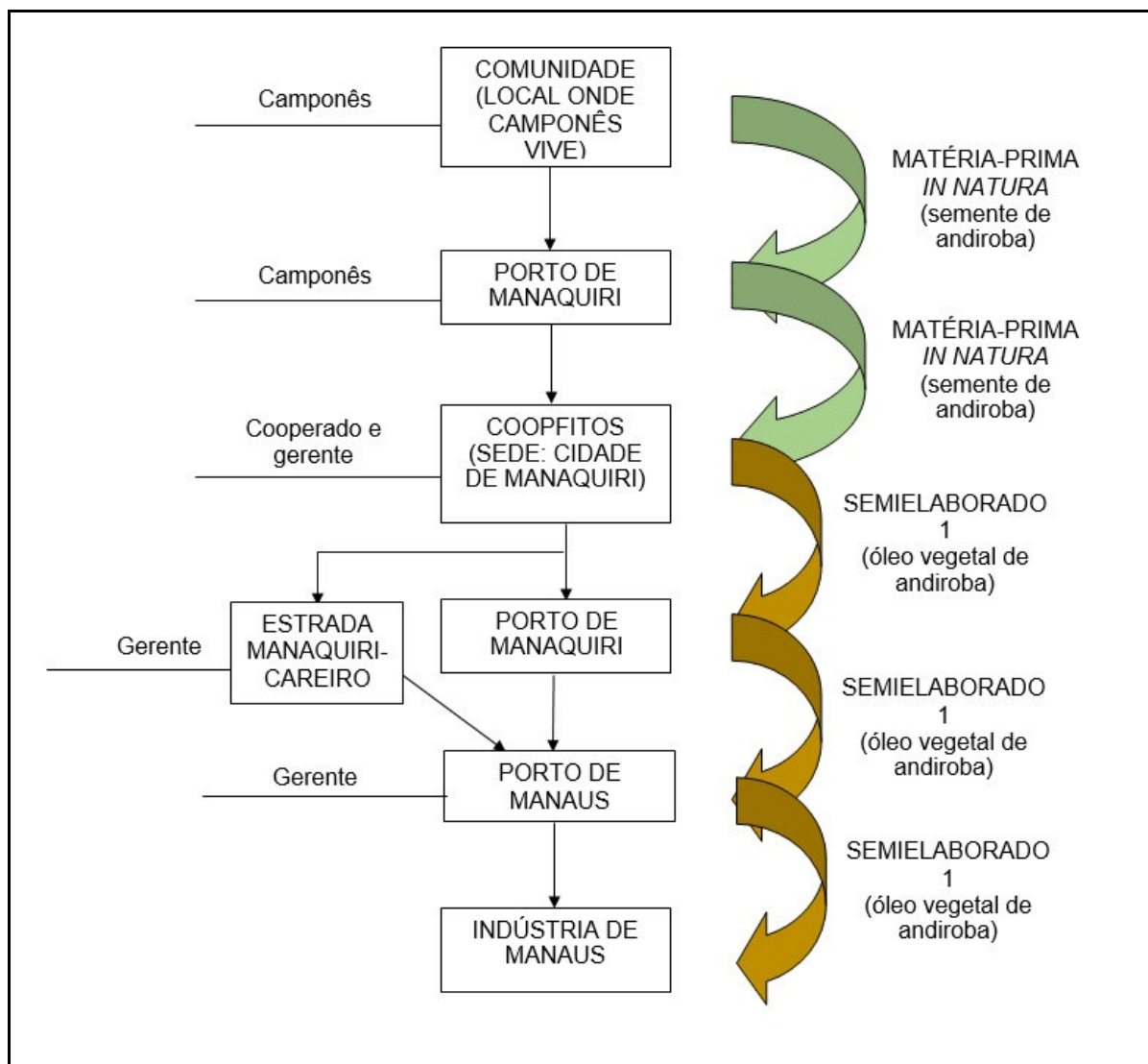


Diagrama 07 – Espacialização da mercadoria em relação à COOPFITOS. A matéria-prima *in natura* é levada a cooperativa pelo camponês que assume os custos do transporte da comunidade ao porto de Manaquiri (via fluvial) e do porto de Manaquiri a sede da COOPFITOS (via terrestre). Ao chegar à cooperativa, a força de trabalho é empregada para produzir o semielaborado 1 (óleo vegetal). Da sede da COOPFITO, são possíveis dois caminhos: pelo porto de Manaquiri, posteriormente ao porto do centro de Manaus ou pela estrada Manaquiri-Careiro, posteriormente ao porto CEASA de Manaus, e finalmente para a indústria de Manaus. Fonte: trabalhos de campo de 2010 a 2014. Elaborado em: 2015.

As etapas do trabalho na COOPFITOS para a extração do óleo vegetal bruto de andiroba podem ser descritas, como:

- Selecionar os caroços;
- Expor os caroços ao sol dentro de uma estufa para uma secagem mais completa (FIGURA 07)
- Triturar os caroços (FIGURA 08)
- Aquecer os caroços
- Torrar os caroços (FIGURA 09)

- Uso de máquinas: prensagem e decantação (separação de substâncias líquidas e sólidas)



Figura 07 – A primeira etapa de trabalho na sede da COOPFITOS é colocar os caroços de andiroba para secar em uma estufa, pois somente assim a umidade começará a ser retirada podendo a semente (ou caroço) seguir as outras etapas da produção. Fonte: trabalho de campo, 2010. Organizado em: 2015.



Figura 08 – Após a estufa, a semente de andiroba fica mais maleável, sendo o ponto para a próxima etapa. Fonte: trabalho de campo, 2011.



Figura 09 – Andiroba sendo torrada para em seguida ser colocada nas máquinas. Somente após esse processo, que é possível utilizar as máquinas para a extração do óleo vegetal. Fonte: trabalho de campo, maio de 2013.

A relação entre a COOPFITOS e as bioindústrias de Manaus (DIAGRAMA 08) permite a transformação de um bem natural como a andiroba, por exemplo, em um bem econômico, com a agregação de técnicas e tecnologias e de forças de trabalho diferenciadas na cadeia produtiva. O mercado tem ideologias, principalmente, sobre o ambiente que tentam unir a conservação ambiental com um consumo “consciente”, gerando finalmente o bioproduto.

- CUPUAÇU DO AMAZONAS (CUPUAMA)

A empresa Cupuaçu do Amazonas (CUPUAMA) está localizada na cidade de Careiro Castanho (FIGURA 10), distante aproximadamente duas horas da cidade de Manaus (transporte bimodal-fluvial e terrestre). Essa empresa, como o próprio nome



Figura 10 – Em destaque, o município de Careiro Castanho,, que participa do mercado de fitoterápicos em Manaus devido à Cupuama, uma empresa que vende diretamente o semielaborado 01 para bioindústrias de Manaus e que também comercializa para empresas com grande faturamento anual, como: a Natura e a Croda. A distância entre Careiro e Manaus é de aproximadamente três horas, utilizando um transporte bimodal. Fonte: imagem retirada do IBGE Cidades@. Em: 20/06/2015.

menciona, iniciou suas atividades produtivas e industriais com o cupuaju (*Theobroma grandiflorum*).

A instalação da empresa (FIGURA 11) foi uma tentativa em se manter próxima aos lugares de produção de matéria-prima *in natura*, conforme Ferreira *et al.* (2010),

As empresas também se instalam no campo à procura de matéria-prima *in natura*. Como exemplo, há uma empresa do município Careiro Castanho-AM, que possui duas indústrias: uma de beneficiamento de polpas, que se localiza na sede do município e outra de extração de óleos de cupuaçu e maracujá, que se localiza no Km 112 da BR-319.



Figura 11 – A sede da CUPUAMA é no município de Careiro Castanho. A empresa foi instalada nesse município, pois os proprietários tinham terrenos no município e foi uma tentativa de se manter próximo da área de produção de matéria-prima. Fonte: trabalho de campo, Jan/2015.

O objetivo da empresa era se consolidar no mercado, por meio de várias cadeias produtivas ligadas ao cupuaçu: polpas, chocolate (cupulate) e manteiga. Segundo a proprietária, foi necessário diversificar os produtos comercializados para simultaneamente desenvolver mais as cadeias produtivas do cupuaçu. Conforme depoimento, a CUPUAMA foi obrigada pelo mercado a trabalhar com outros frutos (*sic*).

Há aproximadamente três anos, a empresa está comercializando o óleo vegetal de andiroba para bioindústrias de Manaus (as mesmas para as quais a COOPFITOS comercializa), devido à alta procura desse óleo vegetal, segundo a proprietária da empresa.

Na CUPUAMA, o camponês também é responsável por levar o produto pra vender. No momento da compra, o funcionário da empresa pergunta quais são as outras matérias-primas que ele possui para vender. Dessa forma, o camponês ao invés de levar para vender uma espécie de fruta, leva várias espécies e também as sementes de andiroba já secas.

Em 2014, a empresa comprou 1.025kg de sementes secas de andiroba, porém essa quantidade não foi suficiente para suprir a demanda do mercado nacional e global. A CUPUAMA é uma empresa que trabalha com o produto final em relação às polpas de frutas, mas em relação ao mercado de fitoterápicos e fitocosméticos é uma empresa intermediária, que vende o semielaborado.

Segundo a empresa, a quantidade supracitada não foi rendeu nem 1 tonelada de óleo de andiroba, sendo que a empresa deveria ter produzido 10 toneladas. No total, a CUPUAMA possui aproximadamente 400 fornecedores de frutas, sementes, entre outros. Especificamente em relação à andiroba, são aproximadamente 25 fornecedores do município de Careiro Castanho.

Um exemplo de utilização do cupuaçu ocorre no município do Careiro Castanho com a empresa CUPUAMA que articula a cadeia produtiva desde a obtenção da matéria-prima [...] até a comercialização da mercadoria beneficiada para uma empresa multinacional que, por sua vez, é fornecedora de matéria-prima a Natura (empresa de cosméticos) (FERREIRA *et. al.*, 2010), conforme diagrama 07.

A CUPUAMA tem uma base produtiva mais sólida em relação ao cupuaçu, pois foi a matéria-prima que impulsionou a existência da empresa e era a vontade dos proprietários continuar investido cada vez mais em tecnologia, ciência e força de trabalho para sustentar a produção de cupuaçu e seus semielaborados.

Com o tempo, os proprietários entenderam que não seria possível trabalhar somente com uma matéria-prima, incluindo outras matérias-primas em sua atuação – abacaxi, acerola, camu camu, caju, aração-boi, goiaba, cubiu, jenipapo, manga, maracujá, taperebá, entre outros – mas o cupuaçu é a principal matéria-prima.

Segundo Carvalho e Costa (2013a),

Do cupuaçu podem ser utilizadas a polpa e a semente, sendo esta de interesse econômico para o mercado do bioproduto [fitoterápicos e fitocosméticos], pois é dela que se extrai a manteiga utilizada na indústria de cosméticos, em um mercado mais amplo, chamado de mercado da beleza.

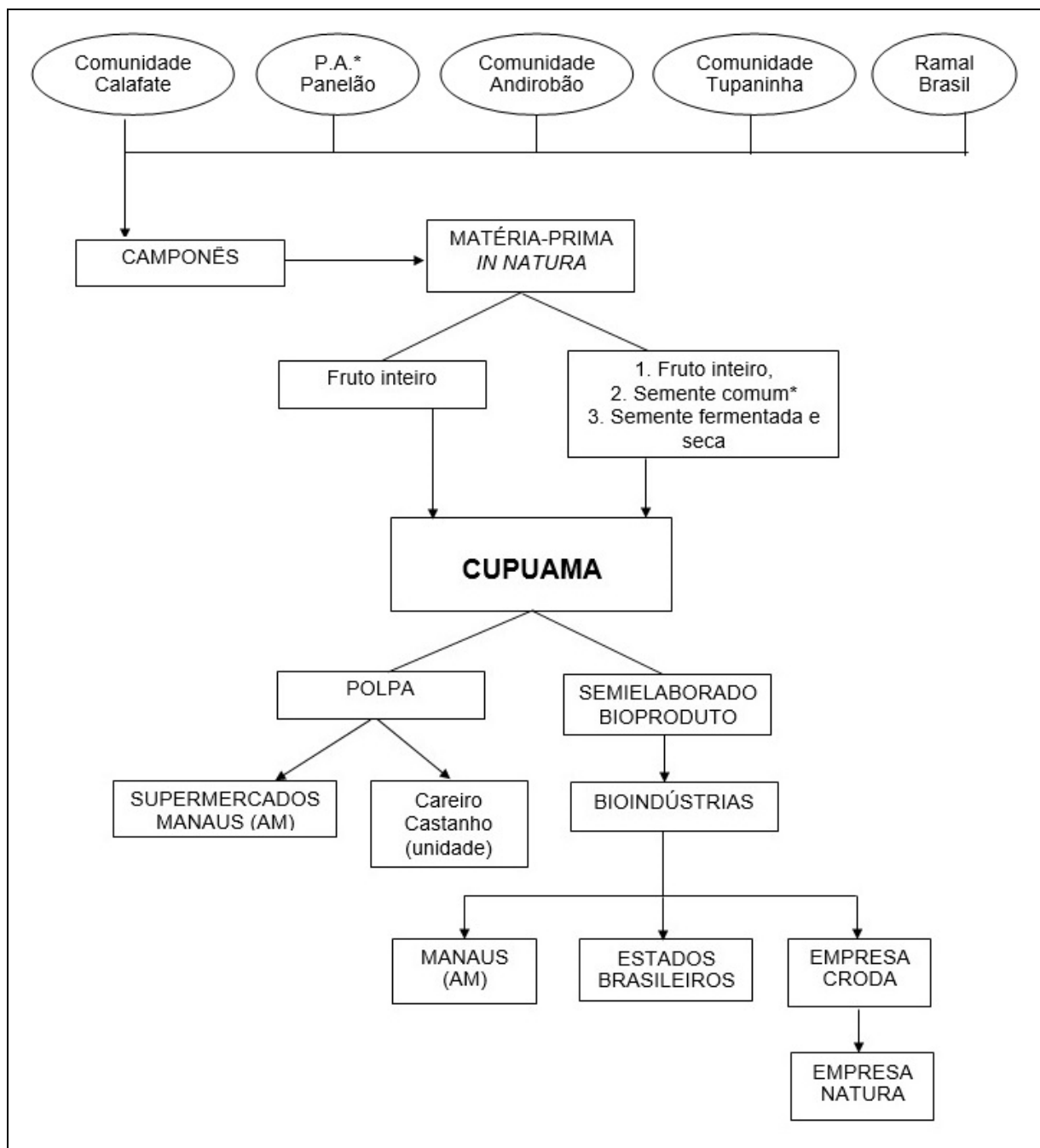
O diagrama 08 mostra as fases de produção da cadeia produtiva da CUPUAMA. Essa empresa é uma fornecedora indireta da Natura, empresa de cosméticos brasileira, que comercializa produtos em escala nacional e internacional.

A empresa CUPUAMA compra a matéria-prima dos camponeses em diversas comunidades do município Careiro Castanho, mas é função dos camponeses transportarem a mercadoria até a fábrica da CUPUAMA localizada na sede municipal. Os camponeses arcam com as despesas do transporte fluvial – a canoa e o motor chamado de rabeta – mas o motor de 5Hp alonga as viagens de deslocamento entre a comunidade e a sede municipal, o que acaba sendo uma dificuldade do camponês e um entrave para a empresa, pois significa uma redução na produtividade da empresa, dependente dessa matéria-prima, que deixa de ser levada por problemas de escoamento (circulação da mercadoria).

Das várias comunidades, a CUPUAMA mencionou as mais participativas para a empresa: Comunidade Calafate, Comunidade Andirobão e Comunidade Tupaninha, cujo caminho para chegar é por via fluvial, e comunidades no Ramal Brasil e no Projeto de Assentamento Panelão, via terrestre.

Segundo Santos (1978, p. 110),

Então, no momento em que a mercadoria produzida pelo camponês realiza-se no mercado, apenas uma parcela do valor gerado pelo trabalho camponês retorna a este sob a forma de dinheiro. Acontece que o valor extraordinário cristalizado no produto camponês, como consequência da maior utilização de força de trabalho – que poderia teoricamente se plasmar em rendimento e renda territorial do próprio camponês – converte-se em um sobretrabalho que será apropriado pelo capital industrial.



*Semente comum, nesse caso, significa aquela semente que é entregue (comercializada) a CUPUAMA do jeito que é retirada do fruto, sem nenhum processo de secagem e fermentação.

Diagrama 08 – As relações econômicas da CUPUAMA consideram amplas escalas de espacialização, desde a relação direta com os produtores da matéria-prima até a relação indireta com a empresa Natura, via a relação com uma empresa multinacional de grande porte no mercado que atua como intermediária. Fonte: trabalhos de campo de 2010 a 2015. Elaboração: 2015

Logo, ocorre a extração da renda da terra, o camponês não obtém o retorno do trabalho investido, pois “o desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda da terra ao capital” (OLIVEIRA, 1991, p.49).

Em 2010, a empresa estava em ascendência, porém em janeiro de 2015 (último trabalho de campo), a CUPUAMA se encontrava em dificuldades em relação à obtenção da matéria-prima no Careiro Castanho, o que refletia nas relações comerciais da empresa. A CUPUAMA não pôde se comprometer com encomendas do óleo vegetal, pois sabia que não haveria matéria-prima o suficiente para a produção.

Outro resultado dessa redução foi a demissão de funcionários. Em 2010, a empresa possuía 13 funcionários de carteira assinada. Atualmente, são apenas 5 funcionários (3 na produção, 1 na extração do óleo vegetal nas máquinas em um anexo da empresa, 1 no escritório em Manaus, além dos dois proprietários). Desde 2013, foi havendo uma queda na produtividade e em consequência em várias relações da empresa. Segundo entrevistas, 2014 foi um ano “difícil” e em 2015 ainda não havia um diagnóstico, pois o trabalho de campo foi realizado em janeiro.

Essa redução foi causada pela apropriação sem o devido pagamento das sementes de cupuaçu, por exemplo. Os camponeses com o tempo notaram que se o fruto é vendido inteiro, a semente contida no fruto é aproveitada, mas não é paga. Unindo essa situação de extração de renda da terra mais a dificuldade no transporte da matéria-prima, os camponeses reduziram bastante a comercialização a CUPUAMA.

Segundo a empresa, os óleos vegetais (semielaborado do mercado de fitoterápicos e fitocosméticos) apresentam um retorno financeiro maior, devido à inserção em um mercado diferenciado – distinto do mercado de alimentos, onde a polpa (outro produto da empresa) está inserida – e também devido à parceria com a empresa Croda (que obteve, em 2006, um faturamento global de US\$ 285 milhões). Segundo o site B2Brazil (Acesso em: 10/04/2015), a Croda do Brasil é

uma fabricante britânica, multinacional de produtos químicos especiais. Atua no "*business-to-business*" é um dos mais importantes fornecedores de produtos químicos especiais para as indústrias de cosméticos, farmacêutica, produtos de limpeza doméstica, aditivos para polímeros.

Segundo a proprietária da CUPUAMA, a CRODA vende semielaborados para a Natura e a AVON¹⁷, atua como uma empresa intermediária para outras empresas já consolidadas no mercado.

¹⁷ Segundo o site da Avon: “Com mais de 128 anos de atividade, a Avon, empresa [americana] voltada para as mulheres, é líder mundial no mercado de beleza com uma receita anual de mais de US\$ 11 bilhões. Como a maior empresa de vendas diretas do mundo, ela comercializa seus produtos

Os semielaborados relacionados aos fitoterápicos e fitocosméticos produzidos pela CUPUAMA são: a gordura do cupuaçu, o óleo de andiroba e o óleo de maracujá. Foi principalmente após um consórcio entre CUPUAMA e CRODA, que a CUPUAMA expandiu seus negócios para além do setor de alimentos. O consórcio funciona da seguinte maneira:

A empresa multinacional [CRODA] é responsável pela compra da matéria-prima *beneficiada* pela indústria, principalmente para a produção de cosméticos. A multinacional disponibiliza o equipamento e sem utilizar força de trabalho ou custos para a produção compra o resultado da extração realizada pela máquina que disponibilizou, para revender a matéria-prima *beneficiada* empresas de âmbito nacional, com isto o óleo extraído pela indústria é comercializado primeiramente para multinacional. Um clássico exemplo de extração de mais-valia e renda e subsunção da mercadoria.

Conforme Santos (1978, p. 174), “na relação contraditória que os une, a burguesia industrial detém o poder, dominando e explorando o camponês”. A CRODA compra o semielaborado, sem encontrar quaisquer dificuldades que as empresas instaladas no Amazonas desse setor encontram, principalmente, dificuldades de empresas como a CUPUAMA instalada no interior do Amazonas.

Sem dificuldades para a obtenção da matéria-prima em quantidade suficiente e em tempo constante ou na contratação de força de trabalho, a CRODA tem na CUPUAMA uma garantia de empresa fornecedora de semielaborado, tendo em vista que as máquinas utilizadas pela CUPUAMA foram compradas da CRODA, mas por ser um valor muito alto, a CRODA colocou uma das formas de pagamento o fornecimento do semielaborado.

A CRODA, por sua vez, vende para a Natura, empresa nacional, que atua em escala mundial no setor de cosméticos e que também aproveita a força de trabalho e os recursos do Amazonas, porém de forma diferente.

A Natura utiliza bastante o discurso do “verde”, do ambiente, do *desenvolvimento sustentável* em relação aos cosméticos produzidos, principalmente, com matéria-prima amazônica. Essa empresa também é ganhadora de prêmios relacionados ao seu slogan de empresa “ambientalmente responsável”, o que enfatiza a importância da ideologia ambiental em torno da Amazônia como agregadora de valor e difusora de uma “boa imagem” da Natura. A empresa também adere aos seus produtos, por meio da embalagem e dos comerciais em televisão a

história dos camponeses (produtores) que vivem na Amazônia, em comunidades. A história, que pode ser considerada o modo de vida dos sujeitos, é agregada ao óleo produzido – “óleo amazônico, óleo exótico”.

A Natura não possui fábricas instaladas no Amazonas, assim como tem no estado do Pará, por exemplo, mas encontrou uma forma de se territorializar no Amazonas. Ela fundou escritórios no interior do Amazonas, nos municípios onde criou vínculos devido à compra da matéria-prima *in natura*, como ocorre no município de Carauari.

Segundo um vídeo publicado no site da Natura (Acesso em: 10/04/2015b), o processo de produção dos sabonetes na Natura em uma fábrica instalada no município de Benevides (PA) é descrito da seguinte forma:

1. Fabricação do *noodle* (base do sabonete) – produto que representa 85% de um sabonete acabado (utiliza *blend* de oleína, os óleos da biodiversidade, processo de saponificação e processo de secagem para se transformar no *noodle*)

2. Produção do sabonete em si: mistura o *noodle* (85%), adiciona-se a fragrância, corantes e “outras coisas que existem na fórmula do sabonete”

3. Processo de calandra

4. Processo de extrusão, onde saem as barras de sabonete

5. Prensa para transformar no molde do sabonete

6. *Flowpec* (embalagem) ou montagem colocando em caixas os sabonetes

7. Produto final (fitocosmético) vendido da marca Ekos da Natura

São fabricados 80 mil sabonetes Ekos por dia

O produto chamado de *noodle* contém a matéria-prima transformada/beneficiada (ou seja, o óleo vegetal após sua primeira extração) pelos produtores rurais de Benevides-PA, mostrando que a Natura utiliza bastante da matéria-prima. No interior do Amazonas, há também a participação da Natura na região do Médio Juruá (FIGURA 12), no município de Carauari – distante aproximadamente 07 dias de barco. Segundo a Natura (NATURA EKOS-a. Acesso em: 12/04/2015),

A Andiroba dos produtos de Natura Ekos provém da região do Médio Juruá (Amazonas), onde estão localizadas a Reserva Extrativista do Médio Juruá (RESEX) e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari. Ali, as comunidades a extraem através do manejo florestal não madeireiro: a andiroba frutifica e suas sementes caem próximas ao rio, onde são coletadas. Então, é feita uma triagem das sementes boas, que são secadas,

empacotadas e levadas até a comunidade do ROQUE, onde é feita a extração do óleo da semente.

Por manejo florestal não madeireiro citado pela Natura, entende-se o extrativismo vegetal, que é realizado por meio da coleta das sementes caídas próximo aos rios (áreas de várzea). Da mesma forma que a COOPFITOS, é necessário realizar uma seleção das sementes, pois algumas podem estar estragadas, não sendo mais apropriadas para a produção do óleo vegetal. No Careiro Castanho e em Manaquiri, a andiroba também é encontrada em área de terra firme, sendo esse geótopo o mais comum, inclusive.



Figura 12 – Destaque para a região do Médio Juruá no Amazonas, onde está localizada no município de Carauari a ASPROC, que realiza a produção de óleo vegetal de andiroba para a venda direta a empresa Natura. O óleo vegetal é utilizado nas misturas que compõem os cosméticos da linha Natura Ekos. Retirado do site da Natura (NATURA EKOS-b. Acesso em: 12/04/2015).

Em Carauari, não foi realizado trabalhos de campo, mas uma apresentação de alunos de Iniciação Científica do INPA (Laboratório de Estudos Sociais-LAES)

que compõem o grupo de pesquisa e foram ao município em 2013 e o levantamento bibliográfico possibilitou um entendimento parcial da realidade.

A comunidade do Roque (em Carauari) é uma das principais fornecedoras de matéria-prima (andiroba e muru muru) para o mercado de fitoterápicos e fitocosméticos. Essa parceria, conforme Rizek (2006),

entre a comunidade e empresas resultou de uma iniciativa de membros da Universidade Federal do Amazonas – UFAM [Professor Castro]. Este acordo está estruturado a partir de uma cooperativa de trabalhadores que extrai os óleos localmente, comercializa-os com a **empresa Cognis** de Manaus-AM que, após outro processo de refinamento, revende o produto para a empresa de cosméticos Natura, em São Paulo-SP

De 2006 ao presente, novas configurações foram surgindo e reorganizando espacialmente as relações comerciais em torno da produção de fitoterápicos e fitocosmético. A empresa Cognis era vinculada a matriz multinacional Cognis Global, que em 2010 foi comprada pela também multinacional BASF. Segundo Rizek (2006), acontecia em Carauari o mesmo processo que acontece ainda hoje no Careiro Castanho envolvendo a empresa Natura: há a presença de uma empresa intermediária.

Outra semelhança percebida em Carauari é em relação à infraestrutura de máquinas que teve um processo muito parecido com o de Manaquiri (COOPFITOS):

Toda a infra-estrutura encontrada hoje na comunidade do Roque é fruto da organização do “Projeto Óleos Vegetais”. Segundo depoimentos dos próprios moradores, foi o estabelecimento desse projeto que trouxe a energia elétrica, a usina de extração de óleos, o alojamento para pesquisadores e o telecurso 2000, sendo que o único auxílio por parte das empresas foi um adiantamento realizado pela Cognis. Assim, é válido lembrar que as melhorias foram conseguidas a partir de um financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e não de investimentos das empresas para a viabilização do seu processo produtivo (RIZEK, 2006)

A diferença entre a COOPFITOS e a ASPROC é que na COOPFITOS as máquinas foram instaladas na sede municipal, levando uma série de melhorias entre elas a energia elétrica somente a sede de Manaquiri, enquanto que a ASPROC conseguiu levar as máquinas (a usina de beneficiamento) para a comunidade do Roque.

Conforme o diagrama 09, a empresa Natura compra de camponeses de forma indireta no Careiro Castanho, devido ao intermédio da empresa CUPUAMA, que, por sua vez, comercializa o semielaborado 1 a CRODA, para que ela direcione o semielaborado 2 a Natura. Carauari tinha um processo parecido até meados de

2010, mas atualmente a Natura compra diretamente da associação dos camponeses, chamada de ASPROC, que direciona a matéria-prima coletada a sua usina para a produção do semielaborado 01 e, por fim, comercializa-o a Natura.

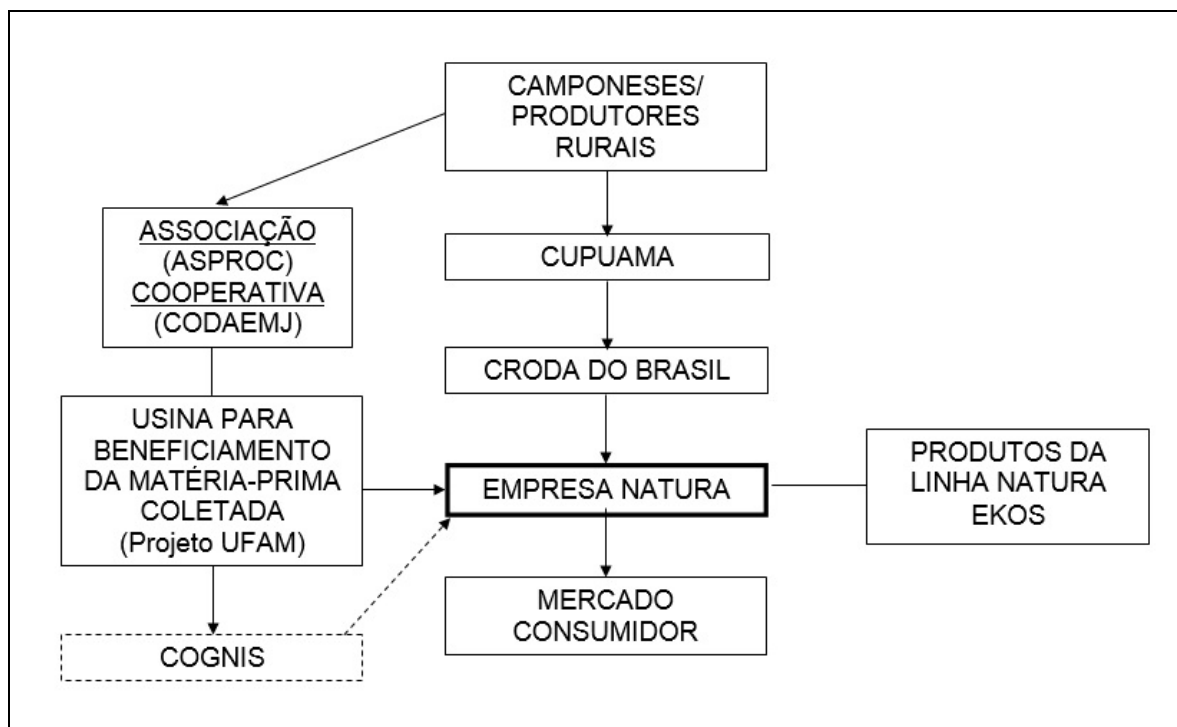


Diagrama 09 – Resultado das relações estabelecidas pela Natura no interior do Amazonas identificadas até o momento para a produção da linha Natura Ekos. A empresa COGNIS está em pontilhado, pois a relação de intermediária entre ASPROC e Natura terminou em meados de 2010. Elaborado em: 2015.

- ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE SANTO ANTONIO DO ABONARI (PRESIDENTE FIGUEIREDO-AM)

A Associação Comunitária do Santo Antônio do Abonari se localiza no município de Presidente Figueiredo (FIGURA 13) no km 200 da BR 174, distante aproximadamente três horas da cidade de Manaus. A associação apresenta particularidades devido ao modo de vida dos associados que resulta em um significado de uso da biodiversidade, nesse caso, especificamente o buriti e o cupuaçu.

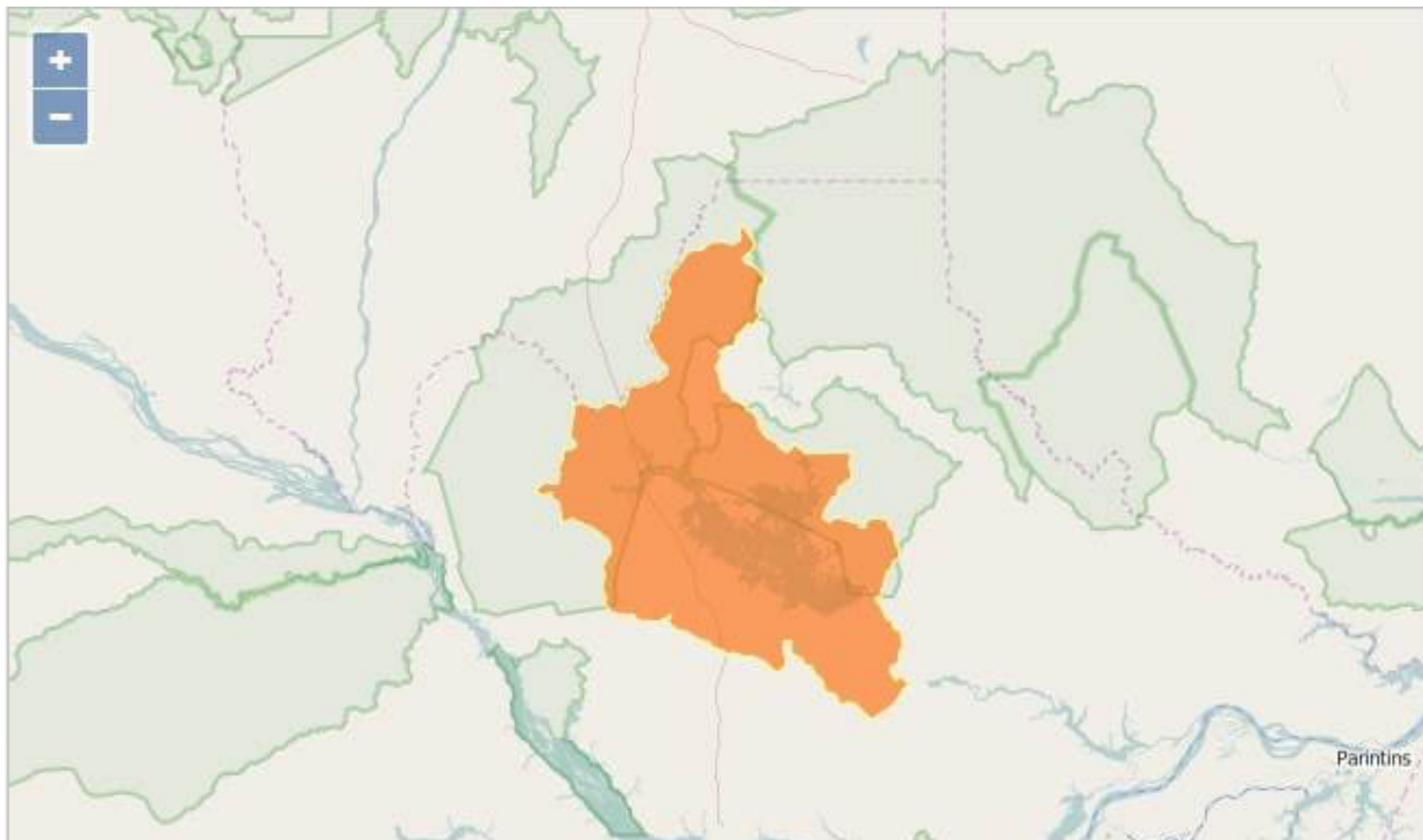


Figura 13 – Em destaque, o município de Presidente Figueiredo, que participa do mercado de fitoterápicos em Manaus devido à Associação Comunitária Santo Antonio do Abonari, uma associação que vende diretamente o semielaborado 01 para a Cupuama e em menor quantidade para bioindústrias de Manaus. A distância entre a cidade de Presidente Figueiredo e Manaus é de aproximadamente 1 hora e 30 minutos por estrada, e para Abonari são mais duas horas aproximadamente. A associação fica no km 200 da BR 174. Fonte: imagem retirada do IBGE Cidades@. Em: 20/06/2015.

A associação se localiza na Comunidade Santo Antônio do Abonari, estando próxima das unidades domésticas e de trabalho dos camponeses associados. Na área da comunidade, há também uma quantidade significativa de árvores de buritis (FIGURA 14), o que foi um dos motivos para que os camponeses começassem a se interessar pela criação da associação: uma forma de aproveitar o potencial natural da comunidade junto à possibilidade de uma reprodução econômica da associação como representatividade dos camponeses.

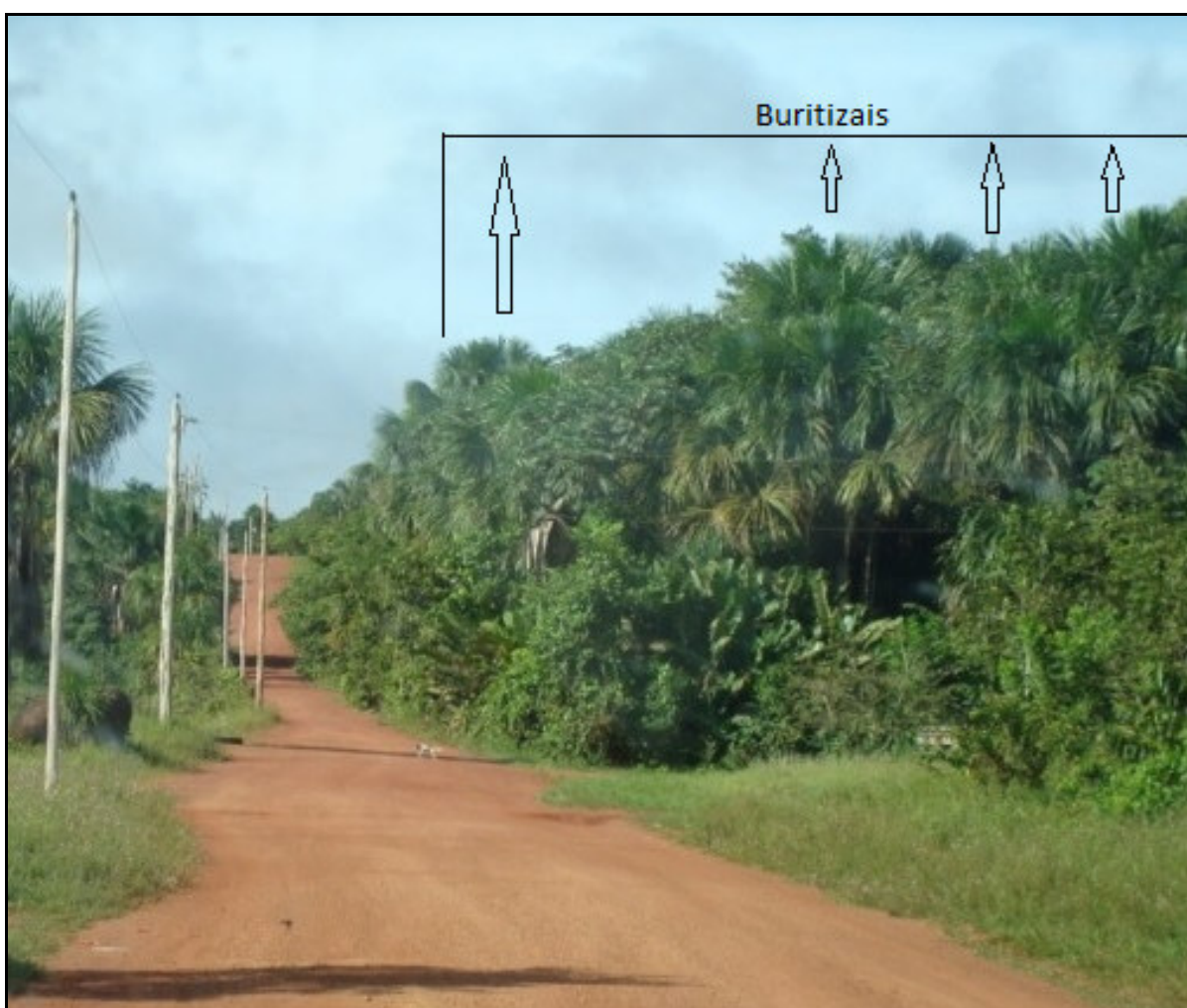


Figura 14 – Na Comunidade Santo Antônio do Abonari, há uma vasta área de buritizais já no entorno da estrada, que são utilizados como matéria-prima na agroindústria da Associação Comunitária Santo Antônio do Abonari. Posteriormente, o buriti é transformado em semielaborado 01, por meio da força de trabalho camponesa e pelo uso de máquinas apropriadas para uma primeira extração da gordura do buriti. Em: 2012.

Uma vantagem a princípio era a proximidade em relação à BR 174, visando ao escoamento da produção. Ao longo dos anos, a rodovia que liga Manaus (AM) a

Boa Vista (RR), foi sendo utilizada pela associação para a compra de matéria-prima no estado de Roraima, o que mostra mais uma vez que independentemente de ter bastante matéria-prima na comunidade é necessário alguns procedimentos antes de utilizá-la na agroindústria da associação, pois “a facilidade em encontrar o buriti não se sobrepõe as necessidades encontradas no processo de produção, distribuição e circulação do buriti – constituindo a cadeia produtiva do buriti – para agregar valor à matéria-prima com o uso de infraestrutura apropriada” (CARVALHO E COSTA, 2014).

A associação comercializa produtos oriundos de duas matérias-primas: o buriti (*Mauritia flexuosa*) facilmente encontrado na área da comunidade e na BR-174 e o cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*). Conforme Carvalho e Costa (2014a),

Para que o buriti produzido no Abonari encontre o mercado e se consolide como um produto necessário e não apenas mais uma matéria-prima é preciso que a infraestrutura acompanhe o processo que se objetiva. Infraestrutura entendida aqui como as condições necessárias para a consolidação da cadeia produtiva no Abonari.

No caso de Abonari, também houve a participação da UFAM na presença do Professor Castro e de outro servidor público (técnico administrativo) para a concretização da associação e para se pensar na mudança da associação para uma cooperativa. A associação segue o mesmo diferencial das já mencionadas aqui, que é a produção de óleos vegetais a partir da matéria-prima amazônica. Essa proposta de trabalho entra como uma propaganda de Governo (estadual) que visa ao aproveitamento de recursos ociosos no Amazonas.

Em 2002, a única usina existente estava localizada em Carauari – Comunidade do Roque – que foi implantada pelos comunitários em parceria com a Universidade Federal do Amazonas (Ufam). A partir daí, o Governo do Amazonas viabilizou a construção de mais quatro microusinas com produção em escala, e mais de 680 famílias beneficiadas, que tem gerado renda estimada de R\$ 1.600 mil por pessoa durante a safra do produto que inicia em dezembro e se estende até abril (ADS. Acesso em: 03/04/2015)

Em 2005, o Governo do Estado “viabilizou a certificação FSC¹⁸ da linha de produção de óleo de buriti da comunidade Santo Antônio do Abonari, localizada no

¹⁸ FSC - Forest Stewardship Council (Conselho de Manejo Florestal). O selo serve para orientar o consumidor consciente a optar por um produto que não degrada o meio ambiente e contribui para o desenvolvimento social e econômico. Assegura a manutenção da floresta, bem como o emprego e a atividade lucrativa que a mesma proporciona. O selo também orienta o comprador atacadista ou varejista a escolher um produto diferenciado e com valor agregado, capaz de conquistar um público mais exigente e, assim, abrir novos mercados (SILVA, 2003).

município de Presidente Figueiredo, que se tornou a primeira comunidade certificada em manejo de óleos no Brasil” (ADS. Acesso em: 03/04/2015).

Em 2008, as atividades da associação foram paralisadas pelos próprios associados, pois alguns não queriam continuar pela falta de motivação em trabalhar na associação e outros associados queriam que mudança da associação para a cooperativa devido ao viés da cooperativa estar mais relacionado aos fatores econômicos. Segundo Carvalho e Costa (2014a), “as máquinas financiadas pelo Governo do Amazonas se mantiveram sem uso até meados de 2011 quando o trabalho foi retomado, principalmente pelo incentivo do Professor da Ufam”.

A associação de Abonari possui suas atividades voltadas para duas matérias-primas, mas é o buriti que se destaca, devido ao fato de que em relação ao cupuaçu ainda não há muitos fornecedores, pois ainda estão sendo feitos testes com a manteiga extraída do caroço para decidir posteriormente a continuidade do processo de trabalho. E em relação ao buriti, como já mencionada, a quantidade no município de Presidente Figueiredo é significativa transcendendo o município, mas por não haver incentivos para a produção de buriti – por produção entende-se a apropriação do fruto na coleta, lavagem, e outros processos de trabalho, visto que literalmente a natureza já o produz – fazendo com que os associados comprem o fruto do buriti no estado de Roraima (CARVALHO E COSTA, 2014a).

A transformação da mercadoria (matéria-prima para semielaborado 1) ocorre com a agregação de valor com o uso de máquinas (FIGURA 15) que reduzem o tempo de produção e aumentam a capacidade produtiva da associação. O aumento da produtividade da associação cria possibilidades para a criação de uma cooperativa relacionada aos aspectos comerciais da cadeia produtiva.



Figura 15 – As sementes foram coletadas para posteriormente serem selecionadas para a continuidade do processo de produção. Ao fundo, há uma das máquinas utilizadas na produção do semielaborado. Fonte: trabalho de campo, 2011.

No período da safra do buriti, as sementes são primeiramente coletadas (FIGURA 16) pelos associados para a continuidade do processo de trabalho do semielaborado 01.



Figura 16 – A primeira fase da produção da mercadoria no mercado de fitoterápicos e fitocosméticos é a produção da matéria-prima, realizada nesse caso, por meio de coleta, tendo em vista que os buritis são resultados da produção da natureza. Os associados da ACSAA fazem uma divisão do trabalho visando a melhor fluidez das atividades. Segundo entrevistas, a coleta do buriti é um trabalho árduo, portanto, é direcionado aos homens da associação. Fonte: trabalho de campo, 2011.

Houve uma tentativa em mudar a associação para uma cooperativa, com a expectativa de que essa mudança resolveria os problemas que os camponeses enfrentavam como organização, que são: as dificuldades em organizar a produção em escala comercial, a produção da matéria-prima que demanda esforço físico e uma jornada de trabalho intensa, a produção do semielaborado 01 e a comercialização do semielaborado, pois ainda não há compradores fixos. Em uma economia ecológica segundo Alier (2007, p. 49) “não existe produção sem distribuição”, sendo esta a etapa mais problemática devido à ausência de

infraestruturas mais apropriadas no estado. Os problemas acompanharão as atividades na cooperativa “caso não se criem possibilidades de mudança a fim de atender as necessidades sociais dos sujeitos que são associados (sujeitos políticos e econômicos) e posseiros (sujeitos sociais, culturais e econômicos)” (CARVALHO E COSTA, 2014a).

A associação foi criada na mesma ideia da COOPFITOS, onde novamente sujeitos externos (funcionários da UFAM, projetos para a obtenção das máquinas com recursos à fundo perdido) foram primordiais para sua criação e focaram em algo que seria o melhor para os camponeses sem se preocupar com a opinião dos mesmos.

De modo geral, conclui-se que

Os produtos que realmente poderiam ter bons resultados financeiramente, são os que menos essas populações estão preparadas para administrar, os mais interferentes e predatórios, como os farmacêuticos, sementes, material genético, madeira nobre, mineração, ecoturismo, atividades ligadas a esferas e circuitos complexos do mercado, com maior risco de **imposição de uma concepção exterior de desenvolvimento e de queda de qualidade de vida** (grifo da autora) (LEONEL, 2000)

[...] Parte dos projetos voltados a essas populações não se mostraram compensatórios, nem garantiram autonomia e livre escolha [...] Muitas vezes os proponentes partem de uma visão bem-intencionada, mas paternalista e economicista, que não leva em conta a especificidade cultural, os direitos à autodeterminação, opções diversificadas, sequer as produções costumeiras, voltadas à auto-sobrevivência e ao autoabastecimento. (LEONEL, 2000).

O discurso de que a associação serviria para que os camponeses utilizassem sua força de trabalho, como uma justificativa de uma inserção do camponês, principalmente para a utilização da biodiversidade que é apontada pelo Estado principalmente como: potencial de produção, de crescimento econômico, de desenvolvimento social. Segundo Carvalho e Costa (2014a), “a fim de valorizar a produção de buriti do Abonari, o professor da UFAM criou um projeto de uma agroindústria, e aproveitando uma parceria com uma empresa multinacional surgiu a ideia de trabalhar com o cupuaçu”.

A multinacional referida está relacionada com a cadeia produtiva que envolve a empresa CUPUAMA do Careiro Castanho, pois a intenção dos idealizadores do projeto era criar uma relação econômica entre Abonari e a CUPUAMA, entre Abonari e a empresa Pharmakos D’Amazônia, sendo Abonari uma possível fornecedora do semielaborado 1. A CUPUAMA está indiretamente ligada à Natura, uma empresa que já possui sede em outros países, como a França e “em outros sete países da

América Latina: Argentina, Chile, Colômbia, Peru, Venezuela e México, além da Bolívia, onde atua via distribuidor local” (NATURA. Acesso em: 10/04/2015).

Outra matéria-prima de alta procura bastante citada pelas empresas é a copaíba¹⁹, mas nos lugares de produção conhecidos, nos trabalhos de campo, não foi identificada uma atividade produtiva significativa. Um dos fatores citados foi a forma de extração do óleo de copaíba. Diferentemente da extração do óleo de andiroba que é retirado das sementes, no caso da copaíba, o óleo é extraído diretamente na casca, o que leva em alguns casos na morte da planta, sem o devido manejo.

A copaíba pode ser utilizada para tosse e inflamação, principalmente, segundo os camponeses e um atravessador que comercializa esse produto. Na bioindústria, o óleo de copaíba é utilizado para elaboração de fitocosméticos e fitoterápicos. A casca da copaíba é utilizada pelos camponeses em forma de chá (CARVALHO E COSTA, 2013a)

Ainda não há uma relação mais estável no mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus da produção do óleo de copaíba como ocorre com a produção do óleo de andiroba (COOPFITOS e CUPUAMA para as empresas Pharmakos e Gotas), manteiga ou gordura de cupuaçu (CUPUAMA para a CRODA, e em menor quantidade para empresas de Manaus) e a gordura de buriti (Abonari para empresas de Manaus).

Nos casos identificados via trabalhos de campo, há uma clara monopolização do território ao capital. Segundo Oliveira (1990, p. 53), “nesse processo temos o monopólio da produção, ou seja, a circulação está dominada pela produção, aliás dentro do mecanismo lógico do capitalismo na indústria. [...]. Nesse caso, quando submete o camponês aos seus ditames, está sujeitando a renda da terra ao capital”.

Em todos os casos ocorre a transformação de uma natureza natural ou cultivada (andiroba, cupuaçu, buriti, crajiru) em um bem econômico, com a agregação de técnicas e tecnologias e de forças de trabalho diferenciadas na cadeia produtiva (CARVALHO E COSTA, 2013a). Isto é, uma biogeografia específica, seja em processo ou em espécies, é tratada com uma específica cadeia produtiva, que envolve ações (econômicas e sociais).

¹⁹ A copaíba não foi estudada nessa dissertação por se entender que não havia informações suficientes, mas ela se insere no rol de matérias-primas relevantes para as bioindústrias em Manaus e de outras escalas.

CAPÍTULO 03 – POTENCIALIDADES DO MERCADO DE FITOTERÁPICOS E FITOCOSMÉTICOS EM MANAUS (AM)

O mercado de fitoterápicos e fitocosméticos está em evidência na Geografia há poucos anos, havendo alguns estudos que demonstram a preocupação em estudá-lo, porém os estudos geralmente estão relacionados ao inventariado de “produtos naturais” e à localização do mercado, e não em uma análise das problemáticas ambientais e sociais sobre um mercado que utiliza a propaganda e a ideologia do sustentável e do saudável (que podem ser resumidas com o uso da palavra *verde*), que possui uma base geossistêmica e uma formação socioespacial que condicionam sua existência.

O mercado de fitoterápicos e fitocosméticos precisa de uma base geossistêmica composta basicamente por: planta medicinal, condições climáticas (temperatura, umidade), solo, topografia e hidrologia. A unidade espacial geossistêmica é chamada de quintal/sítio ou é delimitada em áreas de floresta, onde estão as plantas medicinais que não são cultivadas ao redor da casa camponesa.

O quintal é de importância fundamental no processo de cultivo de vegetais para a mediação de enfermidades físicas e subsistências alimentares diversificadas, uma vez que não há farmácias ou postos de atendimento de saúde, sendo necessária a intervenção dos processos de cura e/ou oriundos da tradição popular (PASA *et al*, 2008)

A formação socioespacial está presente na justificativa do uso das plantas medicinais, no modo particular de produzir, nos conflitos internos do mercado, na interferência do Estado, na implementação de políticas públicas territoriais.

O modo de produção (produção, circulação, distribuição e consumo) é determinado pela formação socioespacial que, por sua vez, possui uma estrutura técnico-produtiva expressada por sua distribuição espacial. As formas geográficas representam os modos de produção passados (herança) e atual. A realização prática da produção ocorre em um local para cada processo ou fração de processo com um significado particular relacionado ao momento histórico em que está sendo ocupado. As formas possuem conteúdos. A totalidade é resultado dos objetivos da produção que se localizam nos objetos geográficos (SANTOS, 1977).

O mercado de fitoterápicos e fitocosméticos é uma realidade histórica brasileira devido ao difundido uso de plantas medicinais por meio do

etnoconhecimento associado ao aproveitamento de recursos “naturais” (matérias-primas) para a bioindústria. Como parte dos objetivos da produção desse mercado, são criadas infraestruturas (formas-conteúdo) para promover sua distribuição espacial. Alguns exemplos: DIMPE, CIDE, COOPFITOS, feiras de divulgação de produtos.

A necessidade do governo federal, atuando com os governos estaduais e municipais em organizar as cadeias produtivas, mostra a influência de forças externas que pressionam o Brasil por ter em seu território uma floresta biodiversa e não utilizá-la. O Governo Federal já está criando agendas de cadeias produtivas regionais dentro da agenda nacional. O fato de a matéria-prima pertencer ao Brasil não significa um poder do país nesse mercado enquanto outros países detiverem tecnologias mais avançadas para trabalharem com a transformação da mercadoria, agregando mais valor econômico e deixando o Brasil como um exportador de matéria-prima *in natura*.

O mercado de fitos está ligado às políticas públicas na cadeia produtiva, à organização de força de trabalho local, à criação de infraestruturas a partir do incentivo do Estado, à influência de empresas multinacionais (exemplo: Croda do Brasil). Estado e empresas influenciam nos locais/lugares. O mercado de fitos em Manaus é dominado pelos empresários, mas os camponeses não possuem vontade política em participar, pois até o presente esse mercado não proporcionou benefícios sociais, econômicos e/ou políticos.

O mercado de fitoterápicos e fitocosméticos necessita de infraestruturas apropriadas para a sua reprodução, conforme as exigências do mercado e as legislações dos Estados. Sem essa base de infraestrutura associada com a superestrutura, uma série de entraves surge e impossibilita a continuidade da cadeia produtiva em determinados lugares. Principalmente porque o mercado de fitoterápicos e fitocosméticos apresenta um diferencial de vinte anos para o presente: a industrialização.

Conforme Carvalho e Costa (2014b), “dentre as necessidades dessa indústria estão: força de trabalho especializada, matéria-prima de *qualidade* e em escala de mercado, Ciência e Tecnologia”. Esse diferencial acrescenta mais valor à mercadoria final (bioproduto), mas também causa uma dependência tecnologia da cidade de Manaus com outros centros cuja geração de tecnologia é mais desenvolvida. Ao longo dos anos estudados, não foi possível identificar uma melhora

significativa em relação à aquisição de tecnologias mais avançadas, como: a biotecnologia, fundamental para a elaboração do fitoterápico e fitocosméticos e que para ser utilizada em escala industrial são necessários altos investimentos em Ciência e Tecnologia.

A base da tecnologia é a biodiversidade em seu nível genético. Dessa forma, a biodiversidade passou a ser visualizada não somente como recurso natural, mas principalmente como recurso informacional (*informação da matéria viva*) com grande potencial de aplicações industriais (NOGUEIRA, 2013).

A empresa Natura possui um núcleo de desenvolvimento científico em Manaus, onde investe em biotecnologia, produzindo-a para seus produtos, mas as micros e pequenas empresas ainda não conseguem realizar as mesmas atividades nem em menores dimensões em termos tecnológicos.

O Núcleo de Inovação Natura Amazônia (NINA) está localizado em Manaus, desde 2012, e segundo o site da Natura (Acesso em: 10/04/2015a)

faz parte da frente de Ciência, Tecnologia e Inovação do Programa Amazônia e tem como missão **desenvolver inovação relacionada à sociobiodiversidade amazônica e contribuir com o desenvolvimento do sistema regional de inovação** através de sua atuação em rede, junto aos demais atores desse sistema (grifo da autora).

A questão em torno da Natura está no grifo da citação anterior, porém a forma de desenvolver a “inovação relacionada à sociobiodiversidade” é restrita a empresa que é quem paga e produz a inovação para utilizar em seus produtos visando estar melhor diante da competitividade do mercado e da indústria de fitoterápicos e de fitocosméticos de escalas nacional e mundial.

E a contribuição com o “desenvolvimento do sistema regional” é relacionada ao preço que a Natura paga aos camponeses que fornecem a matéria-prima à empresa. Preço esse não se difere em relação aos outros mercados onde a empresa paga o que quer aos ‘fornecedores camponeses’. Alguns empresários entrevistados em 2014 e em 2015 disseram inclusive que a Natura assim como a Beraca (empresa do Pará) estão agindo como reguladoras dos preços pagos pelas matérias-primas no Amazonas.

Essas empresas estão agindo como reguladoras de preços na comercialização, segundo entrevistas nas bioindústrias, tendo em vista que o camponês é inserido em cadeias produtivas mundializadas, mas ainda recebe valores tímidos pela venda de suas mercadorias. No mercado de fitoterápicos e

fitocosméticos, por ter um diferencial de novidade, é interesse de o Estado investir, com isso algumas empresas usufruem dos investimentos pagos pelo Estado. Como no caso de Carauari, onde as máquinas para a extração dos óleos vegetais (que reduz o tempo de extração do óleo) foram na maioria de projetos da UFAM e de outras fontes do governo.

Em Manaus, há problemas em produzir o fitoterápico e o fitocosméticos totalmente no Amazonas, “devido às dificuldades de uso da biotecnologia e aos altos preços por embalagens e insumos que constituem o processo de transformação da mercadoria, o que acaba interferindo em toda a cadeia produtiva (à montante e à jusante)” (CARVALHO E COSTA, 2014b).

As dificuldades em relação às infraestruturas, à *qualidade* do semielaborado, ao pouco uso de biotecnologia, fazem com que a

matéria-prima *in natura* se torna um recurso ocioso, uma potencialidade e/ou uma propaganda de governo. O fato é que há matéria-prima em grande quantidade, mas não há um aproveitamento econômico-industrial, tanto pela falta de biotecnologia para uma escala de produção de mercado quanto pela falta de infraestrutura de deslocamento da matéria-prima às empresas em Manaus, ou seja, o processo de transformação da mercadoria na cadeia produtiva ocorre com dificuldades desde a produção à industrialização (CARVALHO E COSTA, 2014b).

Foi identificado que o mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus possui mais potencialidades – potenciais infraestruturas ou infraestruturas subutilizadas – do que de fato condições estruturais para a sequência da cadeia produtiva. O que predomina são as capacidades ociosas, conforme Rangel (2005).

Na cadeia produtiva do bioproduto – que envolve muito mais que a mera produção da mercadoria e suas etapas (produção, distribuição, circulação e consumo) – há uma especialização do território que é constituído com um novo significado para a natureza e suas potencialidades, via tecnologia e indústria, com uma denominação de origem ligada não ao lugar, mas a um nome, no caso, Amazônia.

O tempo necessário para cruzar distâncias pode ter diminuído de maneira inversamente proporcional aos diferentes modos de fazê-lo, mas o acesso a esse privilégio é tão restrito quanto maior for a sua potencialidade técnica e seu alcance espacial. Existe, portanto, uma hierarquia quanto ao uso desses sistemas técnicos que possibilitam uma maior racionalidade no uso do espaço, do território, da região. (JOLY, 2007).

A mercadoria principal é o denominado bioproduto (FIGURA 17) que é antes de tudo produzido na ideologia do capitalismo verde. O prefixo bio é um

diferenciador ideológico, mercadológico ou até mesmo um ideário de sustentabilidade. Quanto ao ideário de ser *verde*, é a ideologia de trabalhar com produtos naturais como matéria prima, mas o capitalismo é igual, fundado no lucro e reprodução ampliada do capital. Segundo Adorno e Horkheimer (1985, p. 14), “o aumento da produtividade econômica, que por um lado produz as condições para um mundo mais justo, confere por outro lado ao aparelho técnico e aos grupos sociais que o controlam uma superioridade imensa sobre o resto da população”.



Figura 17 – Exemplos da forma final dos bioprodutos, ou seja, a externalidade visível de um processo de escalas amplas que ocorrem em diferentes lugares, como: na Feira de Artesanatos e Produtos da Amazônia, organizada pela Associação das Feiras de Artesanato e Produtos da Amazônia (AFAPA), conhecida como “Feira da Eduardo Ribeiro” no centro comercial de Manaus; na empresa Gotas da Amazônia; e na empresa Pharmakos D’Amazônia. As duas últimas empresas estão instaladas no Distrito Industrial de Micro e Pequenas Empresas de Manaus (DIMPE). Em: 2011.

A matéria-prima é vista pelo mercado como recurso natural, isto é, há uma relação de apropriação e de valor de troca, a natureza já é vista não mais como matéria primeira, é vista objetivamente como um recurso que como não foi produzido por trabalho humano, social e historicamente delimitado é denominado de recurso natural, porque ele é territorializado no sentido de posse, propriedade, domínio e meio de produção. A natureza é apropriada e transformada para a produção de mercadorias e também ela própria se torna uma mercadoria (solo, subsolo, biomas, águas, moléculas).

Ello significa permitir hacer independiente la localización productiva respecto a la localización de los recursos humanos. A partir de esta posibilidad serán otros los factores determinantes de las nuevas localizaciones productivas, especialmente industriales: la búsqueda de una economía de aglomeración; o la localización en función de las fuentes de energía, por ejemplo (SÁNCHEZ, 1991, p. 179).

O denominado recurso natural, ou a natureza, é entendido como um estoque, fonte de matéria-prima para o mercado, cada vez mais monopolizando, concentrando e, via processos tecnológicos, sendo concentrador de naturezas. O

bioproduto em sua forma mais ampla é um exemplo dessa concentração, ele é produto e produtor de uma geograficidade oriunda dos processos da sociedade, da natureza e do capital. Conforme Raffestin (1993, p. 225):

um recurso é o produto de uma relação. A partir daí, não há recursos naturais, só matérias naturais. Estaríamos enganados em pensar que se trata de um problema qualquer de semântica. Trata-se de algo bem diferente e, sobretudo, nem mais do que isso: é uma concepção histórica da relação com a matéria que cria a natureza sócio-política e sócio-econômica dos recursos.

O estudo fitoquímico pode resultar em isolamento e identificação de substâncias. O conhecimento do metabolismo das plantas, o estudo das matérias primas do bioproduto, ainda que não tenham sido exaustivamente finalizados, nem feito seu isolamento de substâncias com estruturas químicas diferenciadas e úteis ao mercado ou não, possibilita um aporte para a produção do conhecimento das espécies mais utilizadas para fins do bioproduto.

Para o isolamento e identificação de substâncias extraídas das matérias-primas do bioproduto, vale ressaltar a relevância da combinação de diversas técnicas de análise das substâncias com estruturas químicas relevantes para o bioproduto.

As plantas, animais e microrganismos são elementos da natureza e que a sociedade de diversos modos faz uso deles em sua formação socioespacial seja econômico, ambiental, alimentar, adubos, perfumes, econômicos, entre tantos outros. Recentemente, com o advento de novas tecnologias e o avanço das ciências estão sendo analisadas as diferentes potencialidades da natureza no plano das moléculas para uso da sociedade e seus mercados. Os estudos precisam ser constantes porque nem a sociedade nem os organismos são estáticos, há evolução e adaptação ao meio geográfico por parte de ambos.

Isto é notório ao verificar a resistência adquirida aos medicamentos pelos microrganismos, devido às mutações. Para isso, temos a pesquisa com plantas e microrganismos tendo que separar as substâncias ativas. No entanto, não raro, tais substâncias são também tóxicas ou provocam efeitos colaterais indesejados, o que impossibilita a produção/invenção de um medicamento, pois espera-se que o medicamento possua apenas substâncias que contribuam com o metabolismo humano sem provocar danos.

As pesquisas em fitoquímica sempre têm o intuito de isolar um princípio ativo, pois é ele que terá ou será usado nos mercados, isto é, na cadeia produtiva, como ingrediente básico funcional da utilidade da mercadoria.

No entanto, o mercado brasileiro e a indústria nacional não estão estruturados para a produção de medicamentos, porque o que se tem é uma indústria onde no máximo se produzem produtos chamados fitoterápicos, que são extratos brutos padronizados de plantas. Um extrato bruto padronizado é uma mistura, obtida direto de uma planta conhecida, que possui controle de qualidade e confirmação da atividade biológica e da não toxicidade.

Segundo Costa e Nunez (2012), “todavia confundir as pesquisas fitoquímicas das universidades e dos institutos de pesquisa com as pesquisas dos laboratórios internacionais é um equívoco tão grande quanto associar o cientista social a um agente infiltrado [...]”.

Este processo não agrega muito valor ao produto. A indústria nacional deveria investir na obtenção de substâncias isoladas que possibilitam um melhor controle de qualidade e um maior valor agregado aos seus produtos.

O processo de formação de uma mercadoria exige outro processo, o de qualidade, e isto passa por processos técnicos e burocráticos ligados ao poder público: sua regularização concedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Tal controle sanitário não visa somente consumo interno (segurança à saúde do consumidor), ele também é fundamental para a exportação (circulação) de mercadorias para o exterior e para outros estados brasileiros. A aprovação pela ANVISA também é um certificado que agrega valor ao produto atestando suas qualidades e benefícios. Segundo a fala de um empresário de Manaus: nesse processo da cadeia produtiva “o entrave é a legalização. A ANVISA é muito exigente”.

Conforme Ferreira *et. al.* (2010),

Em Manaus, ainda não houve uma real consolidação desse mercado, mas, de acordo com os empresários entrevistados, o que houve foi um crescimento econômico nos últimos anos, visto que o número de indústrias regularizadas na cidade teve um aumento.

Muitas dessas potencialidades foram resultados de políticas públicas territoriais. As principais estão na cidade de Manaus, como polo gravitacional de políticas e centro de gestão econômica e política do Amazonas. São elas: Distrito

Industrial de Micro e Pequenas Empresas de Manaus (DIMPE) e o Centro de Incubação e Desenvolvimento Empresarial (CIDE). Ainda segundo os autores:

Isso ocorreu pela atuação de políticas do Estado que possibilitaram a instalação de micro-empresas desse ramo no Distrito Industrial de Micro e Pequenas Empresas de Manaus (DIMPE) e no Centro de Incubação e Desenvolvimento Empresarial (CIDE), por exemplo, o que também facilita a participação dessas empresas em feiras com o objetivo de comercializar e divulgar seu bioproduto. Uma territorialização das empresas de bioprodutos (FERREIRA *et. al.*, 2010).

Manaus é o centro gravitacional do bioproduto no Amazonas, a mercadoria converge para essa capital e enquanto pronta para o consumo Manaus é um centro dispersor. Na convergência e dispersão, o valor varia, pois várias mercadorias se somam metabolicamente para a produção do produto final que é valor de troca e portador de valor de uso.

O processo produtivo passa por diferentes sujeitos sociais e econômicos, assim como, por diferentes processos. Em cada etapa, há uma dinâmica de formação de valor/preço, e é onde ocorre extração da renda da terra e da mais-valia. O trabalho como processo social, econômico e político produz resultados que são apropriados de diferentes formas e por diferentes sujeitos, grupos ou classes sociais. O trabalho é uma das formas de espacialização, de territorialização e de formação das paisagens, para Martins (2000, p. 30), “ao industrializar um trabalho”, transforma-se o “secundário em essencial” e se “introduz os requisitos lógicos de uma economia industrial”.

O Produto Interno Bruto (PIB) do Amazonas ainda não contabiliza plenamente o pertencimento do bioproduto, mas é uma realidade, formal e informal/subterrânea, que está se constituindo no processo industrial e comercial, mas que precisa ser diferenciada enquanto objeto único e peculiar na balança comercial amazonense e brasileira.

Leonel (2000) afirma que

O aproveitamento da biodiversidade no mercado transformou-se em um negócio expressivo: a venda de medicamentos derivados de plantas nos EUA, em 1990, já alcançava US\$ 15.5 bilhões. Em 1985, somando-se EUA, Europa, Canadá, Austrália e Japão, esse mercado movimentou US\$ 43 bilhões.

Em nível mundial, o mercado de fitoterápicos (mercadoria finalizada) em 2000 teve 6% do faturamento de todo o segmento de medicamentos, ou seja, \$ 340bi²⁰. Em nível nacional, por exemplo, no ano de 2007, houve uma circulação de mercadorias (bioproduto) nesse setor econômico “equivalente a R\$ 19,6 bilhões” (FIEAMNotícias, Ano III, nº 25, Maio/2008, p. 18), segundo a Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC) (FERREIRA *et. al.*, 2010).

O denominado bioproduto participa no cenário econômico brasileiro com cifras expressivas e é ligado ao mercado da beleza, ao ideário do consumo saudável de um produto natural sem insumos químicos industrializados e tendo como matrizes produtos da biodiversidade amazônica.

A mercadoria é produzida com seu valor de troca, mas tem também um valor de uso, uma utilidade, uma aplicabilidade como uma de suas razões de existência fora ser uma mera mercadoria geradora de lucro. O seu uso para fins medicinais e estéticos, afinal, “a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso” (MARX, 1995, p. 53).

Na cadeia produtiva, o destino final é pensado como criação e satisfação de necessidades, do consumidor final, do produtor primário com base no trabalho familiar, e também no setor industrial, assim como, por alguns setores do poder público, como Receita (estadual e federal), e também o uso político do bioproduto como elemento que valoriza a biodiversidade não precisando de desmates.

O processo de industrialização agrega valor à mercadoria e isso se reflete nos preços, dos semielaborados até o produto adquirido pelo consumidor final. Há no processo de industrialização como componentes da formação do valor: a força de trabalho, impostos, a infraestrutura, a manutenção da infraestrutura, ideologias e a biotecnologia, por diferentes territórios no espaço, pois o processo de formação do valor é um dos componentes do espaço geográfico.

Segundo Nogueira (2013), “o desenvolvimento da *biotecnologia moderna* gerou um avanço na fronteira científico-tecnológica. [...] ampliando o interesse de importantes segmentos industriais ligados ao uso econômico da biodiversidade”.

²⁰ Dados obtidos na Palestra de Abertura: “Fitoterápicos e Fitoterapia: Panorama Mundial e Nacional” realizada pelo Dr. Roberto Leal Boorhem da Associação Brasileira de Fitoterapia (ABFIT) durante a Semana Municipal e Estadual de Plantas Medicinais, realizada em Manaus nos dias 8, 9 e 10 de junho de 2011

Conforme Pignarre (1999, p. 85), exemplificando com o medicamento, “a passagem do objeto à mercadoria ou da molécula ao medicamento, acompanhada nos dois casos de um aumento de valor, traduz na verdade uma mudança de plano que exige recalculá-lo seu valor”. Para Martins (2000, p. 30), “é a circulação da mercadoria que diz quanto ela vale e não apenas nem fundamentalmente a sua produção, porque é na circulação que o valor nela contido se realiza e se revela. Esse é um dos mistérios da mercadoria”. Sobre o preço, tabela 04.

	MATÉRIA-PRIMA IN NATURA	SEMI-ELABORADO 01	SEMI-ELABORADO 02	PRODUTO FINAL
ANDIROBA	- COOPFITOS: R\$ 10,00/lata de 18kg* (semente fresca)** - CUPUAMA: R\$ 0,80/kg (semente fresca)	R\$ 22,00/Kg	R\$ 30,00	Sabonete em barra: R\$ 4,55/100 g****
CUPUAÇU	1) R\$ 1,50/kg da fruta 2) R\$ 0,30/kg da semente fresca 3) R\$ 1,50/kg da semente fermentada e seca	R\$ 15,00/kg (CUPUAMA-CRODA)***	Sem informação	

*A lata de 18kg é preenchida com as sementes coletadas de andiroba

**Em 2013, 1050 latas de 18kg foram compradas.

***A CUPUAMA vendeu em 2013 10 toneladas de gordura de cupuaçu (semielaborado 01) para a CRODA. Para essa quantidade, foram necessárias 180 toneladas do fruto cupuaçu ou 63 toneladas de semente fresca ou 21 toneladas de semente seca, segundo a dona da empresa.

**** Natura Ekos Sabonete em barra puro vegetal sortidos. Tipos: 1) Cremoso: Cacau, **Cupuaçu**, Castanha e **Andiroba**, 2) Esfoliante Cremoso: Castanha, **Cupuaçu**, Cacau e Maracujá; 3) Esfoliante: Pitanga, **Andiroba**, **Buriti** e Maracujá. Obs.: Caixa com 4 unidades de 100 g cada. Preço sugerido: R\$ 18,20²¹

Tabela 04 – Diferenciação de preços no decorrer da cadeia produtiva do bioproduto (fitoterápicos e fitocosméticos). A matéria-prima é vendida pelos camponeses a COOPFITOS (Manaquiri) ou a CUPUAMA (Careiro Castanho).

²¹<http://letraeditorial.com.br/natura-inova-na-categoria-sabonetes-em-barra/#sthash.ujsvfTst.dpuf>

Segundo entrevistas, a empresa Pronatus²² compra o semielaborado 01 do estado do Pará por R\$ 18,00 (dezoito reais)/kg. A COOPFITOS vendeu até 2012 o kg do óleo de andiroba por R\$ 23,00 (vinte e três reais) para a empresa AmazonErvas²³, mas em 2013, a AmazonErvas reduziu o preço a ser pago para R\$18,00 (dezoito reais), o que provocou uma pausa na relação comercial entre COOPFITOS e AmazonErvas (DIAGRAMA 10).

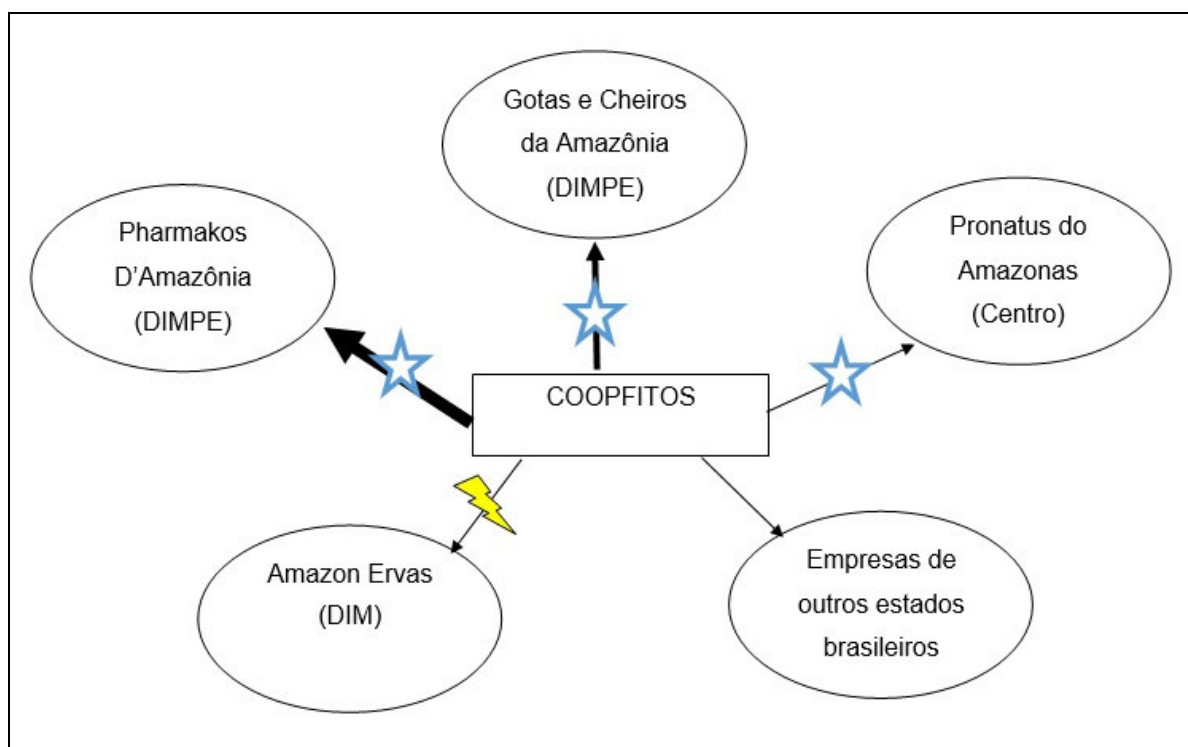


Diagrama 10 – As relações comerciais da COOPFITOS em relação a venda do semielaborado 1 ocorrem de forma irregular com as bioindústrias. Fonte: trabalhos de campo. Elaboração: 2015.

As relações comerciais relacionadas à COOPFITOS podem ser assim descritas:

- COOPFITOS-Pharmakos: compra em maior densidade, é uma relação estável de aproximadamente quatro anos. No período de safra da andiroba, a

²² Pronatus do Amazonas-biocosméticos da Amazônia é uma empresa do ramo de alimentos e cosméticos com 24 anos de existência. A empresa possui duas linhas de produção: biocosméticos e alimentos funcionais, possuindo um amplo portfólio constituído por 6 alimentos funcionais e 65 biocosméticos que atendem as necessidades das diferentes regiões do corpo humano. [...] Todos os seus biocosméticos estão registrados na ANVISA (PRONATUS. Acesso em: 05/04/2015)

²³ AmazonErvas é uma empresa do Subsetor dos Produtos Químicos e Farmacêuticos. Está no Distrito Industrial de Manaus, possui benefícios da Zona Franca de Manaus. Foi realizada algumas tentativas de entrevistar algum funcionário da empresa no ano de 2010, mas a empresa não se mostrou muito receptiva, e a entrevista foi inexpressiva em relação às informações necessárias.

cooperativa vende 400-500kg de óleo. Segundo a Pharmakos, essa quantidade não supre as necessidades da empresa.

- COOPFITOS-Gotas: há uma densidade na compra, mas não tanto quanto em relação à Pharmakos. É uma relação estável, porém a menos tempo.

- COOPFITOS-Pronatus: é uma relação de compra e venda esporádica, porém sem problemas.

- COOPFITOS-Amazon Ervas: após o estabelecimento de um preço a ser pago pelo semielaborado que não atendeu às expectativas da cooperativa, houve uma pausa da relação comercial.

- COOPFITOS-Empresas de outros estados: é uma relação comercial esporádica. Ocorre quando a cooperativa expõe seus produtos em feiras nacionais ou internacionais, gerando uma curiosidade e com isso alguns pedidos de encomenda.

As potencialidades do mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus são muitas, mas também foi possível identificar algumas consolidações da formação socioespacial que interage com a história local dos lugares e a história de formação da sociedade brasileira em combinação aos fatores que possibilitam a reprodução das cadeias produtivas dos fitoterápicos e dos fitocosméticos, apesar das dificuldades dos sujeitos envolvidos.

O diagrama 11 mostra as relações econômicas, culturais, sociais e políticas de modo geral que passam pela infraestrutura e pela superestrutura para uma consolidação.

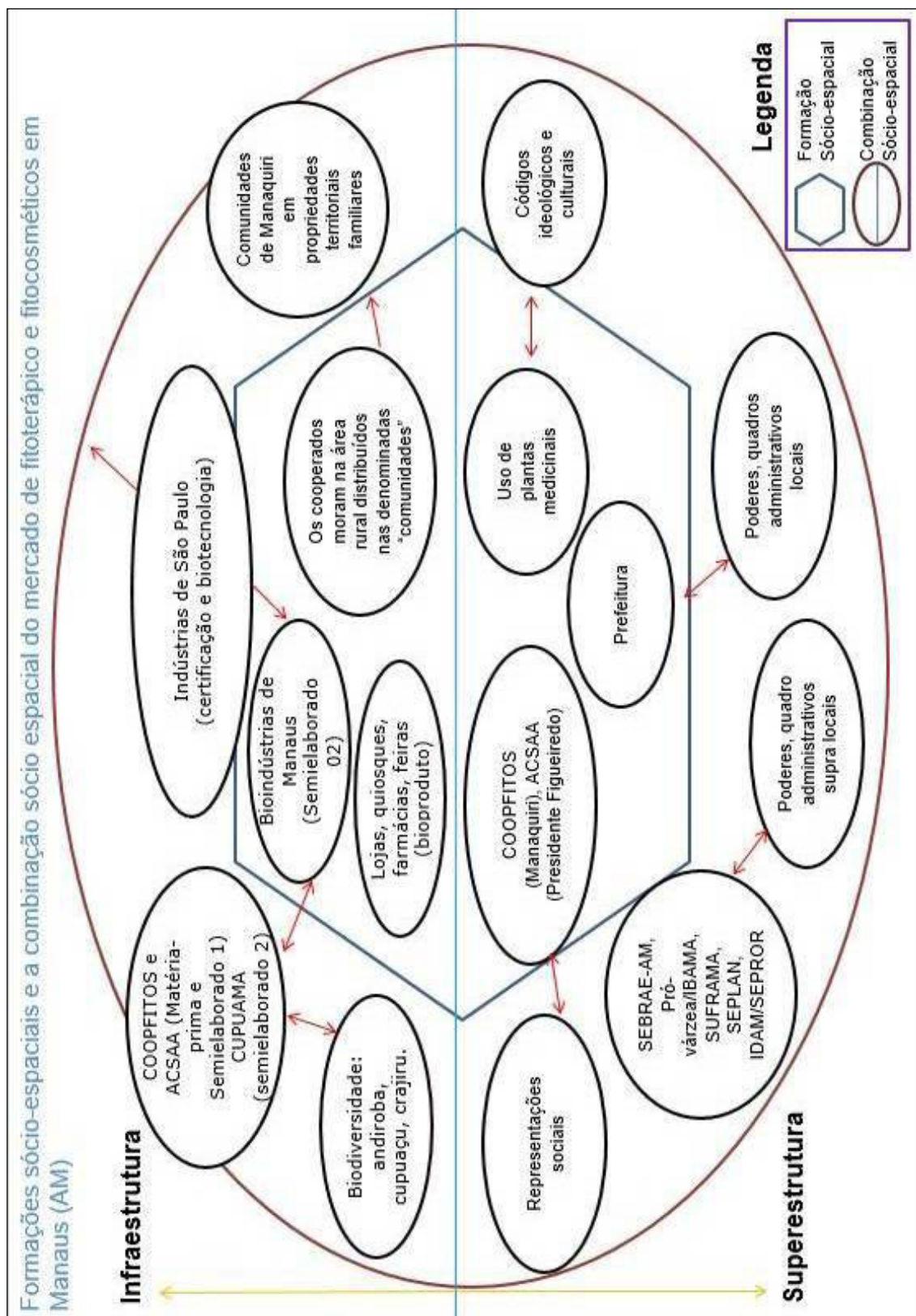


Diagrama 11 – A formação socioespacial corresponde a vários processos que resultam em relações, como as que ocorrem no mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus. Fatores da infraestrutura e a superestrutura são elementos de influência na formação do mercado em si. Elaborado a partir de Di Méo e Buléon (2005). Elaborado em: 2011. Modificado em: 2015.

3.1 TECNOLOGIA E A NECESSIDADE DE INVESTIMENTO TERRITORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE FITOTERÁPICOS E FITOCOSMÉTICOS EM MANAUS (AM)

Segundo Rangel (2005), a tecnologia foi entendida como uma moda na sociedade, como se fosse um assunto inédito no Brasil. A tecnologia já era importada e produzida (esta em menor escala), mas sem ser tão explicitada nos preços de bens e serviços. Possui um peso muito maior nos produtos intermediários do que no produto final, pois em todo setor é necessário utilizá-la.

A ciência e a técnica necessitam de uma junção para integrarem os meios de produção necessários ao desenvolvimento. Uma das particularidades necessárias para o uso de tecnologia é o capital financeiro. A tecnologia se tornou uma indústria, deixando de ser uma construção artesanal, sendo uma variável importante para a mudança na sociedade.

Há uma necessidade em haver inovações tecnológicas em áreas de amadurecimento do que nas áreas cêntricas, mas é preciso que se tenham condições especialíssimas. Mesmo os países com tecnologia de ponta precisam ficar se renovando e acompanhando o desenvolvimento dos outros países. As inovações tecnológicas “compreendem mudanças tecnológicas em produtos, processos e serviços existentes” (REIS, 2004, p. 43 *apud* NOGUEIRA, 2013, p. 26)

É importante antes de produzir tecnologia que se realizem importações, mas para importar é preciso que se tenha mão de obra ao mesmo tempo em que não se podem criar projetos modernizadores para gerar emprego sem produzir um *capital intensive*. Segundo Rangel (2005),

Os projetos modernizadores prometem uma função de produção de *capital intensive*, mas, no curto prazo, isto é, na fase de implantação, o que oferecem são, no processo mesmo da formação de capital fixo, a função francamente geradora de emprego.

A modernização em todos os setores da vida nacional causa problemas que passam também pelo “modelo” brasileiro que se tem que é ligado à sua história e formação socioespacial. A produção de tecnologia ocorrerá com a importação regular desse produto “invisível”. Com os modelos, devem-se descobrir as

peculiaridades do Brasil para importar tecnologias de vanguarda possíveis de serem utilizadas.

Uma das características do “modelo” do Brasil é a setorização do processo de renovação para uma modernização gradativa. Para a importação de tecnologia será necessário uma capacidade excessiva de produção e a expansão de certas atividades ligadas à estruturação produtiva. A criação de um sistema financeiro e a reestruturação de empresas fornecedoras e usuárias de bens de capital são primordiais.

O papel da tecnologia no mercado de fitoterápicos/fitocosméticos é fundamental para a consolidação do mesmo no Amazonas, mas não somente isso. O “modelo” preestabelecido também precisa ser entendido e superado para que haja tecnologia com uma força de trabalho capacitada para seu uso. Esse modelo corresponde às ideias copiadas para a realidade do mercado em Manaus sem noções do modo de vida dos grupos sociais que ali estão agindo; modificando e sendo modificados pelo mercado.

O critério de Rangel (2005) foi iniciar pela importação de tecnologia até chegar o momento em que haverá um preparo para sua produção assim como no Amazonas, porém mesmo para importar tecnologia existem dificuldades relacionadas à estruturação produtiva que passa pela circulação, como por exemplo: impostos sobre a mercadoria (ICMS-Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços), criando uma dependência do Amazonas com São Paulo, onde se produzem tecnologias de ponta (biotecnologia). Segundo a fala de um empresário de uma bioindústria de Manaus: “é difícil adquirirmos [produtos naturais] bioativos, são aleatórios e o cultivo não é racional”²⁴.

A região centro-sul apresenta-se como território de tecnologias mais avançadas, enquanto que o Brasil diante do mundo se apresenta como um país que possui uma biodiversidade incontestável, mas que pouco possui em termos de patentes, onde nos vemos sempre em um lugar atrás nas pesquisas. Segundo Leonel (2000),

As patentes estão no centro do controle concentracionário permitido pela biotecnologia, com a cobrança de direitos sobre formas de vida modificadas. **O dono da patente tende a liderar o mercado e as futuras inovações, inclusive as dos detentores originais do conhecimento de seu uso.**

²⁴ A descoberta de produtos naturais bioativos “podem ser usadas como matrizes para a descoberta de novos fármacos” (MONTANARI E BOLZANI, 2001). O termo aleatório que o empresário utiliza é em relação às pesquisas na área.

[...] Os países em desenvolvimento tentaram, por intermédio da FAO, impedir que o controle ficasse apenas com os que detêm tecnologia, em prejuízo dos detentores originais.

A tecnologia não está somente no produto final, mas também nos produtos intermediários, assim como ocorre com os fitos que para serem considerados válidos ao mercado fiscalizado pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) necessitam de produtos intermediários com alta tecnologia agregada, aquela “invisível”, porém com um alto custo.

Para Rangel (2005), as áreas periféricas (refiro-me ao Amazonas, nesse caso, pois nele não há base para a tecnologia de inovação ligada diretamente aos mercados) necessitam muito mais de inovações tecnológicas do que as áreas cêntricas, pois com tal fragilidade são menos propícias ao desenvolvimento biotecnológico. O mercado de fitos precisa de biotecnologia que é uma de suas essências por ter seu desenvolvimento econômico e político pautado no Distrito Industrial de Manaus (DIM) que utiliza a localização industrial para montar aparelhos tecnológicos muito modernos sem enriquecer a força de trabalho ou o estado em outros segmentos.

Segundo Carvalho (2006),

a busca de inovação química na biodiversidade constitui para eles uma entre várias linhas de trabalho, de desenvolvimento tecnológico e de inovação no mercado. O alvo dessa busca sempre foi e continua sendo as riquezas naturais dos países megadiversos, cuja capacitação tecnológica e científica é ainda inadequada à agregação de valor significativo [...]

A produção industrial de fitos com tecnologia apropriada seguindo os parâmetros da formação socioespacial regionalizada poderia ser mais uma forma de angariar recursos ao estado ligado às bases camponesas, tendo em vista a apropriação dos saberes que o mercado realiza, antes de investir na produção de um medicamento ou fitoterápico:

Três quartos das drogas utilizadas pelo receituário médico derivam de plantas descobertas pelo conhecimento indígena. De 120 componentes ativos isolados de plantas, 75% têm origem em seu uso tradicional. Plantas tradicionais foram utilizadas em sete mil componentes da farmacopéia em uso (LEONEL, 2000).

O Distrito Industrial de Manaus (DIM) possui inúmeras subvenções como isenção de impostos o que “força” as empresas a permanecerem em Manaus assim como gera empregos, mas não possui ligação direta com a formação socioespacial

regional, não cria um capital intensivo que utilize a tecnologia (biotecnologia), os recursos “naturais” (plantas medicinais) e a força de trabalho (camponesa, operária, empresarial) para inovar, somente para reproduzir tecnologias já existentes, sem criar algo novo, somente replicar pacotes tecnológicos.

Conforme Rangel (2005), há uma necessidade em unificar o mercado nacional brasileiro antes de haver uma unificação com o mercado internacional. Ao mesmo tempo em que se fortalece o mercado nacional, é necessário realizar importações devido aos recursos ociosos não utilizados no país. Unificar o mercado nacional significa ter uma nação que reconheça as necessidades nacionais, não somente as regionais.

Diante do poder da mundialização do capital e de formas neoliberais de pensar e agir que são reproduzidas em quase todos os espaços e resultam em padronizações do modo de pensar, agir e ser há um predomínio entre os planejadores de políticas públicas, principalmente em relação à gestão de recursos naturais, do pensamento que coloca a natureza unicamente como mercadoria.

Há o predomínio na identificação dos espaços geoecológicos de relevância para a lógica burocrática para criar Unidades de Conservação (UCs), lugares onde há uma importância natural e uma delimitação pelo Estado para seu controle. Essas UCs apresentam controvérsias, como no caso de Reservas Extrativistas (RESEXs). Por exemplo, na RESEX do Rio Jutaí, localizada no município de Jutaí (AM), a atividade econômica de maior importância é o cultivo de mandioca para a produção de farinha, resultando em uma contradição. Se a lógica é extrativismo, que é inviável faz-se a agricultura de mandioca para a produção de farinha na base territorial legal para o extrativismo.

São criadas várias UCs sem que haja um diagnóstico efetivo de áreas potencialmente relevantes para o estado do Amazonas. Como resultado, várias famílias deixam de assegurar uma renda mais elevada, ficam dependentes de programas do governo que não garantem sua autonomia socioeconômica, e vivem ao lado de áreas ricas em biodiversidade, porém por não terem acesso as tecnologias não conseguem agregar mais valor às mercadorias ficando com o mínimo que se paga, vendendo o produto *in natura* ou como semielaborado simples com baixo valor agregado.

A tecnologia para o camponês é necessária para que haja uma agregação de valor econômico e tecnológico no produto resultado da força de trabalho

camponesa, mas não é suficiente destinar tecnologias aos camponeses sem antes haver uma preparação ou uma motivação dos mesmos.

É primordial que se tenha um entendimento do modo de vida dos grupos camponeses e também que se realize uma consulta com os mesmos. A participação dos camponeses é mais do que um respeito ao trabalho que eles realizam, é uma forma de otimizar tempo e dinheiro público. Atualmente, o que acontece são altos investimentos em cooperativas e associações que não se desenvolvem apesar de terem em sua posse máquinas com tecnologia agregada e dinheiro público investido.

Os investimentos em cooperativas e associações correspondem a cursos de capacitação e a compra de materiais entendimentos pelas instituições como essenciais. É importante que os camponeses sejam capacitados, mas é mais importante a motivação dos camponeses para com o produto que eles geram. Essa motivação resulta em médio prazo em identidade territorial, em sentimento de pertencimento e vontade de continuar o trabalho. Com todas as dificuldades, os camponeses não param suas atividades porque é *o que* produzem e *como* produzem (modo de vida) que os definem.

3.2 RECURSOS OCIOSOS NO MERCADO DE FITOTERÁPICOS E FITOCOSMÉTICOS EM MANAUS (AM): AS MATÉRIAS-PRIMAS, AS FORÇAS DE TRABALHO E AS INFRAESTRUTURAS.

Os recursos ociosos correspondem aos recursos naturais não utilizados, a não utilização de força de trabalho e das instalações existente no país, o que gera desemprego, estagnação econômica, aumento da inflação. Isso é relacionado à escolha de quais técnicas utilizarem, pois nem todas estão disponíveis no país, sendo necessário planejar ou programar para que as potencialidades técnicas e econômicas se efetivem de modo objetivado pelo plano nacional. Os *excedentes* não utilizados também são capacidades ociosas.

O mercado de fitoterápicos/fitocosméticos tem ligação com os recursos ociosos relacionado também à *escassez de capital e técnica* pelo caso de não haver os *bens de produção* (indústrias de biotecnologia) necessários à criação de operação de unidades produtivas *modernas* (consolidação do mercado de fitos). Sem o desenvolvimento da biotecnologia em nível industrial no Amazonas, a

matéria-prima *in natura* continuará sendo recurso e capacidade ociosa ou uma potencialidade. Sem ter planejamento para a produção camponesa, desde propriedade fundiária para fins de receber financiamento, até as condições de transporte, a capacidade ociosa será sempre um empecilho na relação sociedade e natureza para fins de bioproduto.

O planejamento é nacional, pois é pensando na unificação nacional, uso de recursos ociosos, aproveitamento de toda a força de trabalho, uso de técnicas possíveis, envolvendo também a soberania alimentar e econômica. O Estado cada vez mais ordena essas exigências que passam principalmente pela dinâmica interna. Tem a função de estimular empresários para utilizarem os recursos ociosos ao mesmo tempo em que devem criar uma poupança, relacionada ao imposto e a quem direcioná-lo diretamente, pois indiretamente todos os trabalhadores devem contribuir. A tributação tende a criar capacidade ociosa e limitar a renda nacional. (RANGEL, 2005)

A macroeconomia e a microeconomia (sistema econômico) devem ser pensadas simultaneamente, pois é necessário a comunicação entre países, visto que não há uma autossuficiência. A importância do planejamento está também no fato de pensar em várias escalas de tempo (presente-futuro). Expansão do comércio exterior, mudança nas estruturas de oferta e procura são fundamentais, abrangendo a expansão de exportações e da dinâmica interna.

Os recursos ociosos consideram principalmente os bens de capital, mas não é suprida a necessidade de planejar de forma integrada com os bens de consumo e de produção. O sistema financeiro e monetário, passando pela política cambial e tarifária, precisa ser estruturado, sendo um dos fatores a serem considerados no planejamento. O planejamento é uma intencionalidade, porém voltada às condições historicamente definidas, a formação socioespacial e como esta vê a natureza e suas potencialidades na lógica do mercado e da política.

O Estado incentiva e ordena o território dos fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus, porém sem considerar as condições historicamente definidas, tendo em vista que não são somente empresários que estão relacionados a este mercado, mas também camponeses que possuem outro modo de vida e outra lógica de mercado e produção.

A escolha de técnicas muitas vezes não apropriadas para um mercado de fitos nacional e mundial está relacionada ao fato da biodiversidade ser um recurso

ocioso, pois ou se utiliza as matérias-primas disponíveis limitando a escala de circulação da mercadoria ou não se utiliza nenhuma, pois o Estado com ordenador territorial estabelece diretrizes para a entrada de empresas nesse mercado em particular (RANGEL, 2005).

As forças centrífugas acabam sendo direcionadas para as áreas já desenvolvidas, enquanto que o Amazonas permanece com uma capacidade produtiva abafada (capacidade ociosa) por não usar a mão de obra disponível nem os recursos naturais de forma satisfatória. Cria-se um subdesenvolvimento impedindo a unificação nacional em torno desse mercado, pois o Amazonas exporta a renda que poderia ser fixada no estado por não possuir bens de produção necessários.

O planejamento desse mercado é feito de forma desconectada com a realidade e com a formação socioespacial regional existente, pois o Estado se preocupa em descobrir as potencialidades e divulgá-las nacionalmente, sem realizar a unificação do mercado nacional, ou seja, favorece as áreas que recebem os fitoterápicos/fitocosméticos como bens de consumo, e desfavorece as áreas que os produzem.

3.3 A POLÍTICA ECONÔMICA E AS INTERFERÊNCIAS NO MERCADO DE FITOTERÁPICOS E FITOCOSMÉTICOS EM MANAUS (AM)

O modo de produção capitalista tende a tratar tudo como mercadoria, mas nem sempre os fatores econômicos são os que prevalecem ou que explicam determinadas escolhas (POLANYI, 2000). O mercado de fitoterápicos e fitocosméticos mostra que tem muito mais uma base político-econômica do que somente econômica, pois o Estado tem um papel de criar o mercado por meio de políticas públicas territoriais (DIMPE, CIDE), de incentivar os órgãos públicos a consolidarem esse mercado (SEPROR, Prefeituras, ICMBio, IDAM) e de reproduzir ideologias que mantêm o mercado.

Em nível federal, existem outras políticas relacionadas aos fitoterápicos e aos fitocosméticos. A Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF, Decreto nº 5.813, de 22/06/2006), que tem como objetivo geral “garantir à população brasileira o **acesso seguro** e o **uso racional** de plantas medicinais e fitoterápicos, promovendo o uso sustentável da biodiversidade, o desenvolvimento da **cadeia**

produtiva e da indústria nacional”, foi decretada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No setor econômico, o mercado não corresponde a uma parcela significativa do Produto Interno Bruto (PIB) do Amazonas que ainda é dominado pela Zona Franca de Manaus, ou seja, produtos eletrônicos montados no Amazonas. Outro exemplo que mostra que não é somente de mercadorias que a sociedade vive, é a pouca participação camponesa na economia, tendo em vista que é o campesinato que produz a matéria-prima em sítios/quintais agroecológicos ou coleta na área de floresta assegura uma segurança alimentar que pouco é identificada em relatórios, mas as feiras das cidades do interior comprovam tal produção, geralmente invisibilizada.

A motivação econômica e social é muito mais importante aos camponeses do que necessariamente a obtenção de renda, pois a dificuldade no escoamento da produção, a pouca infraestrutura de educação, saúde e produtiva não é suprida com a participação do camponês nesse mercado. A força de trabalho camponesa é utilizada como estatística do Estado para mostrar que “promove o desenvolvimento local” e como propaganda das empresas que querem se mostrar como “sustentáveis”, “politicamente corretas”.

No campo, as motivações foram criadas artificialmente principalmente com as propagandas do Estado que convence os camponeses a participarem do mercado, mas os camponeses mesmo já produzindo a matéria-prima não se mantêm no mercado ou tem no mercado de fitoterápicos e fitocosméticos um acréscimo tímido de renda.

As lógicas de mercado são diferentes para os camponeses, para os empresários e para o Estado, pois uma economia de mercado correspondente à lógica empresarial e de Estado faz da terra, do trabalho e do dinheiro mercadorias que obrigatoriamente tem que ser comercializadas para obtenção de lucro, enquanto que os camponeses estão inseridos em uma economia de mercado, mas também possuem uma economia moral, “visão consistente de normas e valores que deveriam ser respeitados pela atividade econômica” (LECHAT, 2003), onde a terra e o trabalho não é mercadoria, são meios de se reproduzirem socialmente. Segundo Thompson (2005, p. 258),

Nenhum outro termo parece oferecer na hora de descrever a maneira como muitas relações “econômicas” são reguladas segundo normas não monetárias nas comunidades industriais e camponesas. Essas normas

existem como um tecido de costumes e usos, até ciência de *ser* uma “economia moral”. Nesse sentido, a economia moral é invocada como resistência à economia do “livre mercado”. [...] As racionalizações ou “modernizações” do mercado capitalista afrontavam as normas da comunidade e criavam ininterruptamente um antagonismo “moral”.

A economia de mercado na tentativa de se autorregular sempre teve na intervenção do Estado uma necessidade para sua reprodução, que continua até os dias atuais (POLANYI, 2000). A intervenção estatal com leis e estatutos é presente nesse mercado que assim como o autor descreve tem duas funções: uma de não permitir que o mercado siga somente uma lógica econômica o que interfere na relação sociedade-natureza tanto na proteção do “povo comum” quando nas legislações de proteção da natureza, e outra de reafirmar o apoio ao desenvolvimento empresarial.

O Estado tem um papel dialético de por um lado apoiar e agir seguindo os interesses dos empresários na criação muitas vezes forçada de cooperativas, como foi o caso da COOPFITOS de Manaquiri e também na criação de planos de manejo, de diagnósticos socioambientais para inventariar o que existe em Unidades de Conservação para as empresas saberem de onde obter matéria-prima, mas também cria legislações de proteção da natureza e para assegurar a reprodução camponesa.

Os empresários possuem uma visão única de obtenção de matérias-primas dos camponeses havendo um planejamento próprio para essa finalidade. No caso da Pharmakos, o objetivo é obter matéria-prima para sua indústria havendo comprado uma propriedade com esse objetivo já que percebeu a dificuldade dos camponeses em produzir segundo normas exigidas pelo mercado e pelo Estado.

O Estado viu o potencial desse mercado tanto em nível econômico como político e criou investimentos posteriormente à presença de empresas. Ou seja, o capitalismo possui um “planejamento prévio” enquanto que o Estado cria atividades posteriores abrangendo tanto o empresário quanto o bioproduto, e o campesinato fica descoberto de ações mais sólidas seja de produção, técnicas de cultivo, comercialização entre outras.

A geograficidade do tema se aproxima da *política* ao definir o território usado como categoria de análise principal. Essa categoria é tratada como sinônimo de espaço geográfico ou espaço banal de François Perroux, conforme Souza (2002) explica. A sociedade brasileira possui duas características de sua territorialidade:

diversidade e desigualdade, mas para Souza (2002), o problema é a desigualdade, que cria espaços que mandam e espaços que obedecem.

Os territórios constituem-se dialeticamente de duas características: densidade e rarefação, e fluidez e viscosidade. As características do espaço são: rapidez e lentidão, e luminosidade e opacidade. A densidade se refere à intensidade de técnicas e informações a serviço do Estado e de forças hegemônicas no território. Os territórios densos são, por sua vez, espaços luminosos (com maior conteúdo de capital, tecnologia e organizacional) enquanto que os territórios rarefeitos são opacos.

Os territórios fluidos são aqueles com os sistemas de engenharia que atuam na área de circulação. No Brasil, o Estado tem o papel, o que beneficia o comércio externo (a economia internacional). O governo brasileiro atende mais os interesses hegemônicos do que da sociedade brasileira. Os espaços rápidos envolvem os transportes e veículos que intensificam a vida econômica e sociocultural. Os espaços rápidos mandam e os lentos obedecem (SOUZA, 2002).

Souza (2002) afirma que as regionalizações formadas pelo tempo lento não tem mais sustentação no mundo presente. Finaliza o texto criando uma hierarquia e definindo as regiões: Sudeste e Sul do Brasil (região concentrada), Nordeste Brasileiro (povoamento antigo, mecanização pontual), Centro-Oeste (ocupação periférica) e Amazônia (conhecimento moderno em contraste com ocupação rarefeita).

No mercado de fitoterápicos/fitocosméticos, o papel do Estado é fundamental para sua efetivação, não somente por causa dos sistemas de engenharia criados, mas pela presença em políticas públicas que regulam os espaços da produção, distribuição, circulação e consumo. Os sistemas de engenharia atuam mais no processo de circulação do mercado em escala nacional, mas não foram criados especificamente para esse mercado; a cadeia produtiva dos fitos aproveita as infraestruturas da densidade viária, assim como outras cadeias produtivas o fazem.

O mercado de fitos apresenta uma especificidade no que se trata da diversidade, não somente na questão da desigualdade, pois no caso de políticas públicas, é difícil definir os sujeitos por suas particularidades (povos tradicionais, agricultores familiares, extrativistas, colonos, enfim as diversas modalidades de campesinato) quais benefícios esses sujeitos podem utilizar e os sujeitos têm

dificuldade em aproveitar certos benefícios, como: financiamentos, por falta de conhecimento e instrução.

Os interesses da economia internacional no mercado de fitos são na matéria-prima. Empresas de outros países não confiam no processo de formação do produto final, por isso preferem comprar a matéria-prima.

Se o Estado brasileiro não fortalecer a cadeia produtiva dos fitos com tecnologias (seja social ou maquinarias) somente as empresas internacionais sairão beneficiadas, pois o nome Amazônia (origem da matéria-prima) é usado para agregar valor ao produto final, cuja renda ficará em espaços de maior *luminosidade*, *densidade* e *rapidez* (termos utilizados por SOUZA, 2002).

3.4 ESTADO, O DISCURSO AMBIENTAL E AS IDEOLOGIAS DO MERCADO DE FITOTERÁPICOS E FITOCOSMÉTICOS EM MANAUS (AM)

Segundo Souza (2009), o conceito de sustentabilidade foi importado pelas Universidades das agências financiadoras internacionais sem uma análise crítica necessária aos estudos científicos. Não há rigor disciplinar nem metodológico na tentativa de aplicar esse termo. O poder político das instituições que disseminaram esse termo e dos ecologistas inibe uma discussão mais rigorosa e científica sobre a sustentabilidade. Há uma mudança no direcionamento das pesquisas, que relevam a discussão sobre segunda natureza.

Não é possível tratar o problema do ambiente somente com estudos técnicos e como desenvolvimento, ou seja, como ciência aplicada, pois a história social deve ser inserida nesse estudo, assim como, a questão do tempo e da técnica.

O argumento de que sustentabilidade, meio ambiente, e outros “conceitos utilizados” são fluidos possibilita a discussão de falsos problemas. Souza (2009) afirma que é preciso compreender sobre: a natureza, o conhecimento do planeta, as características deste período histórico e a reconstituição metodológica desses conceitos. O estudo da autora é voltado para o hoje, ligado a uma formação histórica que possibilitou o “hoje”, e pensar na sustentabilidade se trata de tempo futuro.

Não é possível descolar a sociedade do espaço, pois isso impossibilita a compreensão da totalidade e da intencionalidade do mundo atual. Souza (2009) defende que mais importante é a compreensão da relação entre os problemas da Terra e a promoção do desenvolvimento. Os processos da natureza não são objetos

naturais, mas sim objetos técnicos, pois atualmente não se pode desconsiderar “as possibilidades técnicas do mundo hoje, sua intervenção sobre o território e sua distinta valoração pelas diferentes formações econômicas e sociais do planeta”.

O principal na chamada sustentabilidade é a sociedade, pois é ela que transforma o mundo, que gerencia suas opções de desenvolvimento e as formas de apropriação. O planejamento envolve o país, por um lado, e outras escalas de análise (região, município, comunidade do lugar). Mas a sociedade não é homogênea, ela é composta por classes (sociais, políticas e de renda, entre outras), grupos (étnicos, sociais, econômicos, políticos entre outros), que não raro têm conflitos entre eles, logo o sustentável é ligado a algum grupo de interesse, e por definição tem interesses contrários, ou mesmo outro conceito de sustentabilidade. Em outra forma, o conceito de sustentabilidade de um latifundiário é o mesmo de uma comunidade camponesa, ou de um grupo urbano?

O mercado de fitoterápicos/fitocosméticos absorveu a ideologia da chamada sustentabilidade respondendo a interesses da geopolítica ambiental mundial, e a utiliza como forma de agregar valor ao produto final e promover as políticas públicas relacionadas ao aproveitamento de recursos “naturais”. Souza (2009) afirma que lidar com as questões do planeta é lidar com questões políticas, assim como, ocorre no mercado de fitoterápicos/fitocosméticos que acontece muito mais no mundo político – da vontade política desvinculada da identidade territorial dos povos envolvidos – do que em uma cadeia produtiva consolidada.

O mercado de fitoterápicos/fitocosméticos envolve as ideologias e as formas de apropriação das plantas medicinais que, conforme a autora afirma, tem suas possibilidades técnicas de transformação. A ideologia *verde* esconde as desigualdades em torno do mercado de fitoterápicos/fitocosméticos, e enfatiza a forma de produção da matéria-prima que não foi modificada com essas “novas” questões ambientais em vigência. A ideologia ambiental revela que “o que os homens querem aprender da natureza é como empregá-la para dominar completamente a ela e [à sociedade]” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 20).

O Governo tende mais a glorificar as formas “sustentáveis” de produção do que trabalhar na supressão dos pontos de estrangulamento do mercado que prejudica os sujeitos que trabalham, principalmente, com a matéria-prima, pois estes são os que têm menos possibilidades de reivindicar as políticas existentes, com seus direitos e deveres – direitos não alcançados na totalidade e deveres que

geralmente não são obedecidos pela falta de organização política dos grupos. Tudo isso é resultado da “metáfora da sustentabilidade” que cria falácias que cria falsos problemas.

A gestão ambiental implica a institucionalização e implementação da política ambiental estatal, sendo necessário diferenciar os tipos de políticas públicas em grupos: políticas econômicas, políticas sociais e políticas territoriais. Essa última tem no espaço sua fundamentação e reprodução. A gestão ambiental está inserida na política territorial, sendo antes de uma gestão ambiental uma gestão do território.

O processo de valorização do espaço implica a apropriação e criação de valores. São riquezas naturais transformadas em objetos de consumo, é o trabalho materializado na paisagem, o valor dos lugares. A conquista de territórios era ligada à expansão de espaços valorizados por uma sociedade, mas atualmente se refere à gestão e organização do espaço para obter valor contido e valor criado nos lugares, pois os recursos naturais são desigualmente distribuídos, assim como, os equipamentos instalados.

A problemática ambiental possui três temas muito presentes nos seus estudos: naturalismo, onde o homem é somente um fator de alteração, é o antrópico; o tecnicismo, onde tudo parte de soluções técnicas para criar uma legitimidade da ciência; e o romantismo, onde se prevalece a visão do preservacionismo.

O Estado, muitas vezes, é o mediador entre as dinâmicas internacionais de degradação e a intervenção na escala local. A universidade não é o principal fator para as transformações sociais, sendo necessário desconsiderar orientações elitistas, pois suas decisões devem fluir do movimento da prática social. A universidade tem o papel de aprimorar o profissional e o cidadão. Apesar de a universidade ser estatal, deve se manter distante do Governo (SOUZA, 2009).

Toda e qualquer produção tem uma base material, que precede a qualquer interferência humana, mas é a sociedade que transforma o material natural em valor de uso e em recurso natural. A técnica possui o papel de mediar esse processo entre humanidade e recurso natural.

Existe diferença entre recurso natural e recurso ambiental. O primeiro é um produto enquanto que o segundo são condições, sendo difícil de mensurar seu valor (que não ocorre no estabelecimento de um preço de bens, por exemplo). Isso é um exemplo da relação sociedade natureza e nas formas de uso da natureza e na forma de estruturação da sociedade.

O grande agente de produção do espaço e de ocupação do território é o Estado, que possui um poder centralizado territorialmente (território possui dominação política institucionalizada). O ordenamento territorial é distinto de regulamentação de uso do solo. O ordenamento é uma visão macro do espaço enfocando os conjuntos espaciais e espaços de interesse estratégico ou uso especial. Nesse caso a natureza é tanto estratégica quanto especial.

O capitalismo busca submeter todos os lugares a sua lógica enquanto que o capital tende a ser seletivo para escolher lugares onde se concentrará. Isso reflete na política ambiental, que pode ser muito externalizadora, cabendo ao Estado o papel de controlar a incorporação dos lugares à economia de mercado para que os grupos sociais permaneçam nos seus lugares. E o planejamento participativo é um desafio (SOUZA, 2009).

O mercado de fitoterápicos e fitocosméticos é parte de uma política de planejamento do uso da biodiversidade existente no Amazonas, mas possui um caráter muito externo aos interesses locais havendo uma dificuldade na sua consolidação. As empresas querem obter matéria-prima *in natura*, mas os camponeses não possuem uma produção em quantidade e qualidade para a indústria, pois não estão como sujeitos sujeitantes, estão como sujeitos sujeitados, visto que estão longe dos pólos de decisão de poder e mercado.

Uma das ações do Estado foi a criação da COOPFITOS, uma forma dos camponeses produzirem o semielaborado 01, com mais agregação de tecnologia, para participar do mercado de fitoterápicos e fitocosméticos de Manaus, inicialmente. A iniciativa ocorreu do Estado com parcerias, mas a formação socioespacial regional não foi considerada. Somente os recursos naturais foram considerados no momento da instalação da Cooperativa, os camponeses foram considerados apenas como um *meio*.

O bioproduto é um bem material e um bem simbólico, pois se constituem em uma mercadoria elaborada por meio de força de trabalho, agregação de capital, tecnologia, com influência de políticas territoriais e por absorver no seu discurso e na sua elaboração também pode ter o saber tradicional e a imagem da floresta conservada em um momento em que recursos renováveis e não renováveis estão na pauta de políticas mundiais desde a década de 1980.

O que se nota é que os conjuntos fitogeográficos da Floresta Amazônica utilizados no mercado de fitoterápicos e fitocosméticos correspondem mais a reserva

de valor ou banco biogenético do que uma fonte de matéria-prima. Não há uma utilização efetiva de plantas medicinais necessárias ao mercado por uma ausência de infraestrutura de circulação, de organização social (associação, sindicato e cooperativa), pois o Estado mantém seu papel de direcionar as necessidades dos camponeses a esse mercado, sem que isso seja de fato uma realidade.

Nesse mercado, os recursos naturais são as plantas medicinais, os quintais agroecológicos (não que tenham somente esse significado) e os recursos ambientais podem ser considerados o conhecimento prático para a utilização dos recursos naturais, chamado de conhecimento tradicional ou saber tradicional.

O valor contido do mercado corresponde aos conjuntos fitogeográficos necessários à produção de fitoterápicos e fitocosméticos. Não somente a fitogeografia, mas o geossistema, que é a base material para os fitoterápicos e fitocosméticos, existente em determinada localidade que seja atrativa ao mercado a ponto de fazer o Estado criar um ordenamento territorial que insira esses lugares com valor contido a esse mercado para que deixem de ser uma vantagem comparativa sem utilização.

O valor criado é aquele em que o Estado, os camponeses, empresários inserem no espaço para utilizar o recurso natural. A cooperativa, o quintal agroecológico, as políticas territoriais, investimentos públicos e privados são exemplos de valores criados pelos sujeitos desse mercado para possibilitar o uso do valor contido.

Por fim, o tipo de planejamento do mercado depende da visão do planejador, pois pode começar pelos camponeses ou pelos interesses do empresariado, pois esses sujeitos possuem interesses divergentes devido à lógica econômica e moral que seus modos de vida os individualizam.

O mercado de fitoterápicos/fitocosméticos possui uma ideologia ambiental muito forte, sendo esta mais real do que a própria consolidação do mercado em si. Quando OLIVEIRA, 1946 *apud* MOREIRA (1958) cita que “nenhuma outra região do Brasil oferece problemas de maior perplexidade do que os desse imenso deserto verde” ao se referir a Amazônia, é possível identificar atualmente exatamente o contrário no que se refere à ideologia dos fitoterápicos/fitocosméticos.

Para o mercado de fitoterápicos/fitocosméticos, o termo Amazônia é preciso ser tratado com cuidado, pois é utilizado para justificar as propagandas de empresas e do Estado a fim de estimular o investimento nesse setor. A ideologia ambiental

ligada ao termo verde, torna-se um valor da mercadoria influenciando no preço do produto final.

O conceito de Amazônia do Moreira (1958) abrange várias definições, onde no conceito fitogeográfico é possível definir as áreas de maior interesse ao mercado de fitoterápicos/fitocosméticos como as matas de terra firme, por serem mais diversificadas e consolidadas, assim como pode ser observado em trabalhos de campo. São nessas áreas que são produzidas as matérias-primas.

As estratificações da Floresta também são conhecidas pelos camponeses e pelo atravessador de Itapiranga que conhece que em cada estratificação há plantas que podem ser utilizadas para fitoterápicos/fitocosméticos e quando podem ser utilizadas.

3.5 PRINCIPAIS POTENCIALIDADES PARA O MERCADO DE FITOTERÁPICOS E FITOCOSMÉTICOS

O mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus está em expansão há aproximadamente quinze anos. Ao contrário do que é exposto na mídia, ainda falta muito para a biodiversidade ser uma realidade transformadora no que se refere à economia institucional, principalmente, pois para a economia camponesa já é uma realidade desde tempos coloniais.

Em Manaus, no final da década de 1960, foi implantada a Zona Franca de Manaus, que foi ao desencontro de uma política ambiental ou de valorização ambiental. Na década de 1970, houve vários encontros mundiais sobre o ambiente que tratavam das poluições e contaminações de modo geral, mas foi na década de 1990, com a Eco 92 que a questão ambiental se consolidou havendo muita atenção à Amazônia pela sua biodiversidade.

Segundo Nogueira (2013), a partir da década de 1970, “outra revolução tecnológica também se desenvolvia na área das ciências da vida – a *biotecnologia moderna*”. O discurso de preservação e conservação teve origem nas discussões em escala mundial, que também correspondem aos impactos que podem ocorrer no ambiente (escalas locais, regionais, nacionais e mundiais). Esse discurso foi apropriado pelo mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus que inclui a floresta Amazônia, a sustentabilidade e a conservação da natureza.

O discurso ambiental provém de uma ideologia que precifica o que tem a “cara da Amazônia”, mas não traz um planejamento, por meio de especialistas no ambiente como um todo, visto que a natureza vai desde uma comunidade a uma molécula. A ideologia é mais voltada para as potencialidades do que a Amazônia representa do que propriamente do que acontece na Amazônia.

Outro complicador do discurso é o próprio nome Amazônia que entende a região como algo homogêneo, mas nem a biodiversidade nem os grupos sociais que a utilizam são iguais. O discurso não é oriundo de um planejamento e não releva os conflitos que ocorrem no mercado.

O mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus não é regulado nem consolidado, pois a base natural para esses produtos são as plantas medicinais, comercializadas e utilizadas por gerações no campo e na cidade. A utilização e a comercialização das plantas medicinais ocorrem de maneira informal, sem seguir padrões fitossanitários ou formas de manejo do solo e da vegetação, causando certa estranheza por parte dos camponeses quando há uma cobrança por tais normas.

Os camponeses conhecem o uso da fitogeografia, seus preparos e suas dosagens para a elaboração de remédios, por exemplo, mas não possuem a tecnologia e a força de trabalho especializada para industrializar as plantas medicinais a ponto de criar um fitoterápico.

Os fitoterápicos são produzidos industrialmente com tecnologias que trabalham com moléculas a fim de descobrir e utilizar os princípios ativos, gerando milhões de dólares mundialmente, mas localmente a rentabilidade é menor. A diferença entre os fitoterápicos e fitocosméticos está na sua finalidade que interfere no valor de troca e no preço, mas a matéria-prima muitas vezes é mesma, ou seja, uma planta medicinal possui valores de uso que são empregados nas indústrias de acordo com a finalidade desejada.

O mercado de fitoterápicos e fitocosméticos tem um forte apelo ideológico em sua formação em Manaus (AM). O Estado é uma entidade política, econômica e social que atua diretamente nas políticas legislativas (financiamentos pela SEPROR, por exemplo; normas fitossanitárias pela ANVISA, recursos a fundo perdido do PRÓ-VÁRZEA/IBAMA) e políticas executivas.

A espacialidade do mercado de fitoterápicos e fitocosméticos não se determina ou se explica em um lugar, mas cria uma rede de lugares especializados, havendo uma ligação entre os sujeitos espaciais, que são:

- O Estado com um caráter de intervenção, por meio de ações que mobilizam os fluxos de informação e energia na cadeia produtiva, na criação de políticas (públicas) territoriais e na colaboração na divulgação das mercadorias – SEPLAN e Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), ligadas às políticas para as bioindústrias; Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas/ Secretaria de Estado de Produção Rural (IDAM/SEPROR) e Prefeituras, visando o escoamento da produção da área rural; o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), na capacitação e organização burocrática dos camponeses e divulgação dos bioprodutos em feiras de diferentes escalas de abrangência; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), no planejamento e gestão das Reservas Extrativistas (RESEXs), licenciamento de Áreas de Preservação Permanente (APP), e outros;

- A sociedade, com um caráter de organização das forças produtivas, por meio de cooperativas, associações, sindicatos, e nas relações político-econômicas e comerciais entre camponeses, empresários e o estado nas suas diferentes esferas de poder, assim como camponeses que não participam de organizações políticas, mas que comercializam na cadeia produtiva; e

- As empresas de diversos níveis escalares de produção, que possuem o apoio estatal e investimentos próprios para a obtenção de matéria-prima necessária para a formação das mercadorias, contribuindo para a inserção de novos contextos na espacialidade das mercadorias, visto que na etapa da circulação há um aumento na dimensão espacial pela necessidade de infraestruturas de outros estados brasileiros, como: São Paulo, entendido como uma força centrípeta do mercado pela aglomeração de empresas localizadas em um território especializado dessa cadeia produtiva.

Os lugares produtores, que possuem um ecossistema próprio, um manejo ligado a formação do produto, logo um geótopo diferenciado com uma estrutura de paisagem diferenciada pela fitogeografia existente, com famílias botânicas de maior interesse para mercado, nesse sentido tais famílias botânicas são as que serão cultivadas ou extraídas, enfim hipoteticamente recebem algum tipo de manejo devido sua relevância ao mercado, por a relação entre biogeografia, modo de vida e mercados.

O mercado de fitoterápicos e fitocosméticos se estabelece em uma relação sociedade e natureza na medida em que os domínios da natureza de ordem fitogeográfica são utilizados em uma cadeia produtiva. Isto é, há um direcionamento do conhecimento biogeográfico e especificamente fitogeográfico para atividades fim, seja pela família botânica como indicadora de um produto, seja pelas potencialidades de agregar valor como ideologia e marketing.

Primeiramente, um domínio fitogeográfico se torna utilizável pelos etnoconhecimentos que testa vários tipos de uso e preparo de plantas medicinais a fim de curar alguma enfermidade, o que resulta em um conhecimento profundo sobre o que a planta pode oferecer, é um processo histórico, de grupos específicos. Um domínio de natureza não se forma somente por um fator natural, ele necessita de uma combinação de elementos naturais e em alguns casos até mesmo de intervenção humana para se constituir como um recurso.

A partir do momento em que ocorra uma apropriação, por meio de uma demarcação, a matéria se torna um recurso (RAFFESTIN, 1993). No caso dos fitoterápicos e fitocosmético, geralmente são utilizadas matérias-primas em comum para sua produção, o que revela que um mesmo recurso pode ter vários valores de uso, e em consequência valores de troca também, dependendo da parte da planta a ser utilizada e do modo de preparo.

3.5.1 O DISTRITO INDUSTRIAL DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE MANAUS (DIMPE) E O CENTRO DE INCUBAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL (CIDE)

O DIMPE (FIGURA 18) foi inaugurado no final de 2008 pelo DEMPE/SEPLAN, CIAMA e SUFRAMA, respectivamente instituições públicas estadual e federal, atendendo aos setores de fitoterápicos e fitocosméticos e movelaria, mas também como incentivo ao visar benefícios aos micro e pequenos empresários do Amazonas, que tivessem ideias consideradas inovadoras utilizando a matéria-prima amazônica e a força de trabalho local.



Figura 18 – O DIMPE tem a estrutura de um galpão para cada empresa que tem a vantagem de ter energia elétrica, internet e água a um baixo custo, sendo obrigação das empresas moldarem as instalações da maneira que desejam, ou seja, a infraestrutura interna é de responsabilidade das empresas. O prazo de permanência no DIMPE é inicialmente de 5 anos, podendo ainda ser entendido. Fonte: trabalho de campo, em julho de 2011.

A lei 2.827 de 2003 estabeleceu um tratamento tributário e administrativo diferenciado para micro e pequenos empresários do Amazonas com a redução de impostos e da burocracia (JUSBRASIL. Acesso em: 04/04/2015).

O DIMPE e o CIDE foram criados como uma proposta de desenvolvimento regional alternativa a ZFM (atividades ligadas à produção de eletroeletrônicos) a partir do uso da biodiversidade gerando produtos inovadores, como: os fitoterápicos e fitocosméticos, licores, móveis, entre outros produtos que apresentassem na sua proposta matérias-primas amazônicas e emprego à mão de obra estadual.

O DIMPE é um mini distrito industrial que funciona como um condomínio empresarial no bairro Tarumã da cidade de Manaus, onde as empresas instaladas são aprovadas em um processo seletivo que avalia o projeto da empresa. As empresas beneficiadas recebem um depósito para instalarem sua fábrica. Segundo a FIEAM Notícias (2011),

De acordo com Schubert, antes da criação do Distrito, as empresas de cosméticos e fitoterápicos, principalmente, se instalavam na periferia da cidade. Hoje, estão organizadas e pagando normalmente seus tributos. Segundo o presidente da associação, o objetivo do DIMPE é formar

empregadores com a visão da biodiversidade. Os produtos são diversificados de acordo com a diversidade da matéria-prima regional, como plantas medicinais e madeiras certificadas.

A transformação da mercadoria, parte da etapa de produção, integra as forças de trabalho camponesa e empresarial de diversos níveis e escalas. A produção inicial é realizada pelos camponeses organizados em cooperativas ou associações ou pode ser realizada por atravessadores que comercializam plantas medicinais em Manaus.

As cooperativas e associações vendem seus produtos para empresas que possuem a especificidade de fazer um semielaborado. Em Manaus, quatro dessas indústrias estão localizados no DIMPE (política territorial). No interior do estado, há um destaque para a cidade de Careiro castanho, onde há uma empresa que comercializa indiretamente para a Natura, a empresa intermediária é a Croda, que já possuiu uma filial em Manaus (DIAGRAMA 12).

Na cadeia produtiva de fitoterápicos e fitocosméticos, quem mais lucra são os empresários que possuem o poder econômico para ter máquinas e infraestruturas avançadas que ajudam no processo produtivo e na obtenção de mais-valia relativa, enquanto que os camponeses, além de participarem do processo produtivo na produção de matéria-prima, usam a natureza de modo a deixá-la conservada para que os empresários sempre tenham a matéria-prima que precisam, assim como a extração de renda da terra.

Os camponeses podem adquirir mais renda com a agregação de valor tecnológico à matéria-prima, mas principalmente se conseguirem uma organização sindical ou em associação e cooperativas em condições históricas em que seja possível a fixação de renda.

Os empresários possuem o poder político para expor e exigir as suas vontades em relação às políticas. Um exemplo disso é o fato de que em 2009 três empresas foram alocadas no DIMPE. Segundo o contrato entre DIMPE e empresa, o tempo de permanência máximo era de cinco anos, mas em 2014 as empresas estão se reunindo para estenderem por décadas a sua permanência, com o objetivo de com o tempo ficarem no DIMPE como proprietários de seus terrenos no DIMPE, mesmo que tenham que comprar posteriormente.

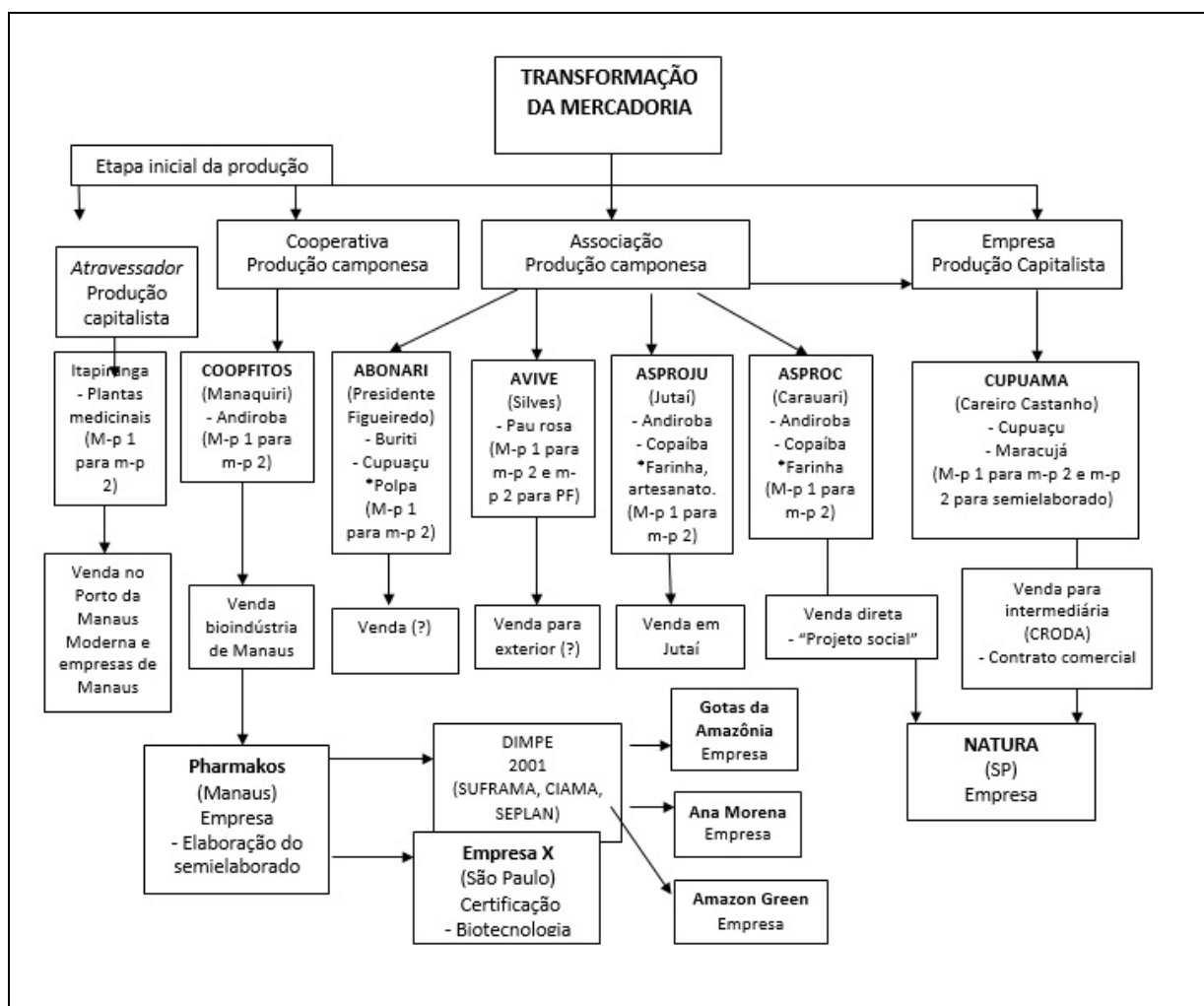


Diagrama 12 – A transformação da natureza ocorre em todo o processo de produção do mercado de fitoterápicos e fitocosméticos. Nem todas as relações tem ligação com a cidade de Manaus, mas ainda assim se apresentam como importantes não somente em nível municipal, mas em outras. Esse diagrama apresenta uma síntese dos trabalhos de campo realizados de 2009 a 2015 e a identificação das fases de transformação da mercadoria. Elaborado em: 2014. Modificado em: 2015

O argumento dos empresários é que não podem investir em algo que não é deles, mas há cinco anos todos concordaram com as condições e contrato estabelecidos. O argumento é de que o DIMPE é um distrito industrial, e na uma incubadora, o que possibilita territorializar capital fixo. Pois não tem sentido investir em um terreno em que você não é dono. Por outro lado é uma dependência do aparato estatal.

Segundo entrevistas na Pharmakos D'Amazônia, do DIMPE, as matérias-primas estão cada vez mais reduzidas para a compra por parte das empresas. Foi identificada pela empresa uma situação de que a empresa paraense Beraca já está comprando diretamente dos produtores (camponeses) as matérias-primas, assim como, a empresa Natura faz no município de Carauari.

A entrada de empresas nacionais no mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus foi um dos motivos do aumento de preço pago às associações e cooperativas (de doze reais para 24 reais pelo kg do óleo), porém como as empresas que estão em Manaus não compram direto do produtor por preferir comprar em quantidades maiores para a transformação industrial são as cooperativas e associações (com a função de organizar a produção camponesa) que recebem o valor e o administram.

Apesar da dificuldade em conseguir comprar a matéria-prima ou o semielaborado 01 no Amazonas, as empresas preferem comprar no estado. Foi constatado que há uma redução na qualidade do produto comprado de outros estados, como o Pará, que pode interferir no restante do processo produtivo.

Todas as bases dos produtos químicos são compradas de São Paulo, visto que não há em Manaus nenhuma empresa que forneça esses produtos imprescindíveis para a formação do fitoterápico e fitocosmético.

As empresas do DIMPE e do CIDE possuem a garantia de eficácia da ANVISA, pois seus produtos são todos registrados, o que é resultado de um processo exaustivo e caro, conforme entrevistas. A ANVISA classifica os produtos da Pharmakos, por exemplo, como cosméticos, ou seja, com a propriedade de higienização e perfumaria basicamente, mas não os reconhece como medicamentos.

Devido a uma dificuldade encontrada com os insumos regionais (citado como o maior entrave no processo de produção dos fitoterápicos e fitocosméticos no AM), a empresa Pharmakos começou a produzir uma matéria-prima: o cajuru (DIAGRAMA 13).

A rede de relações comerciais da empresa está relacionada diretamente com três municípios do Amazonas que são da onde se extrai a matéria-prima. Em Manaquiri, a empresa compra andiroba da COOPFITOS, de Apuí são compradas plantas medicinais de um atravessador e em Presidente Figueiredo há um sítio da própria empresa que produz cajuru em escala suficiente para as necessidades da empresa.

O investimento para a organização do sítio foi custeado pelo Prêmio da Financiadora de Estudos e Projeto (FINEP), por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). A embalagem para o produto final é

adquirida em Manaus ou de outros estados, devido aos custos, e o produto final é vendido em feiras, drogarias, lojas e exportado para o Pará.

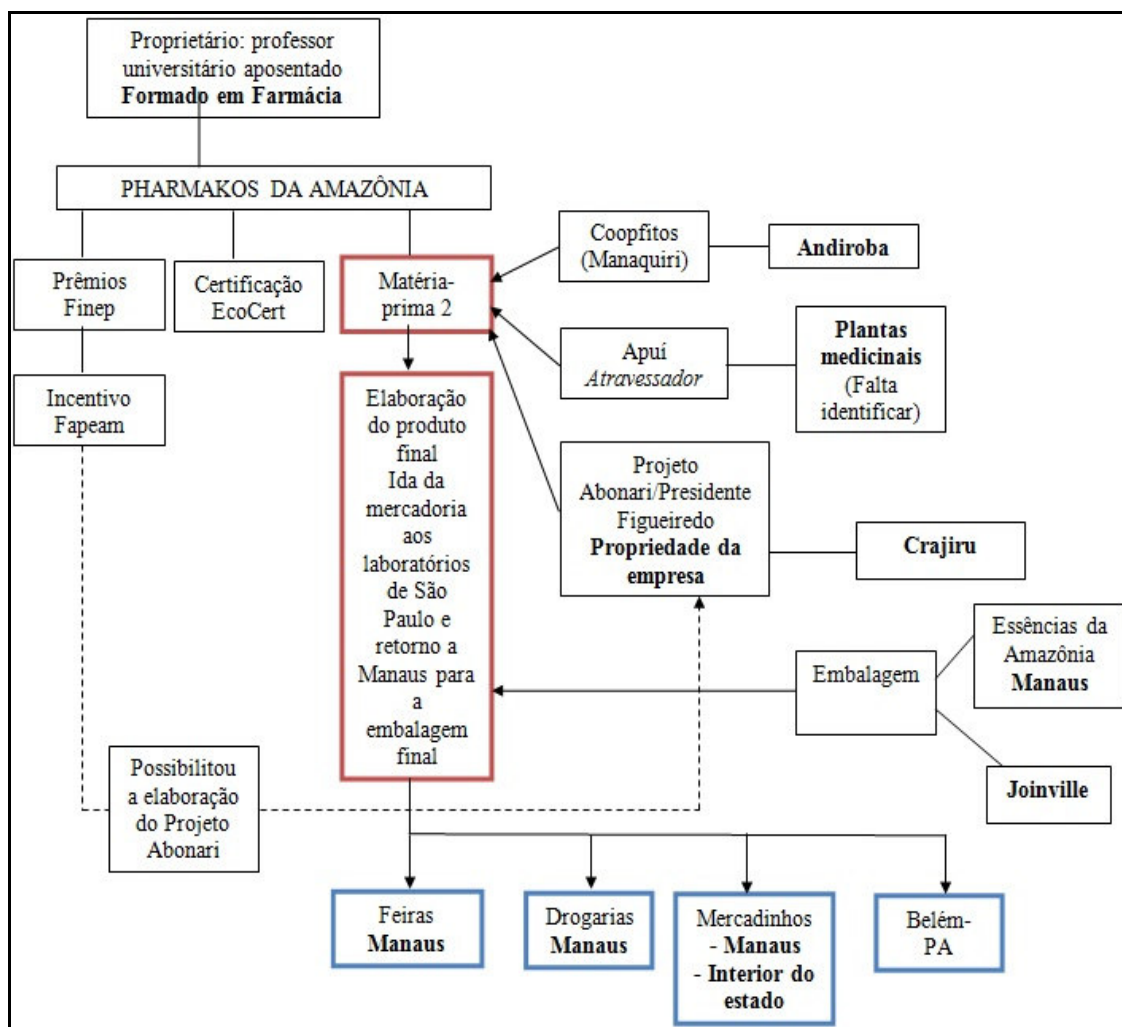


Diagrama 13 –. A empresa Pharmakos da Amazônia é uma das empresas localizadas no DIMPE, que começou a produzir uma parte de sua matéria-prima por não conseguir encontrar o produto para a venda conforme as normas exigidas e em escala comercial. Elaboração em 2014.

O CIDE possui 27 empresas residentes, que possuem um Plano de Negócios e Termo de Permissão de Uso. O CIDE possibilita algumas parcerias como no caso de levar as empresas a feiras estaduais e nacionais. O tempo de estada na incubadora é de cinco anos na área que eles denominam de agronegócio, podendo haver prorrogações via justificativa da empresa incubada. O valor do aluguel é de aproximadamente 1.600,00 (mil e seiscentos reais).

As cooperativas e associações não correspondem às expectativas da empresas, conforme entrevistas, em relação ao fornecimento da matéria-prima. As bioindústrias procuram se estabelecer cada vez mais no mercado de fitoterápicos e

fitocosméticos, mas não encontram vantagens em relação à obtenção da matéria prima. A criação de cooperativas e associações tem como um dos objetivos a organização da produção dos camponeses, visando à diminuição da pulverização de produtos, porém não é o que ocorre, devido à conflitos internos, interferência de sujeitos ligados à cargos políticos, a ainda não adequação às normas fitossanitárias exigidas por instituições reguladoras, entre outras situações.

3.5.2 ESPAÇOS DO MERCADO DE FITOTERÁPICOS E FITOCOSMÉTICOS EM MANAUS (AM)

O espaço da “colheita/coleta” existe a partir da força de trabalho camponesa que transforma a biodiversidade em matéria-prima *in natura* para a Cooperativa ocorrendo o processo de extração da renda da terra diferencial I ligada à localização e fertilidade da unidade produtiva do camponês, visto que a COOPFITOS se apropria da matéria-prima (andiroba, tucumã e babaçu) sem o pagamento aos camponeses. A matéria-prima também pode ser comercializada em feiras locais, na unidade territorial familiar como alimento (cupuaçu, buriti) ou remédio (andiroba, crajiru), onde o camponês transforma manualmente a matéria-prima em semielaborado 01. A participação dos camponeses na industrialização da semielaborado 01 tem relação com os “momentos em que o camponês funciona como reservatório de força de trabalho para a indústria” da qual explica Santos (1978).

No caso, da COOPFITOS houve uma forte presença da Prefeitura de Manaquiri e da Secretaria de Estado de Produção Rural (SEPROR) em relação ao pagamento do combustível ou no auxílio do barco do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM) para o transporte das matérias-primas à Cooperativa para a transformação da semielaborado 01 (óleo vegetal bruto).

Além da atuação do SEBRAE-AM, que proporcionou consultorias aos cooperados, tendo em vista que há preocupação junto com a Prefeitura de Manaquiri em desenvolver economicamente a cooperativa, por meio da produção de semielaborado 01 para as bioindústrias, fez com que se criasse uma hierarquia dentro da COOPFITOS, aonde o Gerente (contratado da Prefeitura) é o responsável pelas negociações com as bioindústrias e os cooperados são responsáveis pela

produtividade, pela força de trabalho, o que, segundo Marx e Engels (2009, p. 48), “os indivíduos procuram apenas o seu interesse particular, o qual para eles não coincide com o seu interesse comunitário [...]”,

O poder social, isto é, a força de produção multiplicada que surge pela cooperação dos diferentes indivíduos requerida na divisão do trabalho, aparece a esses indivíduos [...] não como o seu próprio poder unido, mas como uma força alienada que existe fora deles [...] (MARX E ENGELS, 2009)

A ênfase econômica da atuação do SEBRAE-AM também ocorre nos financiamentos do Banco do Brasil para máquinas e equipamentos necessários, obtidos por intermédio do SEBRAE-AM. O espaço da “mais-valia” é formado com a comercialização da matéria-prima e do semielaborado 01 dos camponeses ou da Cooperativa de Manaquiri para as bioindústrias de Manaus, havendo uma apropriação de mais-valia relativa (extração de óleos vegetais) no preço pago. O processo de extração da mais-valia continua na cadeia produtiva na comercialização entre as bioindústrias de Manaus e de São Paulo, sendo que a mercadoria retorna a Manaus (polarizador) com mais agregação de valor econômico devido à etapa de circulação.

Para a criação da COOPFITOS, foi necessária a reunião de órgãos com finalidades diferentes, onde as atuações institucionais foram pontuais visando a organização burocrática da cooperativa. A atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ocorreu na documentação da terra de alguns camponeses que moram em assentamentos e fornecem matéria-prima para a Cooperativa. Segundo um entrevistado, para que se consiga a certificação do óleo vegetal, todos os cooperados e fornecedores de matéria-prima precisam ter o documento da terra, pois as terras devem ser “regularizadas” para que todo o processo esteja legalizado.

Se de um lado, isso impulsiona a adesão de mais cooperados que almejam o título definitivo da terra que vivem há anos, as vezes gerações, por outro lado, isso torna o camponês quase que refém de vários programas sem um resultado a curto ou médio prazo. Há uma grande dificuldade na obtenção dos títulos definitivos de terra no Amazonas. A função de regularizar a terra é do INCRA e em alguns casos do Instituto de Terras no Amazonas (ITEAM).

A agregação de valor econômico à matéria-prima ocorre também com a certificação dos óleos vegetais (semielaborado 01), visto que isto se torna uma

exigência por parte das bioindústrias de Manaus e de São Paulo, por exemplo, para a compra da mercadoria. A Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS) e o IDAM atuam não só na Cooperativa, mas com os produtores em geral, visto que se houver mercadoria suficiente para levar a feiras de Manaus fica disponível o barco do IDAM e o caminhão de transporte.

O espaço de “investimentos” é formado pelo extinto (1) Pró-várzea pertencente ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) que forneceu investimentos a fundo perdido para a criação da COOPFITOS, (2) pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a SEPROR que também contribuíram para os investimentos iniciais da COOPFITOS, e (3) pelo programa Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) do Banco do Brasil e BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) que através do Acordo de Cooperação Técnica reúnem recursos não reembolsáveis para as cooperativas e associações.

O espaço do “comércio” plasma a cadeia produtiva das mercadorias finalizadas, isto é, pronta para consumo, visto que o consumidor final de diversas naturezas recebe o resultado da força de trabalho, dos investimentos, da apropriação de mais-valia e de renda da terra e da relação entre os camponeses/cooperados, as instituições e as bioindústrias.

Os espaços do mercado de fitoterápicos e fitocosméticos possuem uma relação espaço-tempo constituído de vários outros detalhamentos, conforme o diagrama 14.

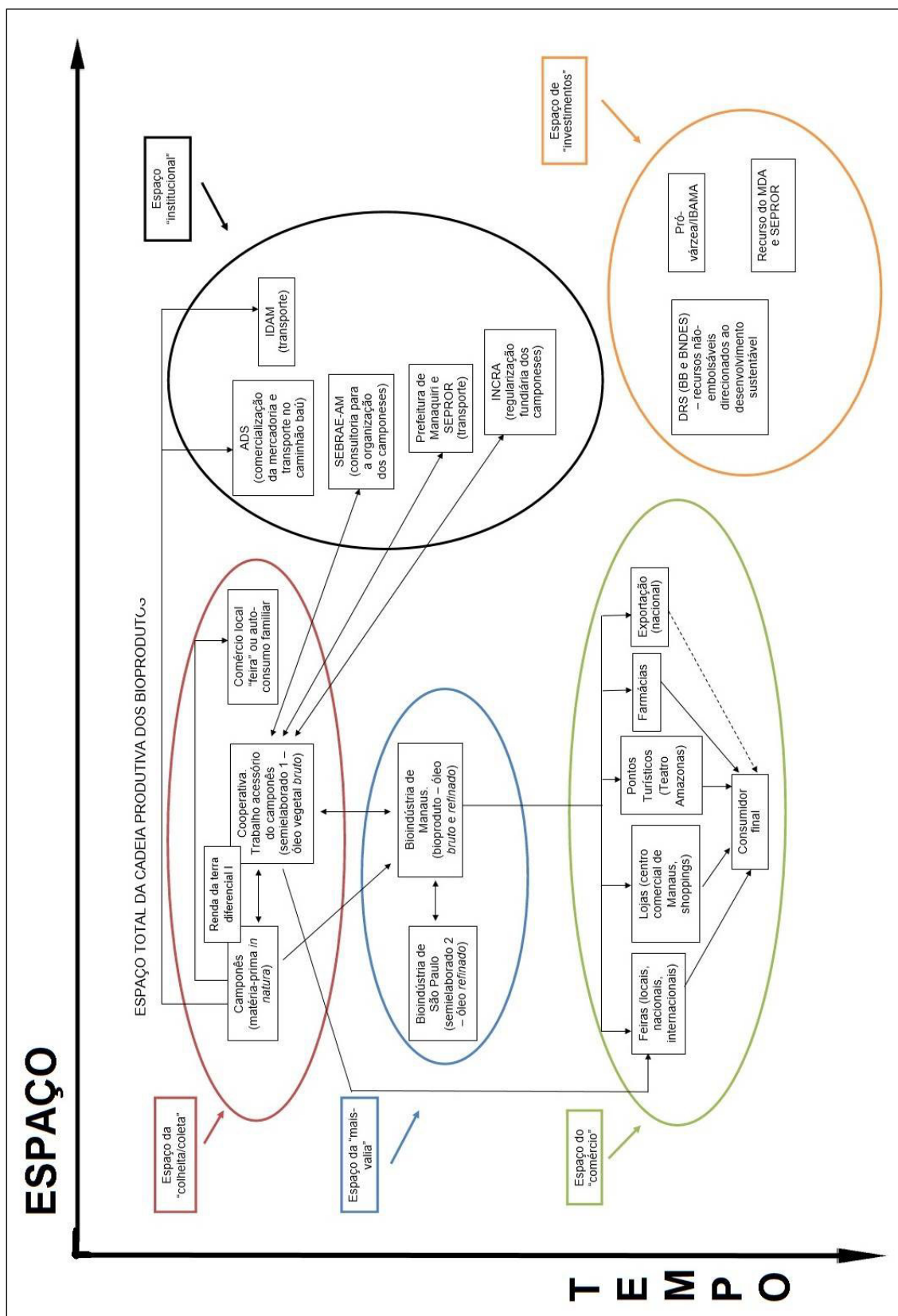


Diagrama 14 – Os processos da cadeia produtiva ocorrem simultaneamente em diferentes espaços. As relações comerciais, econômicas, políticas e sociais em diferentes escalas são o que plasma a cadeia produtiva. Elaborado em: 2012. Adaptado em: 2015.

Fonte: Diagrama da escala de economicidade da pesca em Manaus, adaptado para a realidade de Manacapuru (SILVA, 2009, p. 99).

3.5.3 CAMPONÊS E A RELAÇÃO COM O MERCADO DE FITOTERÁPICOS E FITOCOSMÉTICOS EM MANAUS (AM)

O conhecimento das paisagens ecológicas encontradas nas propriedades camponesas faz com que mesmo sem terem as condições para o escoamento das mercadorias, haja um aproveitamento de produtos que podem ser utilizados como remédios ou para a comercialização, como é o caso da andiroba. Conforme Costa (1999, p. 133),

A relação entre os camponeses e a natureza, no processo histórico, ocorre de várias maneiras, conforme a sazonalidade, o que não impede a criação de técnicas próprias por parte dos camponeses, para construir os seus espaços de trabalho e vida, para superarem as adversidades da natureza através do trabalho.

Os camponeses na produção de matéria-prima *in natura* utilizam a força de trabalho familiar e não assalariam. Conforme Santos (1978, p. 34), “a condição fundamental da produção camponesa é a força de trabalho familiar e que a família é quem provoca a existência de outras relações de produção – o trabalho acessório e o trabalho assalariado – na unidade produtiva camponesa”.

Para os camponeses²⁵, há uma importância oriunda das sazonalidades, onde alguns relataram que só começam a sua produção da roca no inverno e outros no verão. Ao começar no verão, a queima que precede a plantação de mandioca ou macaxeira é facilitada, pois já está quente o suficiente, no entanto ao começar no inverno, mesmo com a dificuldade da queima, os camponeses relatam que há um aumento de produtividade, pois a plantação cresce mais rápido, podendo ser levada aos mercados, em poucos meses.

Uma das características do trabalho camponês é a policultura, que é aproveitada nas diferentes épocas do ano, “o que se verifica desde a instalação dos camponeses é uma agricultura diversificada” (SANTOS, 1978, p. 73). É um exemplo da relação sociedade e natureza e de um específico modo de vida. O resultado desse trabalho são os cultivos de: açaí, cupuaçu, babaçu, banana, andiroba, tucumã, abacaxi e muitas outras matérias-primas *in natura*. Segundo Moura (1986, p. 55), “o trabalho familiar camponês abastece a casa de morada, alimenta seus

²⁵ Conforme Santos (1978).

membros, mas também é destinado a lugares e pessoas exteriores a esta realidade”.

O trabalho policultor como característica favorece a formação de parcerias entre os camponeses, como no caso de dois cooperados que se reuniram para no lote de um deles trabalharem no cultivo de banana ou na chamada limpeza do terreno, que são vendidas ao atravessador que as revende para as feiras de Manaquiri e Manaus.

Na unidade territorial produtiva, há o espaço de produção, chamado de *roça*, e, segundo Woortmann e Woortmann (1997, p. 82-83),

um espaço que muitas vezes passa despercebido e que, no entanto, define o sítio no sentido mais restrito da palavra é o quintal espaço das fruteiras que circundam a casa, [...] árvores que formam um estrato superior proporcionando sombreamento e eventualmente alguma renda pela venda de frutas.

É comum o camponês quantificar o tamanho da roça (FIGURA 19) pela medição de alqueires, mas de modo geral as roças encontradas nos trabalhos de campo no Amazonas possuem 01 hectare (100m X 100m), chegando às vezes a dois hectares. A preparação da terra para a “fazer a roça” geralmente é realizada com a coivara. Segundo a fala de um camponês: “amontoa paus e toca fogo” (sic). Após um ou dois dias, começam o plantio. Segundo Martins (2001),

A roça é representante do tipo de agricultura de **derrubada e queima** ou de **pousio** ou agricultura de **coivara**, em que o índio e caboclo abrem uma clareira dentro da vegetação primária ou em diferentes estágios de sucessão e colocam fogo. Dessa maneira, ele incorpora nutrientes ao solo e aí ele estabelece uma comunidade plantas que apresente heterogeneidade de espécies.

Na roça, geralmente são plantadas diversas espécies de mandioca e de macaxeira, mas também podem ser cultivados: milho, banana, maxixe, jerimum, abacaxi (também chamado em alguns lugares de ananá). Segundo os camponeses, as mandiocas plantadas são: baixinha, índia, Manaus, sacaí, braba, entre outras. Segundo o camponês, as terras “areosas”²⁶ são ruins para a plantação.

²⁶ Solo arenoso.



Figura 19 – Exemplo de uma roça em uma área de 1 hectare (100x100m) destinada para a produção de mandioca de forma familiar para o abastecimento interno. Fonte: Trabalho de campo no Assentamento Rio Juma, Apuí (AM). Em: fevereiro de 2011.

Nos sítios agroflorestais, são cultivados: cupuaçu, ingá, manga, jambo, caju, andiroba, bacaba, limão, goiaba, entre outras espécies, e em muitos casos se aproveita a área onde já tem castanheira e açaizeiros. Exemplo de quintal ou sítio agroecológico (FIGURA 20).



Figura 20 – O quintal, localizado na Comunidade Santo Antonio do Abonari, em Presidente Figueiredo, possui inúmeras espécies frutíferas e com propriedades medicinais conhecidas pelo camponês dono dessa propriedade. Em entrevista, ele enumerou mais de dez tipos de espécies com propriedades medicinais que possui ao redor da casa e muitos outros que são encontrados “na mata”, conforme ele informou. Fonte: trabalho de campo, em maio de 2012.

No entorno da casa do camponês, há a plantação também de hortaliças para o uso interno familiar. Os camponeses reutilizam canoas, pedaços de madeira para construir um tipo de horta (FIGURA 21).



Figura 21 – As hortaliças geralmente são produzidas nas propriedades camponesas, em materiais já usados, como a canoa da figura. Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2015 na área rural do Careiro Castanho e fevereiro de 2012, no Riozinho, na Resex do Rio Jutai, Jutai (AM).

A andiroba nem sempre é coletada na propriedade rural ou na comunidade, mas os camponeses já conhecendo as paisagens ecológicas do local onde vivem sabem exatamente onde encontrá-la, no caso, em alguns cursos d'água (igarapés) próximos às Comunidades, como ocorre em Jutai (FIGURA 22), revelando que, conforme Metzger (2001), o conjunto interativo da paisagem é então composto por “ecossistemas” ou por unidades de “cobertura” ou de “uso e ocupação do território”.



Figura 22 – Exemplo de andirobeiras. A árvore à esquerda foi plantada por uma das moradoras de uma comunidade há mais de uma década, com o objetivo de extração de óleo vegetal e comercialização do óleo para ASPROJU. A sazonalidade desta andirobeira é mais sutil, visto que geralmente, a safra da andiroba é entre maio e agosto, setembro, porém, segundo entrevista, esta possui frutos o ano inteiro. À direita, na propriedade da Pharmakos em Presidente Figueiredo, junto com o cultivo de cajuru, algumas mudas de andiroba foram plantadas também. Fonte: respectivamente, comunidade Bate Bico, Riozinho, RESEX do Rio Jutáí (fev/2012) e propriedade da Pharmakos, Presidente Figueiredo (jul/2011).

Na etapa da colheita/coleta, há uma ênfase para os conhecimentos dos camponeses em relação à natureza transformada ou não transformada como forma de territorialidade na propriedade rural. Sem as políticas públicas, há uma dificuldade de alguns camponeses em realizarem o processo de distribuição e circulação das mercadorias, que tem o apoio geralmente da SEPROR e de Prefeituras, estabelecendo uma relação com um comércio local, como nas feiras municipais, mas também podem estabelecer outras relações.

A força de trabalho camponesa gera a renda diferencial I (matéria-prima). A renda da terra é apropriada na circulação da mercadoria às bioindústrias de Manaus e de São Paulo junto com a mais-valia gerada no uso de capital fixo.

CAPÍTULO 04 – MATRIZES DO PROCESSO PRODUTIVO COM BASE NA NATUREZA

As matrizes do processo produtivo com base na natureza se apresentam nas formas de cultivo e coleta da matéria-prima para o mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus em que os sistemas naturais contribuam ativamente, como potencialidades. A matéria-prima, por sua vez, possui uma interação física-natural com outros elementos da natureza criando ambientes propícios ao cultivo de plantas medicinais ou à extração de tais plantas, trabalho esse realizado na base da produção pelos camponeses.

Os ambientes naturais onde se encontram as matérias-primas são as áreas de várzea e as áreas de terra firme, o que interfere no tipo de paisagem criada e mostra que não é somente uma matéria-prima que é apropriada como recurso, mas sim toda uma paisagem e seu conteúdo e processo natural, devido às múltiplas interações intrínsecas que ocorrem para sua existência e impressão no espaço como totalidade. Essa apropriação da paisagem ocorre devido o potencial ecológico que as plantas medicinais possuem para o mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus. A partir do momento em que se inserem essas plantas e os sujeitos que a modificarão por meio de força de trabalho e tecnologia, há a exploração biológica, criando interação e proximidade entre a ação antrópica e o geossistema.

Metzger (2001) propõe que “a paisagem seja definida como um mosaico heterogêneo formado por unidades interativas, sendo esta heterogeneidade existente para pelo menos um fator, segundo um observador e numa determinada escala de observação”.

As unidades interativas com determinadas escalas de observação são apropriadas em suas múltiplas escalas pelo mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus na produção de matéria-prima e antes mesmo da estruturação desse mercado como parte de cadeias produtivas mundializadas, pois essa paisagem ecológica é uma das materializações do modo de vida camponês, via sítios/quintais agroecológicos. A moradia dos camponeses fica em áreas de domínios de determinados conjuntos biogeográficos, geomorfológico e climático, mas que não são entendidos somente pelo viés natural. Segundo Carvalho e Costa (2013b),

A produção dos sítios/quintais faz parte do modo de vida camponês que ao chegar em sua propriedade busca plantar ao redor da casa ou em outras áreas da propriedade espécies vegetais de uso mais frequentes.

Com a ampliação da cadeia produtiva ao espaço rural amazonense e a tentativa de articular a produção no estado, alguns camponeses, por meio de incentivos de instituições públicas passam a direcionar a produção das matérias-primas localizadas nos sítios/quintais para o mercado de bioprodutos, visto que antes era somente para o autoconsumo na unidade territorial familiar.

O sítio agroecológico funciona como um miniecosistema, que conforme o conceito de Costa e Nunez (2012), “um miniecosistema é uma produção (ciclo de nutrientes) como também é um demarcador territorial (político, econômico, cultural e étnico) [...]”.

A paisagem em diferentes escalas é apropriada pelo mercado de fitoterápicos e fitocosméticos que abrange diferentes escalas de empresas – locais, estaduais, nacionais e globais –, políticas públicas territoriais e as instituições competentes para se fazer cumprir as legislações e forças de trabalho distintas associadas aos modos de vida dos sujeitos, ou seja, está “dentro da abordagem “geográfica” da ecologia de paisagens, [onde] o mosaico heterogêneo estará sendo visto através dos olhos do homem, de suas necessidades, anseios e planos de ocupação territorial” (METZGER, 2001).

Porém antes de ser apropriada pela objetivação de um valor de uso e de um valor de troca específicos, de interesse ao mercado em questão, a paisagem é oriunda de inter-relações da natureza, relacionadas a sua localização, enfim ao geossistema. Ou conforme Metzger (2001),

o mosaico é considerado como um conjunto de habitats que apresentam condições mais ou menos favoráveis para a espécie ou a comunidade estudada. Desta forma, o olhar sobre a paisagem é feito através destas espécies, de suas características biológicas, em particular de seus requerimentos em termos de área de vida, alimentação, abrigo e reprodução.

O espaço da colheita/coleta é ligado à ecologia das paisagens, ou seja, “onde a paisagem é vista como o fruto da interação da sociedade com a natureza” (METZGER, 2001), ou onde a propriedade camponesa “é um sistema de espaços articulados entre si” (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997, p. 76). Antes do mercado de fitoterápicos e fitocosméticos, os camponeses já produziam a matéria-prima em suas unidades territoriais de trabalho.

Na paisagem aparentemente “natural”, existem as potencialidades paisagísticas que criam projeções e formas de uso de acordo com os diferentes modos de vida – formas empresariais, atividades econômicas, uso dos recursos naturais em diferentes escalas de tempo futuro –, tendo em vista que a paisagem possui um conteúdo que pode ser econômico, natural, político, sendo inevitável um ordenamento ou organização para seus diferenciados usos.

O uso e a apropriação dos recursos naturais são do tempo da sociedade e do comércio, que são muito mais rápidos – em quesito de necessidade de uso, principalmente quando se refere em cadeias produtivas – que o tempo de reprodução da natureza, tendo em vista que a sociedade inclui o fator econômico no tempo, o consumo do mercado sempre com necessidade de mais, e para isso, o uso de técnicas e tecnologias. Na lógica de mais lucro em menos tempo.

A natureza para os campesinato, o empresariado e o próprio Estado em suas demais esferas é identificada e analisada segundo o uso de uma geografia local, zonal, e dependendo da abrangência da pesquisa, regional, devido à relevância das informações do clima, da fitogeografia, da dinâmica hidrográfica e da resiliência dos sistemas naturais. Assim como na técnica utilizada para trabalhar a natureza, que permita ou não sua reprodução de forma natural, ou não, com uso de tecnologias, pois investimento sem tecnologias, e vice-versa, geralmente não resulta em atividades que preservam o meio natural.

4.1 DOMÍNIOS DA NATUREZA E A BASE DA MERCADORIA A PARTIR DE SUA BIOGEOGRAFIA

Domínios da natureza é uma categoria da Geografia, é a partir desta categoria que identificamos setores (de qualquer escala) em que existam a dominialidade de processos que se expressam pela interação biogeografia, clima e geomorfologia em que existam neles setores e processos menores (não dominantes), que são os refúgios de fauna e redutos de flora. A teoria dos refúgios explica que

durante o Pleistoceno (2,6 – 0,01 MA) e pós-Pleistoceno (0,01 MA ao presente) teriam dividido a floresta Amazônica em porções isoladas (refúgios), as quais foram unidas novamente em períodos mais úmidos. [...] Os refúgios seriam coincidentes com áreas de maior pluviosidade atualmente (HASEYAMA E CARVALHO, 2011)

Os domínios que a natureza proporciona têm seu tempo de formação e reprodução de suas paisagens notoriamente que incluem o tempo da natureza, como no caso do: domínio de buriti em Presidente Figueiredo, por exemplo, que devido a sua formação natural são gerados em abundância, ou no caso da andiroba em determinadas áreas, do cupuaçu, entre outros.

Os domínios, ou setores de domínio, são resultados de um conjunto de sistemas naturais, apropriado por algum sujeito, classe, grupo ou pelo Estado, que tem por conteúdo um mosaico de processos naturais, um conjunto de processos e mosaico de geótopos diferenciados, que, no caso da cadeia produtiva dos fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus, seria a área de abrangência e de inter-relação de uma espécie ou bioma, ambos subordinados a processos mais amplos de suporte, regeneração e reprodução do domínio, ou seja, subordinado aos processos oriundos de outros lugares, gerando uma subordinação a um geossistema, como por exemplo os ligados ao clima.

Para o mercado de fitoterápicos e fitocosméticos, sua estruturação, via industrialização, foi a partir de poucas espécies que apresentaram uma potencialidade econômica (medicinal e estética). Com isso, houve uma necessidade em criar produtos ligados ao bioma amazônico incorporando no processo produtivo os sujeitos que trabalham de modo mais próximo da natureza: camponeses e indígenas. De modo natural, para a industrialização e a criação de produtos de inovação, estudos químicos são realizados. O mercado se apropria do modo agroecológico que os camponeses se relacionam com a natureza e as cadeias produtivas são criadas. Ao longo do tempo, investe-se mais em capacitação e em técnicas agrícolas para desenvolver produtos mais 'valorizados' (DIAGRAMA 15).

Na lógica das sociedades camponesas e indígenas, os domínios são a base natural da reprodução da vida, a fonte de aparatos técnicos. As técnicas, segundo Max Sorre, podem ser mentais ou materiais, fazendo-se entender que os domínios são uma projeção do olhar da sociedade.

O bioma amazônico, por exemplo, está para todos os tipos de usos para os mais diversos objetivos, porém grupos sociais percebendo o potencial biológico e econômico para a produção de fitoterápicos e fitocosméticos criou um cenário peculiar às suas projeções e necessidades a partir do que se almejava. O olhar da sociedade, portanto, tem uma projeção científica, política, cultural, econômica e social.

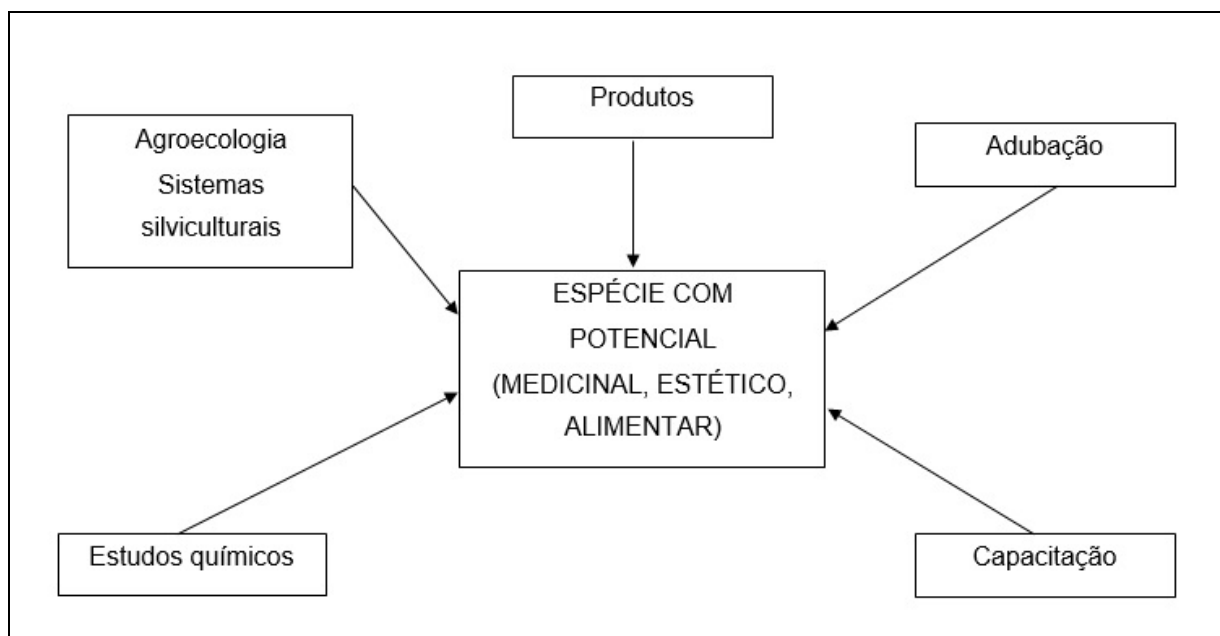


Diagrama 15 – Uma espécie somente é potencial a partir do momento em que há interesse em utilizá-la em uma cadeia produtiva, conseqüentemente em uma economia de mercado. Os fitoterápicos e fitocosméticos são produtos criados a partir dessa potencialidade, mas para sua consolidação é necessário mais estudos químicos, a nível de desenvolvimento biotecnológico, capacitação à força de trabalho e questões diretamente ligadas aos geossistemas (agroecologia e adubação, por exemplo). Elaborado em: 2015.

Os domínios são uma extensão do olhar, isto é, do interesse com seus diversos objetivos, assim como há na sociedade um conjunto de modos de vida e seus conflitos a partir do interesse de cada grupo social. O domínio é fonte de recursos naturais para a economia nacional, o que mostra que Domínios da Natureza, não são o mesmo que Geografia Física, embora sejam próximos e apresentem partes em comum. Gregory, citando Chorley sobre as manifestações dos geógrafos físicos, focalizando a necessidade do estudo da atividade humana:

Está claro, contudo, que o homem social está, para melhor ou para pior, assumindo o controle do seu meio ambiente terrestre e que qualquer metodologia geográfica que não reconheça este ato está fadada à total obsolescência (Chorley *apud* Gregory, 1992).

Reis Júnior e Perez Filho (2009) criticam o reducionismo de alguns estudos:

Somos com certa frequência tomados pelo desejo de descrever os mecanismos de manifestação dos fenômenos por aninhamentos causais sucessivos; algo do tipo: partículas subatômicas explicam átomos, átomos explicam moléculas, moléculas explicam organelas, organelas explicam células, células explicam tecidos, tecidos explicam órgãos, órgãos explicam organismos vivos, organismos vivos explicam comportamento individual e este, por fim, explica o jogo social. O mecanicismo pretende que a máquina deva sua fisionomia à soma de peças engrenadas.

Com as mudanças no contexto econômico no decorrer do tempo e ao próprio distanciamento da sociedade para com a natureza, os domínios passaram a ser uma espécie de almoxarifado de grandes empresas e governos, ou seja, passaram a ser vistos somente para fins econômicos, como mercadorias. A natureza é subsumida como mercadoria, como estética para gerar lucro e poder dos que a territorializam. A natureza aqui entendida como desde grandes biomas ao mundo das moléculas, com grandes potencialidades para as indústrias farmacêuticas.

Os domínios da natureza (DIAGRAMA 16) são estudados por meio do Geossistema que abrange em suas análises os elementos naturais associado com as transformações e interesses oriundos de grupos sociais diversificados. Segundo Sotchava (1977), “embora os geossistemas sejam fenômenos naturais, todos os fatores econômicos e sociais, influenciando sua estrutura e peculiaridades espaciais, são tomados em consideração durante o seu estudos [...]”.

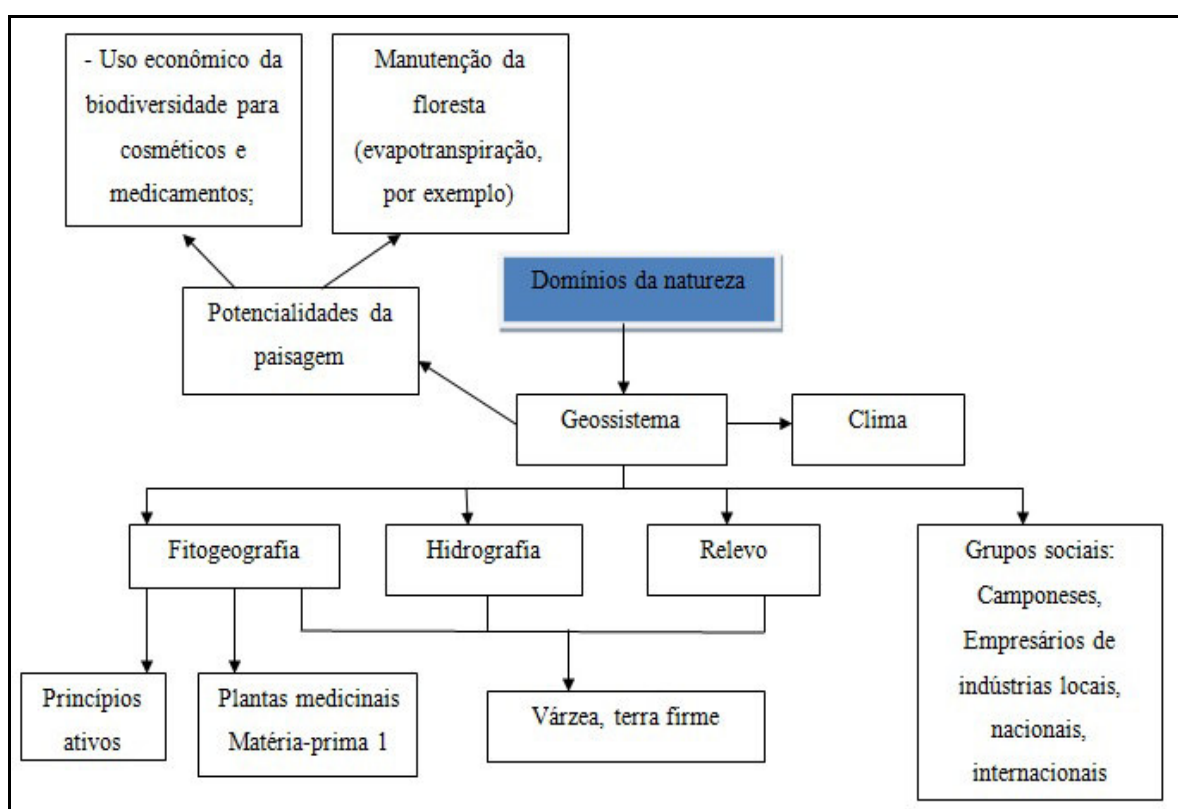


Diagrama 16 – Os domínios da natureza correspondem aos geossistemas cujo interesse em utilizá-los resulta das potencialidades da paisagem, por meio da ação de grupos sociais que se apropriam dos recursos naturais (no caso, fitogeografia), conforme explica Bertrand (1971). Elaborado em: 2014.

O geossistema analisa as potencialidades das paisagens e suas interações, ou seja, as projeções de grupos na natureza. O mercado de fitoterápicos e

fitocosméticos necessita de uma parte da natureza que são especificamente as famílias botânicas que compõem a base das substâncias utilizadas nas etapas de produção com maior valor tecnológico/científico/econômico agregados.

O geossistema possui suas várias ligações na natureza, mas no nível da vegetação existem alguns processos e funções de maior importância para a formação das plantas medicinais apropriadas pelo mercado de fitoterápicos e fitocosméticos, analisadas conforme Tricart (1977):

- a fotossíntese: Para os ecólogos, a fotossíntese é a base de toda a vida. As plantas são os produtores primários, “ou seja, organismos capazes de elaborar hidratos de carbono em forma de células, a partir de matéria mineral e de energia da radiação”;

- a radiação absorvida pelas plantas: “as plantas têm que se proteger contra a elevação excessiva de temperatura” e isso é realizado a partir da transpiração, que exige energia.

- interceptação das precipitações: “as precipitações integram duas fontes de energia: a da radiação solar [...] e a energia da gravidade”. No caso do bioma amazônico, uma formação vegetal com muitos estratos de alturas diferentes, “frequentemente [...] as goteiras caem sobre arbustos e daí sobre o estrato herbáceo, o que configura [...] a dispersão de energia sem produzir trabalho”.

- o efeito da rugosidade da vegetação: “a cobertura vegetal freia o vento e aumenta a turbulência da passagem do ar. Isso é um efeito de rugosidade, que geralmente resulta em dispersão da energia, eliminada sem produzir nenhum trabalho”

Para uma apropriação dos recursos, visto que a planta medicinal quando apropriada passa a ser uma matéria-prima e, portanto, um recurso para o mercado, é necessário um conhecimento do ambiente, chamado de etnoconhecimento cuja detenção é por parte dos camponeses. Para outros processos, o etnoconhecimento não é necessário, visto que a pesquisa em síntese e experimental em laboratórios suprime o conhecimento tradicional. Por exemplo, Leonel (2000) analisa que

Os resultados do conhecimento tradicional foram apropriados como tecnologias patenteadas, sem o consentimento ou a adequada compensação aos que o desenvolveram, como no caso da morfina ou do quinino.

Segundo Shiva (2001) *apud* Nogueira (2013),

Os conhecimentos tradicionais possuem importância estratégica para as indústrias de biotecnologia, principalmente de produtos farmacêuticos, químicos e agrícolas. Dentre 120 princípios ativos atualmente isolados de plantas e utilizados na medicina moderna, 75% foram identificados pelas informações de uso e/ou utilidade já conhecidas pelas populações tradicionais.

Em uma escala com menos detalhes, é possível descrever a natureza como o ambiente ecológico, biológico e geográfico, mas para o mercado de fitoterápicos e fitocosméticos, a natureza também é a espécie em si, que necessita do ambiente para se reproduzir.

Segundo Ross (2009),

As transformações da natureza são decorrentes das diferentes inserções humanas, e os arranjos locais, regionais, nacionais e globais dos espaços geográficos produzidos estão diretamente relacionados de um lado com os capitais, os trabalhos e as tecnologias empregados nos diferentes setores socioeconômicos e de outro, no nível de inserção que cada lugar do planeta está em relação ao contexto da economia local, regional, nacional ou global.

As espécies para o mercado têm valores, mas “o valor de cada espécie pode ser questionado do ponto de vista de seus benefícios econômicos para a humanidade” (RICKLEFS, 2011). O valor de cada espécie depende do que a sociedade precisa e almeja, e também das condições que a sociedade tem para trabalhar com determinada espécie. De uma vasta diversidade biológica do bioma amazônico, são poucas as espécies citadas em políticas, como no caso do Plano Nacional dos Produtos da Sociobiodiversidade, e menos ainda aquelas que realmente possui uma cadeia produtiva ligada aos espaços de industrialização.

A visão dominante é economicista, voltada às espécies rentáveis e à lógica do mercado

[...] A prioridade ao mercado é redutora do ambiente a um conjunto quantitativo de recursos, listas ou inventários de espécies e usos, separadas das inter-relações culturais entre sociedades e naturezas, das exigências da própria natureza, evitando articular as questões. (LEONEL, 2000)

Para a utilização dos produtos da sociobiodiversidade (DIAGRAMA 17) não é feita uma distinção entre as matérias-primas coletadas ou cultivadas. A andiroba é uma planta medicinal geralmente encontrada na natureza pelos camponeses que a reconhecem e conhecem seu valor de uso. Em poucos casos, a andiroba, que abastece a COOPFITOS e a CUPUAMA, foi plantada pelos próprios camponeses.

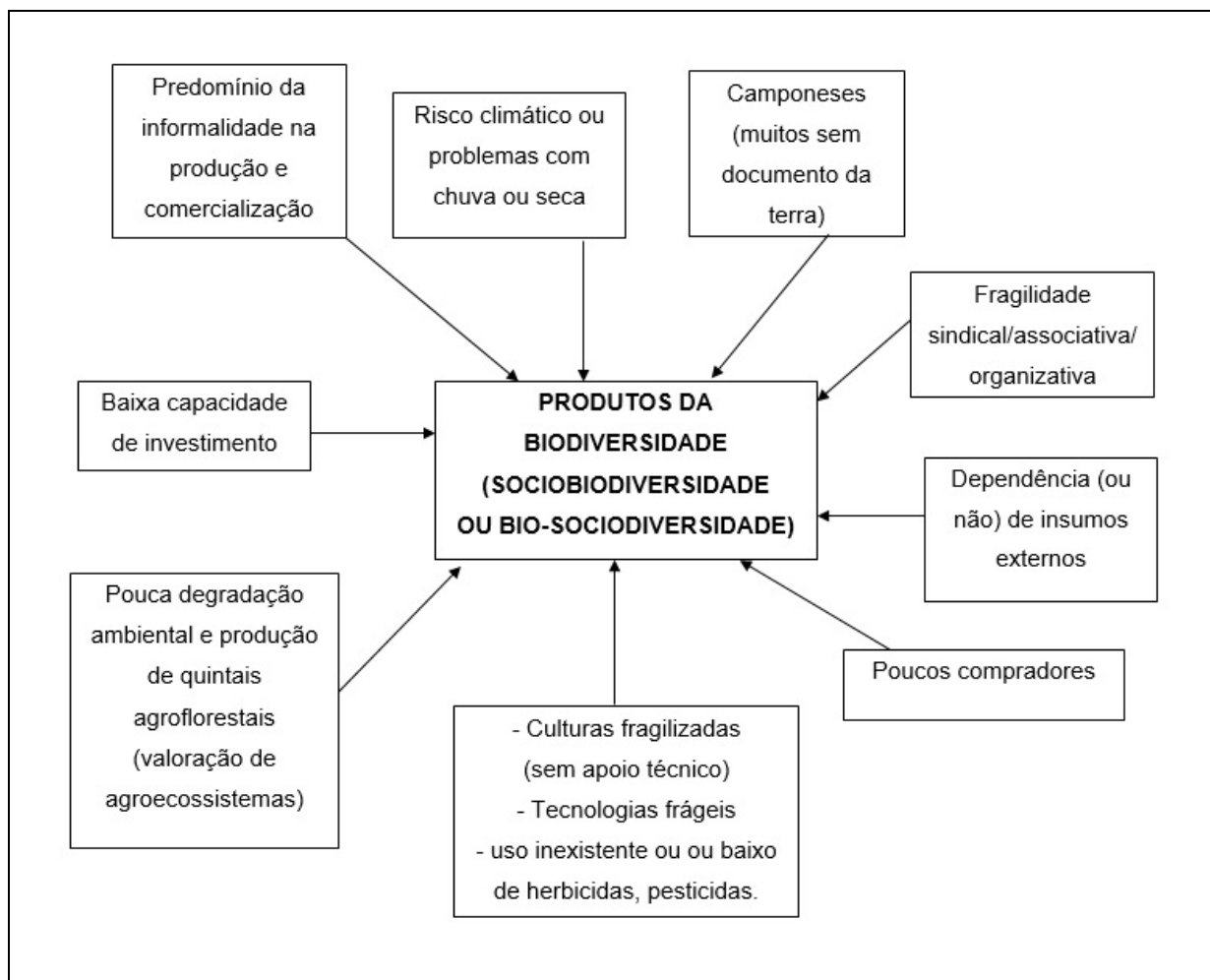


Diagrama 17– Os produtos da biodiversidade resultam em uma série de relações ligadas tanto aos geossistemas quanto à formação socioespacial. Elaborado em: 2015

Conforme o diagrama 18, a matéria-prima é constantemente transformada na cadeia produtiva de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus. Inicialmente, a natureza deixa de ser uma potencialidade paisagística para se torna uma mercadoria apropriada e parte de uma cadeia produtiva específica, tornando-se uma matéria-prima *in natura*, seja por meio de extrativismo ou cultivo, com o trabalho camponês.

O semielaborado 01 exige mais técnica para sua produção que pode ser realizada manualmente ou por meio do uso de máquinas específicas comandadas pelos camponeses organizados em cooperativas ou associações. O semielaborado 02 já possui uma tecnologia mais sofisticada sendo transformada nas indústrias de Manaus. Para a produção do fitoterápico/fitocosmético, ainda é necessário o uso de biotecnologia de outros estados brasileiros.

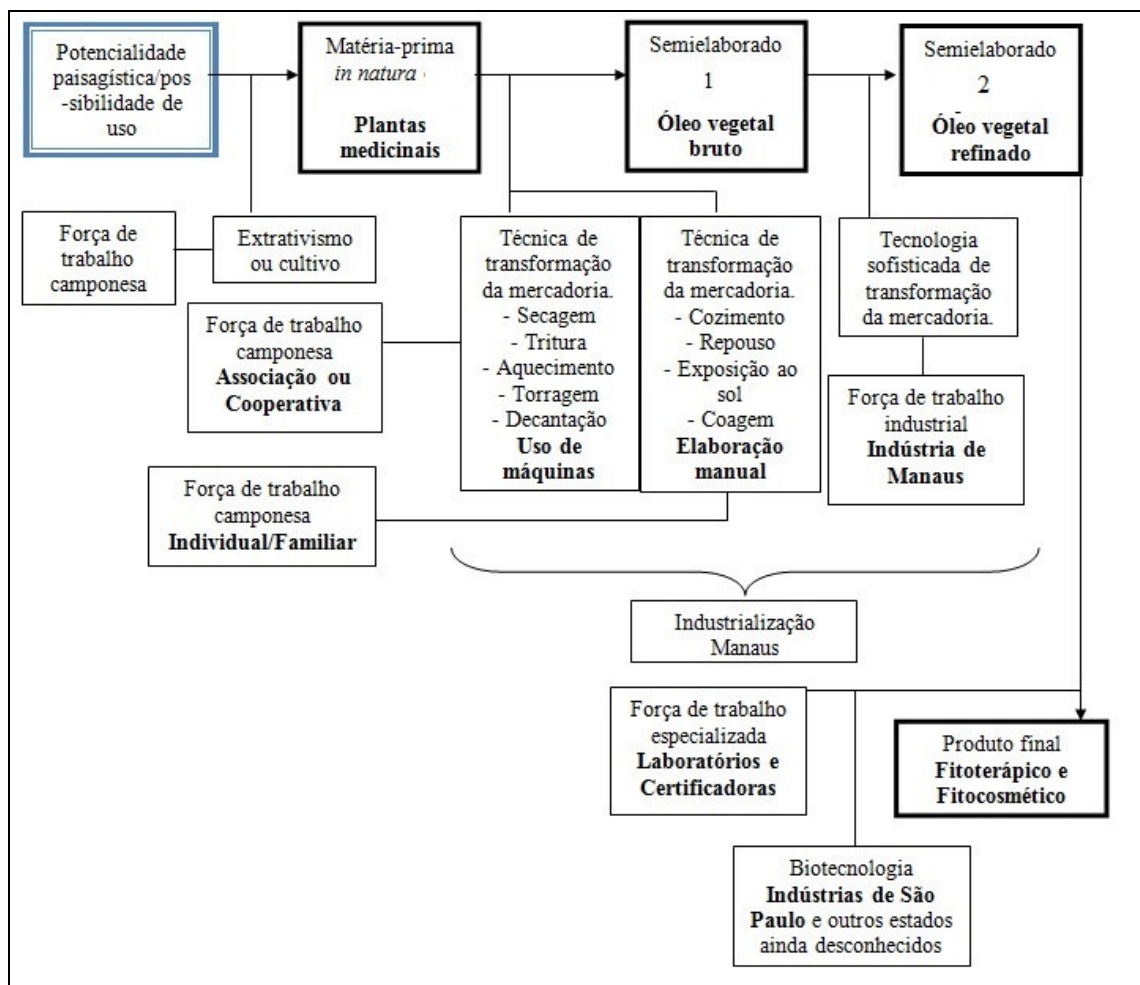


Diagrama 18 – O mercado depende inicialmente de uma potencialidade paisagística para começar a ser formado. Por meio da força de trabalho, as mercadorias são produzidas com o uso de tecnologias específicas e, no caso da etapa laboratorial, especializada. Elaborado em: 2014. Modificado em: 2015

É fundamental para os estudos de domínios de natureza identificar e entender os processos ecológicos e geossistêmicos em suas diversas escalas e paisagens, seja como potencialidade, matéria-prima ou fato/acometimento. Também é importante entender os processos climáticos e geomorfológicos que se conectam a biogeografia para entender a formação das espécies vegetais utilizadas pelas sociedades locais, seja de origem (holocênica, mesozóica, enfim a datação), ou não, e suas sazonalidades climáticas. Segundo George (1973, p. 20),

Seja como for é sempre a relação com o homem – e mais exatamente aos grupos humanos – que se define o meio ambiente. Por conseguinte, teremos de partir da percepção do meio pelas coletividades que o ocupam e modelam. Podemos distinguir três termos de percepção do meio: a resposta às necessidades, a subordinação às injunções, o temor de ameaças e de perigos.

As necessidades se projetam em três planos essenciais: necessidades de consumo, necessidades de hábitat e necessidade de relações

Quanto a isso, na cadeia produtiva de fitoterápicos e fitocosméticos, é possível identificar todos os três termos de percepção do meio. Como resposta às necessidades de consumo, é muito claro que o campesinato extrai ou cultiva uma parcela de sua alimentação do meio, assim como, possui a necessidade de hábitat, onde também extrai, em muitos casos, os materiais necessários para a construção de sua moradia. Sobre a necessidade de relações, é possível identificar os quintais agroflorestais como uma resposta a essa necessidade. A roça do camponês está inserida nas necessidades de consumo e de relações entre o camponês e o meio.

A subordinação às injunções é claramente a própria formação de uma cadeia produtiva criada por interesses diversos e externos, sendo incorporada no mercado, de certa forma é subordinada aos interesses externos.

O temor de ameaças e perigos pode ser oriundo de alterações climáticas (muita ou pouca chuva), perturbações ecológicas que favoreçam o aparecimento de pragas nos cultivos e no ambiente natural fonte de matéria prima.

Bertrand e Bertrand (2007, p. 200) entende que é preciso especializar o meio ambiente. A partir do momento que se delimita uma cadeia produtiva com suas especificidades sociais e naturais está se singularizando o espaço, pois se já tem um objetivo, não é mais natureza natural, é um meio. Para a cadeia produtiva, a especialização do meio ambiente ocorre pelas necessidades do mercado. Com uma infinidade de espécies vegetais no bioma amazônico, talvez no máximo se chegue a dez o número de espécies de fato almejadas pelo mercado de produtos da floresta com grande interesse e escala de produção. Cada espécie possui uma localização (geótopo), formação natural (geossistema) e uma escala de ocorrência.

Segundo Bertrand e Bertrand (2007, p. 206),

A contribuição da geografia aqui [na especialização do meio ambiente] é essencial, mas ela está longe de ter atingido seu pleno desenvolvimento. Constatamos que numerosos estudos ambientais ou flutuam em um espaço mal determinado, ou se limitam a uma divisão do espaço de tipo corológico herdado da biogeografia. A abordagem espacial, qualitativa ou quantitativa, tornou-se um conhecimento no sentido pleno, rico em implicações e prolongamentos sociais e naturais no qual muitos geógrafos se destacam.

A abordagem espacial da especialização do meio ambiente estudado consiste principalmente em entender e analisar as inter-relações que ocorrem nos geótopos, com ênfase na fitogeografia, porque cada planta medicinal (matéria-prima da cadeia produtiva) tem uma sazonalidade e sofre diversas influências do solo, clima e

concorrência pela luz e nutrientes, assim como da simbiose, ou não, com insetos e outros animais, entre outros.

- Inter-relação fitogeografia (planta)-geomorfologia-hidrografia: algumas espécies só nascem em matas de várzea, outras em mata de terra firme, ou podem nascer em ambas as matas, mas no caso da andiroba, os camponeses preferem a andiroba de terra firme, pois afirmam que é mais produtiva (tem mais óleo para extrair).

- Interação clima-planta: no caso do cupuaçu, em períodos de muita insolação, eles podem sofrer desidratação ou ficarem com as folhas queimadas, logo, geralmente, são cultivados próximos a outras espécies com o objetivo de se conseguir sombra para a cupuaçu, o que gera um sistema agroflorestal (interação planta-planta).

A planta, por si só, já depende das interações edáficas para sua sobrevivência, também interferindo na produtividade.

Bertrand e Bertrand (2007, p; 208) concluiu que

Durante muito tempo natural, o meio ambiente invadiu o social muito mais do que o social o invadiu. Primeiramente, margem distante e facultativa, transformada em seguida em periferia obrigatória e cada vez mais exigente, o meio ambiente está hoje no coração do social, nó górdio da gestão territorial e da qualidade de vida.

Nó górdio da gestão territorial significa que sem a análise dos geótopos e da consideração dos sujeitos que convivem mais proximamente com a natureza (os camponeses), não é possível ter diagnósticos do uso de andiroba em determinada área conhecida como produtiva, por exemplo. Não é possível realizar uma previsão dos impactos que inevitavelmente serão causados ao meio.

E o nó górdio da qualidade de vida é que a cada inter-relação dos geótopos, há uma resposta sentida pela sociedade. Há uma dependência da sociedade com a natureza.

Em relação às escalas, conforme Strahler e Strahler (1989, p. 440):

Em consideração de como os diversos fatores do meio físico influem sobre as plantas e os animais, podemos tratar com duas escalas. Uma é a escala global, que considera tais fatores climáticos como os modelos estacional e latitudinal de insolação, luminosidade e escuridão (sombreamento), temperatura, precipitação e ventos predominantes. A outra escala de consideração constituem as variações do meio físico em uma área relativamente pequena.

Em ambas as escalas, segundo os autores, global e a relativamente pequena, as ações humanas geram diversos impactos. Na escala relativamente pequena, os impactos são sentidos mais rápida e severamente, pois se precisa de uma matéria-prima e na área de ocorrência da comunidade em que se faz uma extração sem manejo adequado, no ano seguinte poderá haver uma baixa na produtividade e conseqüente impacto na formação de estoques e preços, isso a partir de impactos em sistemas naturais.

Figueiró (2012) propõe que

Trabalhar a escala regional, incorporando a diversidade dos conhecimentos produzidos na escala local, representa uma nova e necessária construção “multifocal”, capaz de “filtrar” a informação e trazer à tona as grandes linhas estruturais que dão suporte à diversidade da paisagem e que, ao mesmo tempo, representam os seus eixos de integração

É muito ocorrente também a influência dos índices pluviométricos (aspecto climático). Quando há chuva além do esperado, a colheita e coleta são prejudicadas, assim como, quando há menos chuva do que é comum. Há uma modificação das matérias naturais, devido ao impacto nos metabolismos vigentes. Sem um cuidado devido, pode resultar na formação de áreas que não servem de recursos naturais aos grupos locais ligados aos interesses econômicos vigentes.

Em relação aos aspectos naturais, a importância maior para a proteção da natureza é entender a estrutura dos ecossistemas, conforme Walter (1996), que define três grupos de organismos: os produtores, os consumidores e os decompositores. A natureza não existe como sistema fechado, portanto, um desequilíbrio em um desses grupos ou nos elementos externos que geram influência sobre eles, cria impactos negativos para a reprodução dos ecossistemas, pois não se foi pensado na preservação.

4.2 A SOCIEDADE, A MUDANÇA DAS PAISAGENS E A BIODIVERSIDADE

Lévêque (1999) analisa a participação da sociedade como um fator ativo que deu forma às paisagens, recorreu a sistemas agrícolas, domesticou-os e diversificou espécies animais e vegetais. A biodiversidade é um conceito federativo, faz a mediação entre os sistemas ecológicos e sociais a fim de abordar a valorização e a gestão dos ambientes e dos recursos (LÉVÊQUE, 1999).

A distribuição geográfica da diversidade biológica é associada à história da Terra e ao clima de cada área florestal. O clima é o principal fator de determinação para a diversidade biológica de uma área. A diversidade de espécies “pode ter um valor intrínseco para estabilizar o funcionamento dos ecossistemas, [...] [devido ao] fato de que sistemas de densidade mais alta têm mais probabilidade de incluir espécies que podem resistir a estresses específicos” (RICKLEFS, 2011).

Segundo Haseyama e Carvalho (2011),

[...] não só a distribuição geográfica, como também a história evolutiva dos grupos, são atualmente utilizadas na procura por padrões de distribuição dos organismos [...] Assim, é adequado utilizar as filogenias de diferentes táxons para a procura de padrões, pois são elas que oferecem a informação de parentesco.

Alguns questionamentos em relação ao papel ecológico das espécies são realizados, pois existem muitas espécies desconhecidas ou não utilizadas e não se sabe qual é a importância de cada espécie nos ecossistemas. O grau de funcionalidade e importância pode ajudar a definir o que conservar, o que preservar e por que.

A diversidade biológica de um ecossistema demonstra uma estabilidade, ou seja, onde há mais diversidade, há mais estabilidade dos ecossistemas. Para a estabilidade de uma área, as perturbações também são importantes para garantir a diversidade biológica, caso ocorram de forma pouco frequente e pouco significativa no conjunto maior. Os recursos genéticos, junto com o solo e a água, são importantes para a agricultura. Os recursos genéticos são os materiais com efetivo ou potencial valor econômico ou uma utilidade.

A biodiversidade possui vários significados no mercado e aos sujeitos relacionados a ele. É uma matéria-prima, um recurso, parte integrante da ecologia das paisagens. Não é possível entender a biodiversidade somente com um desses aspectos, pois ela é tudo isso Mais do que isso,

Apesar de a natureza e sua biodiversidade não existirem em função do ser humano, é fato que temos nos beneficiado enormemente de produtos dessa diversidade. [...] Portanto, refletir sobre para que serve a biodiversidade significa refletir sobre nossa relação com os demais organismos da biosfera da qual fazemos parte. Significa, também, adquirimos argumentos para a conservação dessa biodiversidade e das relações que ela abriga (MARTINS E SANO, 2009)

A maior propaganda do mercado de fitoterápicos e fitocosméticos de Manaus corresponde ao “estado verde”, a uma sustentabilidade sem conceitos estabelecidos ou realmente estudados com mais seriedade.

O mercado possui sua organização definida, porém no Amazonas, lugar de produção da matéria-prima biodiversa, não houve uma consolidação. As empresas ainda estão dependentes de políticas territoriais, a produção da matéria-prima é realizada em pequena escala de forma extrativa e a circulação ocorre de forma dependente ao Estado e de forma inconstante. Não é incomum na história haver uma marginalização dos lugares que detém a matéria-prima, pois a partir do momento em que outros com mais tecnologia e visão empreendedora passam a ser os detentores não adianta a matéria-prima está em outro lugar.

A biodiversidade contribui para o fornecimento de numerosos produtos alimentares, matérias-primas para a indústria, medicamentos, cosméticos e importantes perspectivas de valorização no domínio das biotecnologias, ou seja, é matéria-prima para várias indústrias, entre elas, a de fitoterápicos e fitocosméticos. A produção das matérias-primas é realizada pela atividade camponesa que não visa à degradação da biodiversidade por entender que seria um prejuízo a sua própria reprodução. Conforme Figueiró (2012),

Se consideramos que a manutenção dos processos ecológicos representa a base sobre a qual devem se desenvolver todos os processos produtivos, é urgente reforçarmos uma concepção de desenvolvimento que assegure a integridade e a sobrevivência da natureza, e não o contrário.

Os camponeses possuem o entendimento de que a biodiversidade, a natureza, é indispensável à vida, mas além dessa preocupação a biodiversidade é uma reguladora dos ciclos biogeoquímicos, tem a função de purificar águas, por exemplo, e contribui para a fertilidade e proteção dos solos.

Atualmente, está havendo uma difusão da agroecologia que resumidamente se preocupa com as consequências do uso de agrotóxicos na produção agrícola. É uma visão mais ecológica, mas pode ser posto nesse sentido. A agroecologia entende que os camponeses naturalmente realizam práticas agroecológicas, mas são as grandes corporações que utilizam inúmeros ativos químicos que conseguem obter lucros substanciais e reproduzir essa contaminação tanto a natureza quanto à sociedade.

A lógica da agroecologia já é utilizada pelos camponeses, mas faltam práticas agroecológicas no sentido de utilização de técnicas para o aumento a produção e torná-la constante para haver matéria-prima a indústria e uma continuidade do fornecimento pelos camponeses, porém há também que se notar que sem uma valorização do trabalho camponês de nada adianta a inserção dos camponeses nesse mercado.

Os camponeses também possuem a ética mencionada por Lévêque (1999), pois sempre tentam ensinar as novas gerações dos usos e valores da biodiversidade, o que é chamado de conhecimento tradicional ou etnoconhecimento, porém as novas gerações estão cada vez mais desinteressadas nesse conhecimento.

Segundo Costa e Nunez (2012), “no cotidiano (história em movimento e geografia em produção), os povos têm de conhecer suas plantas, não só identificá-las e denominá-las a partir de suas utilidades, mas também demarcar para elas um sentido social, cultural e econômico”.

O que se trata somente como matéria-prima no mercado é resultado de uma história evolutiva das espécies e sua biocenose, sendo necessária uma visão de conservação devido ao papel ecológico e funcional da biodiversidade.

Ao tratar a biodiversidade como um recurso genético relaciona-se sua produção com tecnologia que ou não existe ou não é difundida no Amazonas. Lévêque (1999) relaciona a biodiversidade com a valorização monetária dos recursos naturais, visto que a mesma proporciona benefícios econômicos.

Os conflitos de interesse em torno do uso da biodiversidade são vistos no processo de criação e reprodução da COOPFITOS, da relação entre CUPUAMA e camponeses de Careiro Castanho.

A biodiversidade tornou-se um conceito político-econômico no mercado, pois é entendido pela sua possibilidade de valorização econômica e é um elemento responsável por políticas públicas de várias finalidades: conservação, preservação, uso, financiamentos, bolsas do Governo, além de ser uma propaganda que agrega valor ao produto final e ao próprio programa de Governo estadual e federal. A natureza deixa de ser ambiente para ser almojarifado do mercado, e tal concepção se concretiza em conflitos pelo seu uso e acesso.

Os camponeses também provocam algumas perturbações aos ecossistemas, pois precisam caçar, fazer a roça, cultivar espécies, mas da forma que realizam (em

pequena escala e não frequentemente) são perturbações que até contribuem para a diversidade biológica ao serem inseridas espécies de outros lugares.

A maior propaganda do Estado sobre a biodiversidade é justamente o fato da diversidade biológica, que acaba criando políticas públicas de conservação e quer associar um cunho ambientalista a um lado desenvolvimentista, mas a “diversidade biológica não é um elemento determinante da produtividade dos ecossistemas” (LÉVÊQUE, 1999), pois no mercado se preza por espécies com alto valor econômico a fim de criar monopólios.

Por outro lado, nas zonas úmidas da Terra existe uma regulação do clima, das águas, da floresta que não é realizada em outros lugares com condições diferentes havendo “infraestruturas naturais”, sem a necessidade de investir em serviços relacionados à regulação hidrológica, por exemplo, mas mesmo assim com essas infraestruturas pré-concebidas pela natureza existem dificuldades como: falta de água potável e no escoamento da produção agregando mais custos na circulação e deslocando os lucros aos sujeitos que detém o poder nessa fase.

A diversidade biológica está no contexto do uso e da valorização em torno do que pode fornecer às indústrias. Lévêque (1999) cita que é um “conjunto de ‘recursos biológicos’ essenciais para a vida das sociedades humanas” (p. 83), não somente o uso de plantas, mas “também das moléculas para uso industrial ou farmacêutico, oriundas dos organismos vivos”.

O camponês possui seu trabalho voltado para a produção de plantas enquanto que a indústria visa às moléculas sendo necessárias tecnologias mais avançadas que não são encontradas em Manaus. O camponês “produz” moléculas sem saber disso. As moléculas devem ser identificadas e analisadas como natureza, que pode ou não ser modificada, mas enfim o processo tecnológico desponta como um fato no entendimento das moléculas como natureza, tal qual o é um bioma.

4.3 BIODIVERSIDADE E BIOTECNOLOGIA NO MERCADO DE FITOTERÁPICOS E FITOCOSMÉTICOS EM MANAUS

A indústria farmacêutica produz inúmeros medicamentos com base em princípios biologicamente ativos extraído de plantas, ou cujas moléculas foram identificadas nas plantas antes de serem reproduzidas sinteticamente (LÉVÊQUE, 1999, p. 87), porém mesmo com um uso difundido de plantas medicinais pelas

sociedades camponesas e de modo geral são poucas as iniciativas e os progressos em torno do uso de fitoterápicos por receitas de médicos do Sistema Único de Saúde (SUS). Há também outra problemática relacionada à quais plantas as indústrias farmacêuticas querem utilizar a fim de criar medicamentos.

O termo biotecnologia significa “toda aplicação tecnológica que utilize os sistemas biológicos, os organismos vivos ou seus derivados, para realizar ou modificar os produtos ou os procedimentos, para um uso específico” (LÉVÊQUE, 1999, p. 104).

A biotecnologia mais atual (dos últimos 30 anos) consiste em transferir artificialmente o material genético para um organismo vivo, que são chamados de transgênicos. Essa tecnologia ainda não é encontrada no mercado de fitoterápicos e fitocosméticos de Manaus, mas pode fazer com que o material genético adquira propriedades que jamais poderia adquirir na natureza.

A biotecnologia atravessa a barreira das espécies, recria, modificando a partir de organismos vivos, por técnicas diversas, obtendo novas espécies de interesse comercial. A biotecnologia apresentou-se como promessa de solução à escassez de alimentos. Enquanto a “revolução verde” dependeu de fundos públicos, **a biotecnologia é dominada pelas grandes corporações multinacionais, que definem a agenda das pesquisas, financiando universidades e centros de pesquisa** (GRAY, 1991 *apud* LEONEL, 2000).

Os microorganismos são utilizados na biotecnologia para conservar e transformar produtos alimentícios desempenhando um papel econômico importante, inclusive na armazenagem de óleos vegetais que ainda possuem propriedades ativas e podendo permitir a elaboração de novos produtos com uma conservação adequada das matérias-primas em fase de elaboração.

A conservação não é entendida como “congelar o estado atual” (p. 169). As áreas protegidas ao longo prazo levam a proteção de *habitats*. Podem ser divididas em reservas integrais e zonas habitadas, que podem ocasionar vários problemas sociais relacionados ao deslocamento de populações que, por sua vez, perdem o estímulo para respeitar as regulações das áreas protegidas e, por outro lado, a administração das áreas tem dificuldade em realizar a gestão (LÉVÊQUE, 1999, 172). As áreas protegidas são muitas vezes resultado de políticas e, por isso, muito instáveis do ponto de vista institucional (LÉVÊQUE, 1999, 176).

Lévêque (1999) cita também que há uma preocupação com os chamados Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), pois significa uma falta de controle sobre esses organismos. Segundo Lévêque (1999), “as plantas transgênicas, por exemplo, podem modificar os ecossistemas nos quais elas vivem, se os genes implantados vierem a se introduzir em outras variedades e, até mesmo, em outras espécies” (p. 112).

Segundo Figueiró (2012), há uma situação paradoxal em relação a adotar áreas de prioridade para a preservação da diversidade genética, pois as

grandes empresas multinacionais dos ramos da mineração, farmacêutico e alimentício investem consideráveis somas de recursos em prol da manutenção da diversidade natural do planeta, ao mesmo tempo em que a maior parte de seus ganhos vem justamente da homogeneidade de um produção globalizada e da conseqüente destruição da diversidade dos patrimônios ecológicos e culturais onde esta produção se instala.

Isso ocorre porque a biodiversidade tornou-se uma “verdadeira aposta industrial e comercial. [...] quer seja sob a forma de recursos, de moléculas para uso farmacêutico e/ou industrial ou de genes [...]” (LÉVÊQUE, 1999, p. 117). No mercado existente em Manaus, a biodiversidade é mais entendida como uma matéria-prima, não como moléculas, o que minimiza a geração e fixação de rendas, pois trabalhar com a matéria-prima não gera tantos lucros quanto com uma tecnologia mais avançada (seria trabalhar com um bem de consumo, ao invés de um bem de capital com mais valores econômicos agregados).

A cadeia produtiva de fitoterápicos e fitocosméticos utiliza uma parte muito específica da natureza, que são as famílias botânicas. O uso e apropriação das famílias botânicas são resultados de várias forças de trabalho, porém é somente por meio de forças produtivas com alto grau de tecnologia agregado, como: bioprospecção/biotecnologia, que é possível criar as substâncias ativas.

A prospecção da biodiversidade, ou bioprospecção, é segundo Sant’Ana (2002) *apud* Kaplan e Figueiredo (2006), a exploração da diversidade biológica por recursos genéticos e bioquímicos de valor comercial e que, eventualmente, pode haver uso do conhecimento de comunidades indígenas ou tradicionais.

Faz-se necessário um maior entendimento das famílias botânicas como elementos da natureza e como base de matérias-primas, mas também de um processo de gestão aplicável para uma realidade de bioprospecção em distritos

industriais deve fundamentar-se em: procedimentos teórico-metodológicos, biotecnologias e plantas industriais.

O tempo de desenvolvimento de uma nova droga terapêutica estaria situado entre sete e quinze anos [...] até o produto ser colocado no mercado. McChesney estimaria em até 20 anos [...]. Este tempo, assim como os custos – estimados em mais de US\$ 360 milhões por produto – podem cair sensivelmente quando um medicamento é originado de plantas medicinais. [...] custos de pesquisa e desenvolvimento [...] cairia para cerca de US\$ 70 milhões (FAULKNER, SENKER e SEIDL *apud* SANT'ANA (2002),

Romariz (2008) afirma que “para um correto estudo da vegetação devem ser levados em consideração três aspectos principais: estrutura, composição e dinamismo”, assim como níveis de organização e escalas (LACOSTE e SALANON, 1981), isto é da exploração biológica da flora (TROPPEMAIR, 2008) (DIAGRAMA 19).

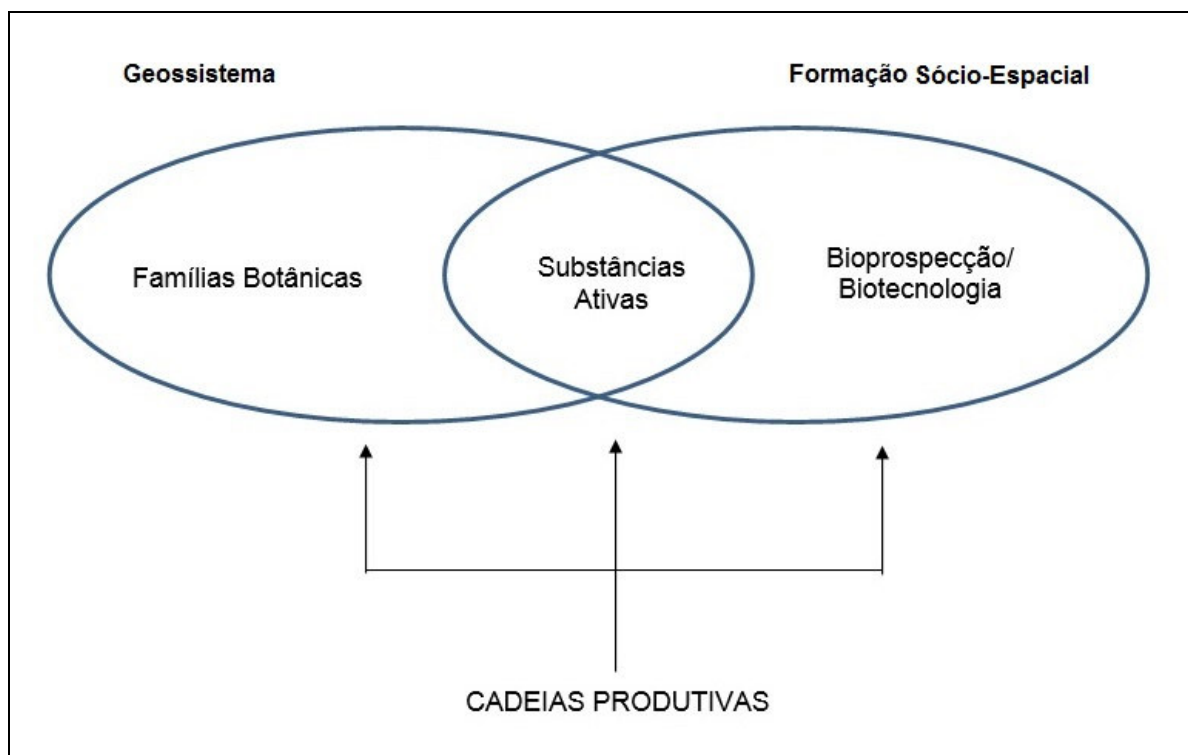


Diagrama 19 – As famílias botânicas são elementos da natureza e os processos de bioprospecção e biotecnologia são da lógica da sociedade, mas o que define as chamadas substâncias ativas são exigidas uma visão dupla, da objetivação da sociedade da produção da natureza, o que envolve em outra abordagem os sintéticos. Elaborado em: 2014. Modificado em: 2015.

Existem duas lógicas em torno dessa concepção econômica: lógica da produção (mercado) e a lógica da ecologia. A primeira, pretende selecionar espécies com mais altos rendimentos, utilizar adubos e pesticidas e abandonar as espécies mais adaptadas menos produtivas. A segunda considera o longo prazo e a manutenção da diversidade dos ecossistemas. A primeira é facilmente encontrada

na lógica empresarial e das políticas públicas, e, até mesmo, Melo (2006) que objetivou não somente identificar as espécies mais potenciais como induzir uma produção em cima das mesas. A segunda é encontrada na lógica camponesa que faz a roça, o quintal e os cultivos/coletas com essa visão de longo prazo e de manutenção.

As duas lógicas apesar de opostas precisam encontrar similaridades, pois ambas são interdependentes para que haja uma qualidade do ecossistema e a prosperidade de espécies (LÉVÊQUE, 1999, p. 119). Lévêque (1999) propõe que uma análise socioeconômica da biodiversidade deve considerar a “análise das consequências, sobre os sistemas econômicos, da degradação da biodiversidade, da mesma forma como os impactos dos sistemas econômicos sobre a biodiversidade”.

As políticas públicas em torno da biodiversidade têm um papel de legitimar as ações do Estado por intermédio de instrumentos econômicos, mas isso leva a uma mercantilização dos seres vivos, como pode ser encontrado no que se chama de serviços ambientais, na bolsa floresta, bolsa verde, REDD, entre outros. As políticas não abrangem os diferentes valores que existem nessa dinâmica entre o valor privado e o valor social. O valor “privado” (podendo ser chamado também de valorização no sentido econômico) corresponde aos usos diretos, tais como a satisfação das necessidades de consumo, de produção ou de comercialização, relacionado ao preço de mercado. O valor “social” (conhecido também como a valoração) são os serviços diretos e indiretos fornecidos pela biodiversidade para todos os membros da sociedade. Esse último valor ‘social’ já está recebendo um preço de mercado (LÉVÊQUE, 1999).

Lévêque (1999) afirma que os economistas definiram valores de uso que se aplicam à utilização da biodiversidade: valor de consumo direto (seria o valor do consumo adquirido por uma acumulação primitiva), valor recreativo (chamado também de ecoturismo), valor produtivo (é o valor, por exemplo, de uma andiroba inserida em uma cadeia produtiva), valor ecológico (papel da biodiversidade na regulação ecológica dos ecossistemas), valor de não-uso (relacionado à preservação), que é dividido em: preço de opção (objetiva um preço para uma utilização futura) e “valor de existência” (preço por espécies de interesse simbólico ou atrativo para a sociedade). Esses valores são difíceis de serem encontrados no plano econômico.

Lévêque (1999) discute a questão do patrimônio comum que foi substituída pela monetização do acesso aos recursos biológicos para fins de obtenção de lucro (p. 134). Cita o direto dos agricultores que atuam na manutenção da biodiversidade e dos recursos genéticos por gerações (p. 137).

Para Lévêque (1999), só tem sentido em mobilizar a comunidade internacional em torno da questão sobre o ambiente se houver formas de vigiar a atual diversidade biológica e medidas para que ocorra a conservação. Um dos mecanismos de erosão da biodiversidade é a transformação de terras pelas necessidades as populações que a cada ano crescem quantitativamente. Outro mecanismo é a construção de barragens e drenagem de zonas úmidas. Acaba havendo uma tendência na redução das práticas tradicionais de gestão dos meios devido às novas necessidades do intenso crescimento demográfico (p. 151-153). A construção de infraestruturas de circulação de modo geral no ordenamento do território também destroem muitos habitats (p. 161).

Um problema que não ocorre no mercado de fitoterápicos e fitocosméticos, mas que é recorrente quando há uma intensificação da agricultura, é o uso de insumos para maximizar a produção, devido ao estabelecimento de monoculturas (159).

Lévêque (1999) critica quem nem sempre os cientistas conhecem os ecossistemas para prever sua evolução, o que dificulta na criação de estratégias de conservação e avaliação das medidas adotadas (p. 168).

Em razão da degradação, muitas vezes é necessário criar banco de genes para conservar as espécies fora do seu lugar de origem. Esses bancos proporcionam rápido acesso ao material genético (p. 183), sendo necessários muitos investimentos científicos e financeiros. A Embrapa Manaus possui um banco de genes relacionado somente as suas pesquisas que geralmente privilegiam o cultivo em grande escala.

Houve uma separação da sociedade ocidental da natureza sendo afirmada principalmente na revolução industrial, mas, segundo Lévêque (1999), o próprio desenvolvimento da ciência ecológica contribuiu para esse pensamento, pois durante muito tempo a ecologia se focou em estudos dos meios intocados pela ação humana (p. 199).

Ao admitir que a erosão da biodiversidade está ligada ao desenvolvimento, cria-se uma noção de desenvolvimento durável, que serve para reintegrar as

políticas de meio ambiente numa perspectiva de desenvolvimento econômico, onde “a ideia central permanece sendo a do desenvolvimento, mas as políticas ambientais não devem ser mantidas à margem das principais escolhas econômicas e sociais” (p. 208), o que garante também uma descompartimentação das disciplinas científicas. No entanto, essa noção encontrou outros significados que além desse definido por Lévêque (1999), pois hoje é colocada como a solução para todos os problemas sem ter de fato uma base científica.

Isso ocorre também pelo o que Lévêque (1999) afirma: “essas noções de propagam lentamente, mas não se traduzem ainda, de forma suficiente, em ações concretas, pois elas se chocam com a necessidade de fazer face às necessidades de curto prazo”.

4.4 O ETNOCONHECIMENTO E AS ALTERAÇÕES NA BIODIVERSIDADE

Desconectado dessas lógicas, há o conjunto de conhecimentos e comportamentos tradicionais que transmitem um compromisso e se constituem como um patrimônio cultural mantido pelas sociedades tradicionais. A etnobiologia estuda os modos de utilização ou de gestão tradicionais dos meios naturais, que alguns consideram melhor adaptados à preservação da biodiversidade.

O camponês possui um saber nativo, um saber acumulado, que envolve técnicas específicas para sua concretização. Esse saber não é reconhecido em muitos momentos, mas é notória sua importância. O camponês não utiliza um produto sem saber: para que serve, onde encontrá-lo, como prepará-lo e a dosagem, e a cada fase dessas, há uma técnica inserida. A tabela 05 é um exemplo do vasto conhecimento do campesinato em relação às plantas medicinais.

As novas formas de desenvolvimento podem envolver as sociedades que sempre preservaram a natureza, pois possuem um estímulo alimentado por gerações, visto que sem a biodiversidade falta em primeiro lugar alimento e depois renda para todos os outros bens.

O mercado da biodiversidade em Manaus objetiva gerar renda que permanece centralizada, mas está favorecendo, pelo menos, uma melhoria de vida no sentido de levar serviços essenciais para perto dos camponeses, que continuam sendo importantes para o mercado e sem condições de saúde, educação,

escoamento da produção, havendo sempre barreiras para a reprodução do modo de vida.

ESPÉCIE	PARTE UTILIZADA	COMO UTILIZAR	PARA QUE UTILIZAR
Açaí	Raiz	Chá	Identificado como “ <i>suador</i> ”
Hortelã	Folha	Chá	Gripe
Manjeriçã	Folha	1) Chá 2) Amorna a folha e põe 3 pingos no ouvido	1) Não identificado 2) Dor de ouvido
Laranja	Casca	Ferve junto com a casca	Dor de barriga
Taperebá ²⁷	Casca	Ferve com a casca durante 30 min	Dor de barriga Cólica menstrual
Copaíba	Casca	Ferve por 10min com a casca dentro ou deixa de molho de 2 a 3 dias	Inflamação
Andiroba	Óleo	Puro	Tosse

Tabela 05 – São inúmeras as espécies conhecidas e utilizadas pelos camponeses para curar enfermidades, o que mostra todos os seus saberes interagindo e criando um conhecimento específico que é apropriado pelo mercado. Fonte: Trabalhos de campo de 2010 a 2015. Elaboração em: junho de 2015.

Em escala local, foi possível identificar as áreas de extrativismo ou cultivo, muitas vezes de posse e domínio do campesinato, que graças a interação tão grande com a natureza pelo seu modo de vida e especificamente pelo etnoconhecimento cria sistemas agrofloretais e os quintais agroecológicos/agrofloretais (o primeiro produzido na *roça* e este último no entorno da moradia). Em escala zonal, pode-se considerar as áreas de abrangência de um tipo de matéria-prima fundamentado em clima tropical e com grande biodiversidade vegetal, fungos e bactérias.

O campesinato que participa e interfere na cadeia produtiva dos fitoterápicos e fitocosméticos está mais próximo da natureza, não somente no sentido físico, mas a proximidade é no próprio trato (cultivo, reprodução e identificação de lugares e espécies) e uso de uma natureza mais perto do que se consideraria como primária.

O campesinato possui:

- Conhecimento sobre o nicho ecológico das espécies;

²⁷ Os camponeses o chamam de teperebá.

- Conhecimentos sobre a localização das espécies e a sazonalidade;
- Capacidade de extrair/cultivar, armazenar, deslocar os produtos trabalhados; entre outras condições que fazem do camponês um sujeito essencial e contraditoriamente explorado pelo mercado.

O empresariado e o Estado também realizam um uso da natureza, mesmo que de uma natureza mais transformada, pois o camponês extrai os caroços de andiroba do bioma, extrai o óleo vegetal bruto da andiroba de forma artesanal enquanto que o empresariado transforma o óleo vegetal bruto em óleo vegetal refinado, além de certificá-lo, e, para isso, insere a mercadoria nas normas fitossanitárias, que, por sua vez, foi o Estado que definiu, além das formas ideológicas de uso e valorização do produto, seja como saudável ou como amazônico (no sentido de preservação da natureza).

O mercado de fitoterápicos e fitocosméticos, relacionado ao estudo de geossistemas, é definido com os sistemas totais envolvendo o camponês e o empresário, que atuam no processo de produção de mercadorias em diferentes níveis e agregação de valor econômico.

A análise geossistêmica do sítio/quintal agroecológico (FIGURA 23) da onde é extraída ou coletada a matéria-prima (plantas medicinais, caroços/sementes, frutos) analisa as relações entre solo, planta, clima, sazonalidades. O camponês como um sujeito econômico cujo modo de vida inclui o etnoconhecimento das plantas objetivado ao seu uso é um policultor. A combinação de plantas é realizada de forma constante das propriedades camponesas a fim de otimizar a área possível de ser plantada, havendo uma relação entre plantas, entre planta e solo, entre planta, solo e clima, incluindo a topografia.



Figura 23 – O cultivo de plantas medicinais revela um geossistema controlado constantemente e o etnoconhecimento do camponês. Fonte: trabalho de campo, Careiro Castanho, em 2015.

A produção do quintal resulta em um geossistema controlado, pois a planta matriz foi retirada de uma mata primária (ou secundária) por uma sociedade que conhece seu valor de uso (fator social), que prefere utilizar uma planta medicinal a um remédio ou prefere combinar medicamento e planta (fator cultural) e, até mesmo, necessita da planta por não possuir medicamento (fator político-econômico). O etnoconhecimento também chamado de conhecimento tradicional

é o acumulado por uma cultura em gerações, em estreita relação com a natureza, incluindo sistemas de classificação, de zoneamento e de manejo. Embora imemorial, não deve ser considerado apenas por sua antigüidade, mas pela maneira como é usado e foi adquirido (LEONEL, 2000)

A empresa Pharmakos D'Amazônia possui uma propriedade com o cultivo racional de cajuru. É um geossistema controlado diferenciado, pois há uma padronização do cultivo (espaçamento de plantas, uso objetivado de liteira na raiz, altura do corte da planta definida) que atende outra escala de produção. A empresa também possui na mesma propriedade andiroba, não de forma combinada com o cajuru, que em 2012 ainda não possuía um manejo por falta de conhecimento científico.

A empresa também conhece o valor de uso do cajuru associado ao valor de troca (fator social, econômico), necessita de matéria-prima produzida de forma racional para atender normas fitossanitárias (fator econômico, político e técnico), a utilização do cajuru e posteriormente da andiroba é ligada ao nome Amazônia (fator econômico e político). Ambos os exemplos (sítio e cultivo de cajuru) são biogeocenoses não sendo mais possíveis de dividi-los para não perderem seu caráter geossistêmico, pois é necessária uma unidade espacial mínima que tenha as conexões entre os elementos da natureza.

O uso da natureza, por meio do Estado, está no sentido tanto de legislar em relação às normas de manuseio, preparo, comercialização quanto de pesquisar sobre o uso. Investir em pesquisa científica e em (infra)estrutura (como as condições necessárias para a realização da pesquisa) é dever do Estado, tendo em vista que a partir do Estado a pesquisa seria um bem comum. Diferentemente de quando uma empresa, como a Natura, investe em pesquisa científica com o único objetivo de obter patentes e descobrir novas formas de obtenção de lucro a partir da satisfação de seus clientes.

Evidentemente que a pesquisa é válida e importante quaisquer que sejam os sujeitos (do público ou do privado) que a realizem, mas haverá uma grande diferença no uso dos resultados dependendo do “dono” da pesquisa.

As sociedades camponesas que vivem nos conjuntos naturais dos lugares repletos de biodiversidade vivem conforme as sazonalidades e a influência de diferentes ritmicidades naturais, o que não significa dizer que essas sociedades são primitivas, atrasadas, e que não precisam ou utilizam um aparato técnico e tecnológico culturalmente difundido. Não se trata claramente de uma subordinação à natureza, é a produção de técnicas conforme o modo de vida ou das condições sociais e matérias de existência. O propósito é produzir condições que permitam os camponeses viverem e produzirem sem alterar de forma significativa ou negativamente as bases naturais.

Os camponeses alteram minimamente as bases naturais dos lugares de produção, porque somente retiram da natureza o necessário para o trabalho, cujo objetivo é a reprodução de seu modo de vida, sem a visão de que deve tirar o necessário para a obter lucro, no sentido de acumulação capitalista.

CONSIDERAÇÕES

O mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus se constitui em um “novo” mercado no contexto do Amazonas. A economia estadual ainda é dependente da ZFM e, por sua vez, da produção de eletroeletrônicos. A base tecnológica da ZFM não provém do Amazonas, mas sim dos países de origem das fábricas instaladas em Manaus, atraídas, principalmente, pelos incentivos fiscais.

O mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus possui diferentes escalas de atuação e de empresas, e políticas territoriais que contribuem para sua concretização. As escalas das empresas são desde as consideradas micro e pequenas (empresas instaladas no DIMPE e no CIDE, por exemplo) até aquelas com um faturamento de milhares ou milhões de dólares por ano (empresa Natura, empresa Croda, empresa Avon).

Nesse mercado, algumas empresas são chamadas de bioindústrias, pois sua produção é resultado de uma parte da cadeia produtiva ligada à matéria-prima amazônica. Foi identificado que essa ligação com à Amazônia (seja pela matéria-prima, seja pelo processo produtivo, ou ambos) ocorre de forma indireta, pois não é a empresa que trabalha diretamente com a matéria-prima nem no início (matéria-prima como recurso natural) nem no final (recurso genético, biotecnologia) do processo produtivo. Afinal, geralmente não há tecnologia suficiente e adequada para tal. As empresas têm uma necessidade em se vincularem ao nome Amazônia, que se transformou em uma “grife”.

As bioindústrias utilizam as ideologias em torno de Amazônia, usufruem de políticas públicas territoriais e tem a função de transformar o semielaborado 1 para o semielaborado 2, porém ainda não conseguem produzir tecnologias mais avançadas havendo a necessidade de buscar insumos resultado de inovação, investimento e desenvolvimento técnico-científico em outros estados.

Outra característica das bioindústrias de Manaus é a ausência de tecnologias mais avançadas no sentido de ter propriedade em trabalhar com a biotecnologia. Por outro lado, todas as bioindústrias que constituem o mercado que essa dissertação se propôs a estudar estão seguindo as normas fitossanitárias da ANVISA, ou seja, possuem o registro dos seus produtos para a comercialização ao consumidor

nacional, e em alguns casos, quando solicitado, para a comercialização internacional.

A relação do camponês com a economia de mercado ocorre geralmente por meio da comercialização da matéria-prima *in natura* para empresas, cooperativas e associações, e pela comercialização do semielaborado 01, o que reafirma a relação camponês-indústria.

O camponês abastece a indústria de diversas formas. Essa relação não é incomum ou atual, mas sim necessária e contraditoriamente baseada na exploração econômica do camponês. No entanto, o mercado de fitoterápicos e fitocosméticos insere o camponês em um mercado distinto do mercado de alimentos, onde tradicionalmente o camponês já contribui.

Há a criação de “novo” mercado para atender às empresas farmacêuticas e cosméticas, com outros circuitos e escalas. O etnoconhecimento dos camponeses em relação ao valor de uso das mercadorias é uma lógica de privilegiar o trabalho dos chamados “povos tradicionais”. Privilegiar no sentido de que utilizar a força de trabalho de “povos e comunidades tradicionais” agrega valor, mas os camponeses não deixam de ser explorados.

A substituição do termo camponês para povo tradicional, comunidade tradicional ou agricultura familiar é algo que ocorre há alguns anos. Os termos com o “sufixo” tradicional são resultados do fortalecimento do movimento ambientalista, que acaba por invalidar as especificidades do camponês e minimizar as necessidades dos camponeses como uma classe, que são: de acesso à infraestrutura e de condições sociais para a reprodução social dessa classe.

As várias nomenclaturas criadas para definir o camponês: povos tradicionais, produtor rural, agricultor familiar, geram diferentes políticas e tiram o foco do verdadeiro problema do camponês do Amazonas, que ainda é por documento da terra (propriedade fundiária), condições básicas de trabalho, moradia, educação, assistência técnica e saúde. O camponês, colocado em uma condição de marginalidade, torna-se um sujeito dependente das chamadas políticas assistencialistas, ligadas às políticas de governo (não de Estado), e susceptível à aceitar mais facilmente uma condição de exploração.

Inicialmente, o discurso do Estado (legislador e mediador) para o camponês enfatizou a oportunidade de melhoria na *qualidade de vida*²⁸ como resultado da relação com empresas, muitas delas conhecidas nacionalmente. A melhoria na *qualidade de vida* se derivaria das exigências e necessidades do mercado e do Estado: energia elétrica, infraestrutura de escoamento da produção, documento da terra aos camponeses, por uma questão de legalização, entre outras.

Por exemplo: as empresas compram necessariamente de associações ou cooperativas camponesas, mas para um camponês ser associado ou cooperado é necessário ter o documento da terra, pois mesmo com anos de trabalho e moradia em uma localidade, muitos ainda são posseiros, ou seja, os camponeses seriam beneficiados com uma agilidade na obtenção do documento da terra. Porém apesar das várias expectativas do camponês em torno da relação com esse mercado, muitas melhorias em infraestrutura ou serviços não são uma realidade.

A sede da Coopfitos é na cidade de Manaquiri, o que resultou em um distanciamento das comunidades (localizadas na área rural dos municípios). Algumas delas são próximas à cidade (aproximadamente 30 min de motor 5hp), mas ainda não possuem sequer energia elétrica.

Pelo contrário, em municípios como Manaquiri e Careiro Castanho, onde foram realizados trabalhos de campo de 2010 a 2015, foi possível constatar que os camponeses continuam fornecendo matérias-primas *in natura* diretamente às empresa CUPUAMA ou para a COOPFITOS, mas não houve uma estabilidade na relação. Também não houve uma fixação de renda no campo. Nos próprios municípios de Manaquiri e Careiro Castanho, não foi possível identificar nas entrevistas com os gerentes do IDAM e outros funcionários uma territorialização de melhorias ou um fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade.

Os camponeses que participavam no mercado em 2010 devido a uma expectativa, atualmente não continuam mais ou continuam em menor quantidade. A atual configuração da COOPFITOS e da CUPUAMA também mostra certo declínio no processo de produção da matéria-prima e do semielaborado.

De 2010 para 2015, foi identificado o aumento da pobreza, a precariedade das sedes municipais, a redução da produção camponesa. Essa mudança é resultado da ausência de políticas públicas, de gestão ambiental e de gestão social.

²⁸ Acesso aos serviços, políticas públicas, infraestruturas.

As políticas territoriais são de muita importância ao mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus, pois foi a partir delas que o mercado começou a se espacializar pelo interior do Amazonas. Houve uma necessidade de unir a obtenção de matéria-prima (e do semielaborado 01) ao trabalho realizado pelos camponeses, apesar de que essa espacialização ainda se encontra pulverizada. O modo de vida camponês é peculiar e as empresas o reconhecem como um diferencial, portanto, as empresas se apropriam do que chamam de “história do produto” (modo de vida camponês ou indígena) para aumentar o preço e o valor de seus produtos. As empresas, principalmente aquelas com maior capacidade midiática, apropriam-se da história desses grupos e acrescentam mais valor ao produto final.

Há uma tradição em: não ouvir os camponeses, em tentar exaustivamente enquadrar o camponês em planos e metas que não correspondem ao seu modo de vida e em não reconhecer o conhecimento e a capacidade dos camponeses. O Estado, em qualquer esfera e setor, tem condições humanas e de infraestrutura para criar “novas tradições”, a fim de se fazer chegar um desenvolvimento econômico, social e territorial ao campesinato.

Não se nega que o Estado encontra dificuldades: pela logística do Amazonas, pela quantidade de recursos humanos nos municípios, pelos conflitos partidários nos municípios, pela infraestrutura precária (internet muito lenta, meios de transporte quebrados), pela lentidão para se resolver problemas, resultado da burocracia, entre outros exemplos. Foi identificado, inclusive, que algumas instituições são sobrecarregadas, como é o caso do IDAM, que está presente em todos os municípios do Amazonas (algo incomum) e geralmente assume atividades além do que deveria.

Ainda assim, o campesinato deve ser assistido. Vários dos nossos alimentos são oriundos da força de trabalho do campesinato, as plantas medicinais que utilizamos são resultado do etnoconhecimento do campesinato (e dos indígenas), o modo de vida do campesinato é contrário ao desmatamento em massa. Em contrapartida, foi identificado que para o campesinato (dos trabalhos de campo realizados) não há:

- Estrada pavimentada para seu deslocamento e distribuição/circulação das mercadorias;
- Em alguns casos, energia elétrica;

- Medicamentos no posto de saúde e, às vezes, não há funcionamento no posto de saúde;
- Merenda na escola;
- Água potável, mesmo vivendo rodeado dos maiores cursos d'água do Brasil e do mundo;
- Alimento, pois devido às dificuldades no escoamento das mercadorias, o camponês está optando, em alguns casos, em comprar a “cesta básica” (chamada de rancho) nos mercados das cidades, e não mais produzir ou produzir pouco somente para o consumo familiar.

Para as bioindústrias em Manaus, é necessário: investimento em ciência e tecnologia e em força de trabalho especializada fixada localmente, um direcionamento de recursos financeiros ao setor de fitoterápicos e fitocosméticos, e para outros que tenham um viés voltado para o uso da biodiversidade amazônica mantendo a conservação da mesma. Pensar em fortalecer as indústrias é também pensar em fortalecer o campesinato, tendo em vista que eles são intrinsecamente ligados como já mencionado. Um campesinato satisfeito atenderá as bioindústrias com o fornecimento das matérias-primas.

O Amazonas não possui uma certificadora e desenvolvimento biotecnológico para a produção em escala comercial o que somente potencializa a dependência para com a região centro sul do Brasil. O CBA não funcionou apesar de investimento de milhões de reais.

São muitas necessidades para se chegar a um desenvolvimento local e territorial que corresponda a *melhorias*. Essa dissertação é uma análise da atual situação do mercado, de seus processos de organização espacial.

Portanto, os domínios de natureza e suas expressões biogeográficas produzem espécies mais relevantes para determinados grupos sociais, conforme o uso e as tecnologias, resultando em múltiplas relações sociedade e natureza, como um direcionador na identificação e análise dos fatos como totalidade geográfica.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Ecossistemas naturais. In: LEITE, Joaquina Lacerda (org.). **Problemas-chave do meio ambiente**. Salvador: UFBA/EXPOGEO, 1994

_____. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003

ADORNO Theodor W. e HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985;

ADS (Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas). **Óleos vegetais**. Visto em: <<http://www.ads.am.gov.br/oleos-vegetais>>. Acesso em: 03/04/2015.

ALIER, Joan Martinez. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2007.

ANVISA. **Cartilha “O que devemos saber sobre medicamentos”**. Medicamentos. Edição: 01. 104p. Ano Edição: 2010

ANVISA. **Medicamentos fitoterápicos; O que é cosmético**. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/medicamentos/fitoterapicos/poster_fitoterapicos.pdf>. Acesso em: 06/03/2014.

AVON. **A Avon**. Disponível em: <<http://www.avon.com.br/aavon>>. Acesso em: 01/07/2015

B2BRASIL. **Croda do Brasil**. Disponível em: <http://www.b2brazil.com.br/hotsite/croda/>. Acesso em: 10/04/2015

BERTRAND, George. Paisagem e Geografia Física Global: esboço metodológico. **Caderno de Ciências da Terra**, São Paulo, n. 13, 27 p., 1971.

BERTRAND, George e BERTRAND, Claude. Não há território sem terra. In: PASSOS, Messias Modesto dos (org.). **Uma Geografia transversal e de travessias: O meio ambiente através dos territórios e das temporalidades**. Maringá: Massoni, p. 187–192, 2007.

BOTTOMORE, Thomas. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988;

CALABI, Donatella e INDOVINA, Francesco. Sobre o uso capitalista do território. In: **Archivio di studi urbani e regionali**. Veneza, ano IV, n. 2, junho, 1973

CARVALHO, Paes de A. Bioprospecção e o Quadro da Convenção sobre Diversidade Biológica: Empreendendo no Brasil. In: BENSUSAN, Nurit; N.; BARROS, Ana Cristina; BULHÕES, Beatriz; ARANTES, Alessandra. **Biodiversidade: para comer, vestir ou passar no cabelo?** São Paulo: Peirópolis, 2006, p.145-152.

CARVALHO, Talita Pedrosa Vieira e COSTA, Reinaldo Costa. Bioproduto como vetor de práticas territoriais em Manaquiri-Manaus (AM-Brasil). Foz do Iguaçu (PR). **II Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder e I Simpósio Internacional de Geografia Política e Territórios Transfronteiriços**, 2011.

_____. A contribuição dos sítios/quintais na cadeia produtiva do bioproduto (Manaus-Amazonas-Brasil). Lima, Peru. Universidad Nacional Agraria La Molina. **IV Congreso Latinoamericano de Agroecología** (SOCLA), 2013a,

_____. O modo de vida camponês e a Coopfitos (AM). Campinas-SP, **X Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia** (ENANPEGE). Geografias, Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais, 2013b.

_____. Potencialidades do cupuaçu e do buriti em Santo Antônio do Abonari (Presidente Figueiredo-AM). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN. **Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA)**. Agentes, processos, conflitos e conteúdos do espaço agrário brasileiro. 2014a

_____. Industrialização de fitocosméticos e fitoterápicos e processos biotecnológicos em Manaus (AM). **I Seminário Nacional de Geografia Econômica e Social** (SENGES). Desenvolvimento econômico e social: mundo, Brasil e nordeste. Maceió (AL). Universidade Federal de Alagoas. 2014b

COSTA, Reinaldo Corrêa. **Estudos de localidades camponesas no Sudeste do Pará**. Dissertação (Mestrado em Geografia. Geografia Humana. Universidade de São Paulo, 1999

COSTA, Reinaldo Corrêa e NUNEZ, Cecilia Veronica. Biodiversidade: usos e sociais e bioprospecção. In: DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol, KLEICHE-DRAY, Mina e PETITJEAN, Patrick. **História das substâncias naturais**: saberes tradicionais e química – Amazônia e América Latina. Rio de Janeiro e Paris: Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) e Institut de Recherche pour le Développement (IRD), 2002, p. 245-266;

DI MÉO, Guy e BULÉON, Pascal. **L'Espace social**: une lecture géographique des soietés. Paris: Ed. Armand Colin, 2005

DUBOIS Jean C. L. Utilização do Potencial Extrativista das Florestas Amazônicas: Soluções Encontradas pelo Homem na Amazônia. **Palestra apresentada no Depto de Fitotecnia**, na UFRuralRJ. Seropédica, 15 de outubro 1996

FERREIRA, Bárbara Evelyn da Silva; CARVALHO, Talita Pedrosa Vieira de; COSTA, Reinaldo Corrêa. Mercado e bioprodutos em Manaus-AM. Francisco Beltrão. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)-Campus Francisco Beltrão. **Encontro Nacional de Geografia Agrária** (ENGA). Territorialidades, temporalidades e desenvolvimento no espaço agrário brasileiro, 2010

FIEAM Notícias. Nasce o Polo da Bioindústria. In: **Publicação bimestral do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Amazonas**. Ano V, nº 50 Jan./Fev., 2011, p. 17-19;

FIGUEIRÓ, Adriano Severo. Diversidade geo-bio-sociocultural: a biogeografia em busca dos seus conceitos. **Revista Geonorte**, edição especial, v.4, n.4, p.57 – 77, 2012

FROLOV, I. Interpretación marxista-leninista del problema ecológico. In: **La sociedade y el médio natural**. Moscou: Progresso, 1983

GASTALDI, J. P. **Elementos de Economia Política**. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

GEORGE, Pierre. **O Meio Ambiente**. São Paulo: DEDL, 1973

GREGORY, Ken J. **A natureza da geografia física**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

GUERASIMOV, I. Problemas metodologicos de la ecologizacion de la ciencia contemporanea. In: **La sociedade y el médio natural**. Moscou: ed. Progresso, 1983

HARNECKER, M. O Capital: conceitos fundamentais e LAPIDUS e OSTROVITIANOV. **Manual de economia política**. SP: Global, 1978.

HASEYAMA, Kirstern Lica Follmann e CARVALHO, Claudio José Barros de. Padrões de distribuição da biodiversidade Amazônica: um ponto de vista evolutivo. **Revista de Biologia**. Vol. Esp. Biogeografia, 2011

IORIO, Ubiratan Jorge. **Falhas de mercado versus Falhas de Governo**. Artigos Acadêmicos. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/EbookChapter.aspx?id=525>>. Acesso em: 15/04/2015.

JUSBRASIL. **Braga inaugura Distrito de Microempresas e libera R\$ 10 milhões para capital de giro**. Disponível em: <<http://gov-am.jusbrasil.com.br/noticias/379529/braga-inaugura-distrito-de-microempresas-e-libera-r-10-milhoes-para-capital-de-giro>>. Acesso em: 04/04/2015

KRUGMAN, Paul R. e WELLS, Robin. **Introdução à economia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007

LACOSTE, Alain e SALANON, Robert. **Biogeografia**. Oikos-Tau: Barcelona, 1981

LAMARLIÈRE, Couverture Isabelle Géneau de e STASZAK, Jean-François. **Principes de géographie économique**. Editions Bréal, 2000

LECHAT, Nöelle M. P. Economia Moral. In: Antonio David Cattani (org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, 96-100;

LEONEL, Mauro. Bio-sociodiversidade: preservação e mercado. **Estudos Avançados**, v.14, n.38, p. 321-346, abr. 2000

LÉVÊQUE, Christian. **A biodiversidade**. Bauru,SP: EDUSC, 1999

LEWINSOHN, Thomas Michael e PRADO, Paulo Inácio. **Biodiversidade brasileira: síntese do estado atual do conhecimento**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008

LIMA, Susane Patrícia Melo de. **Cadeia Produtiva dos biocosméticos no Amazonas**: da terra ao laboratório, do laboratório à indústria e destes ao mercado. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia/UFAM. Manaus: UFAM, 2011

MAMIGOMIAN, Armen. A Geografia e a “formação social como teoria e como método”. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (Org.). **O mundo do cidadão, um cidadão do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 198 -206.

MARTINS, José de Sousa. **Reforma Agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: EDUSP, 2000;

MARTINS, Marcio e SANO, Paulo Takeo. **Biodiversidade tropical**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MARTINS, Paulo Soderó. Dinâmica evolutiva em roças de caboclos amazônicos. In: VIEIRA, Ilma Célia Guimarães, SILVA, José Maria Cardoso da, OREN, David Conway, D'INCAO, Maria Ângela. (orgs.). **Diversidade biológica da Amazônia**. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001, pp. 369-384.

MARX, Karl. A mercadoria: os fundamentos da produção da sociedade e do seu conhecimento. In: FORACCHI, M. M. e MARTINS, José de Sousa (orgs.) **Sociologia e sociedade**. Leituras de introdução à sociologia. São Paulo: LTC, 1995.

_____. O 18 de Brumário de Louis Bonaparte. Capítulo I. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1852/brumario/cap01.htm>>. Acesso em: 06/04/2015,

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009

MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), MMA (Ministério do Meio Ambiente) e MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome). **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade**. Brasília, julho de 2009

MELO, Lucilene Ferreira de. **Implantação e Acompanhamento de Manejo de Recursos Vegetais com Potencial para Comercialização junto aos Ribeirinhos do Município de Manaquiri-AM**. 225f. Tese (Doutorado em Biologia Tropical e Recursos Naturais). Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)/Universidade Federal do Amazonas (UFAM) Manaus, 2006;

METZGER, Jean Paul Walter. O que é Ecologia de Paisagens? **Biota Neotropica**, vol. 1, números 1 e 2, 2001;

MIGUEL, Laís Mourão. **Uso Sustentável da Biodiversidade Amazônica: experiências atuais e perspectivas das indústrias de cosméticos e fitoterápicos.** Dissertação de Mestrado, São Paulo: FFLCH/USP, 2007.

MONTANARI, Carlos Alberto e BOLZANI, Vanderlan da S. Planejamento racional de fármacos baseado em produtos naturais. **Química Nova**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 105-111, 2001.

MONTEIRO, Carlos Augusto Figueiredo. **Interdisciplinaridade, meio ambiente e desenvolvimento:** limitações e desafios da/à sociedade brasileira. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente. Editora UFPR. Revista n. 10, 2004.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Meio ambiente e ciências humanas.** 4^a ed. São Paulo: Annablume, 2005

MOREIRA, Eidorfe. **Amazônia:** o conceito e a paisagem. Rio de Janeiro: Agência da SPVEA, 1958.

MOURA, Maria Margarida. **Camponeses.** São Paulo: Editora Ática, 1986;

NATURA. **Núcleo de Inovação Natura Amazônia.** Disponível em: <<http://www.natura.com.br/www/a-natura/inovacao/nucleo-inovacao-natura-amazonia/>>. Acesso em: 10/04/2015a

_____. **Vídeo-Produção de sabonetes.** Disponível em: <<http://www.natura.com.br/www/nossas-marcas/ekos/sabonetes/>>. Acesso em: 10/04/2015b

NATURA EKOS-a. **Andiroba** Disponível em: <<http://naturaekos.com.br/biodiversidade/andiroba/>>. Acesso em: 12/04/2015

NATURA EKOS-b. **Conheça nossas comunidades fornecedoras.** Disponível em: <<http://naturaekos.com.br/rede-ekos/conheca-nossas-comunidades-fornecedoras/>>. Acesso em: 12/04/2015

NATURA. **Perfil.** Disponível em: <http://www2.natura.net/web/br/relatorios_anuais/src/perfil.asp>. Acesso em: 10/04/2015

NOGUEIRA, Marinez Gil. **Biotecnologia, conhecimentos tradicionais e sustentabilidade:** as perspectivas de inovação no Amazonas. Manaus: EDUA, 2013

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura.** São Paulo: Ática, 1990

_____. **A Agricultura Camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991;

PASA, M. C., NEVES, W. M. de S., ALCÂNTARA, K. C. de. Enfoque etnobotânico das categorias de uso das plantas na unidade de paisagem quintal, Comunidade Fazenda Verde em Rondonópolis, MT. **Biodiversidade**. v. 7, n. 1, 2008

PIGNARRE, Philippe. **O que é o medicamento?**: um objeto estranho entre a ciência, mercado e sociedade. São Paulo: Ed. 34, 1999;

PNPSB (Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade). **Encontro da Câmara Nacional da Sociobiodiversidade - Apresentação - Agregação de Valor e Consolidação de Mercados Sustentáveis**. Portal da Cidadania. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2. ed. 9ª edição, Editora Campus, Rio de Janeiro, 2000.

PRONATUS. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.pronatus.com.br/commerce/quem-somos.html>>. Acesso em: 05/04/2015

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RANGEL, Ignacio. O papel da tecnologia no Brasil; Recursos ociosos e política econômica. In: **Obras Reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005

REIS JÚNIOR, Dante Flavio da Costa e PEREZ FILHO, Archimedes. Trajetórias que se perdem e que se reencontram: declaração da existência de uma “nova nova geografia. **Espaço & Geografia**, Vol.12, No 1, 2009

RICKLEFS, E. Robert. **A economia da natureza**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2011

RIZEK, Maytê Benicio. **A comercialização de óleos vegetais na Reserva Extrativista do Médio Rio Juruá, Carauari-AM: de uma estratégia de “desenvolvimento sustentável” à mercantilização de comunidades tradicionais extrativistas**. Monografia de conclusão de curso. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2006.

ROMARIZ, Dora de Amarante. **Biogeografia**: Temas e Conceitos. São Paulo: Scortecci, 2008.

ROSS, Jurandy Luciano Sanches. **Ecogeografia do Brasil**: subsídios para planejamento ambiental. SP: Oficina de Textos, 2006.

_____. Geografia e as transformações da natureza: relação sociedade-natureza. In: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; GALVANI, Emerson (Org.). **Geografia, tradições e perspectivas**: Interdisciplinaridade, meio ambiente e representações. Expressão popular, v. 1, 2009, p. 119-138.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do Vinho**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANT'ANA, Paulo José Péret de. **Bioprospecção no Brasil**: contribuições para uma gestão ética. Brasília: Paralelo 15, 2002

SANTOS, Marcos Roberto dos. **Arranjos Produtivos Locais e biodiversidade na Amazônia**: perspectivas do APL de Fitoterápicos e Fitocosméticos e resultados das iniciativas de apoio nos municípios de Manaquiri e Barreirinha - AM. Dissertação de Mestrado, São Paulo: FFLCH/USP, 2011

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 54, jun./1977, pp. 81-100.

SEBRAE-AM. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/am/quem_somos?codUf=4>. Acesso em: 07/04/2015

SILVA, Alzenir e CORRÊA, Antonio Carlos de Barros. Relação sociedade-natureza: (re)aproximações das geografias física e humana. **Revista de Geografia**. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 26, no 2, mai/ago. 2009.

SILVA, Crisanto Damião. **Pesca**: classes sociais, territorialidades e trabalho em Manacapuru-AM. Dissertação. Manaus-AM, Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2009

SILVA, João Carlos Paiva da. **Clusters de pequenas e médias empresas na área de produtos regionais: uma estratégia alternativa de desenvolvimento industrial sustentado na Zona Franca de Manaus**. 143f. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas – FGV/Ebape, Rio de Janeiro, 2003

SILVEIRA, Maria Laura. Modernizações territoriais e circuitos da economia urbana no Brasil. Rio de Janeiro - RJ – Brasil. XIV Encontro Nacional da ANPUR, Maio de 2011

SOTCHAVA, Viktor Borisovich. O estudo de Geossistemas. In: **Métodos em Questão**. São Paulo: Instituto de Geografia, USP, 1977

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Política e território: a geografia das desigualdades. **Fórum Brasil em Questão**. Brasília: Mimeo, jun. 2002.

_____. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: as metáforas do capitalismo. **Cronos**, Natal-RN, v. 10, n. 2, p. 101-117, jul./dez. 2009

STRAHLER, Arthur Newell.; STRAHLER, Alan H. **Geografía física**. 3. ed. Barcelona: Ediciones Omega, 1989.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2005

TRICART, Jean. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: IBGE-SUPREN, 1977

TROPMAIR, Helmut. **Biogeografia e Meio Ambiente**. 8ª ed. Rio Claro: Divisa, 2008.

WALTER, Heinrich. **Vegetação e zonas climáticas**: Tratado de ecologia global. São Paulo. EPU. 1986.

WOORTMANN, E. F. e WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**: a lógica simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora UNB, 1997